

PERIFERIA É
PERIFERIA EM
QUALQUER
LUGAR



RAFAEL SAMPAIO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

PERIFERIA É PERIFERIA

EM QUALQUER LUGAR

RAFAEL DE FREITAS SAMPAIO

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no Departamento de Jornalismo e Editoração, como exigência parcial para obter o título de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Prof. orientador: Dr. José Luiz Proença

SÃO PAULO
2007

A maior

*A maior! A maior!
Qual, enfim, a maior
favela brasileira?*

*A rocinha carioca?
Alagados, baiana?
Um analista indaga:*

*Em área construída
(se construção se chama
o sopro sobre a terra
movediça, volúvel,
ou sobre água viscosa)?
A maior, em viventes,
bichos, homens, mulheres?*

*Ou maior em oferta
de mão-de-obra fácil?
Maior em aparelhos
de rádio e de tevê?*

*Maior em esperança
ou maior em descrença?*

*A maior em paciência,
a maior em canção,
rainha das favelas,
imperatriz-penúria?*

*Tantos itens... O júri
declara-se perplexo
e resolve esquivar-se
a qualquer veredicto,
pois que somente Deus
(ou melhor, o Diabo)
é capaz de saber
das maiores, a maior.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Agradecimentos

Agradeço aos moradores de rua, sem-teto e os militantes que me permitiram conhecê-los e fazer este trabalho. Eles lutam com determinação e sem vaidade, para que um dia todos os brasileiros tenham um lugar para chamar de “casa”. Agradeço à Carla Schuh, Jomarina, Bill, Idenice, Renildo, Benedito Barbosa, Eric, Ivanete, Gegê, Graça, Eric, Tião Nicomedes, Dona Nenê, Anderson, Manoel Del Rio e outros cujo nome não está aqui, mas que ficaram gravados no coração. Agradeço à equipe do Instituto Pólis, que me ajudou com a pesquisa e com os dados que puderam ser utilizados neste trabalho. Agradeço a Júlia Tavares, a Patrícia Cardoso e ao professor Nelson Saule Júnior.

Agradeço ao amigo Raoni Maddalena pelas ótimas fotografias. Sem sua ajuda, este trabalho perderia muito brilho e colorido. Mergulhamos juntos neste mundo das favelas, que guarda tanta vida e alegria, apesar da pobreza e dos incontáveis barracos em um mar de sofrimento. Agradeço a todos da Agência Carta Maior, que me deram a força para escrever e pesquisar sobre direito à moradia. Sem esta ajuda, não existiria o trabalho. Abraços especiais aos editores Marcel Gomes, Verena Glass e Bia Barbosa, que marcaram a história da mídia alternativa contemporânea no Brasil.

Agradeço a todos os funcionários, professores e colegas a Escola de Comunicações e Artes e do departamento de Jornalismo e Editoração. Agradeço à Ruth, Ulisses, Carlos, Roberto, Cida, Arnaldo e Fátima, que me ajudaram todos os dias em que passei pelo departamento. Agradeço ao professor José Luiz Proença, meu orientador, que tem muito ainda por me ensinar. Agradeço ao professor José Roberto Cintra, amigo de tantas horas. Agradeço a todos os especialistas e pesquisadores que deram depoimento para este trabalho.

Agradeço aos amigos todos que passaram por esta vida, especialmente aos que conheci no período da universidade. Discutimos sobre o Jornal do Campus, organizamos uma Semana do Jornalismo e vivemos um período de debates acalorados e muita luz na Universidade de São Paulo.

Agradeço especialmente à minha família, que apesar da distância nunca deixou de apoiar, incentivar, ouvir nos momentos difíceis, naquela hora em que parece que no meio do caminho vai surgir uma pedra, como diria Carlos Drummond de Andrade.

Sumário

Resumo	pág. 6
Abstract	pág. 7
1. Introdução	pág. 8
1.1 Proposta	pág. 8
1.2 Como foi feito este trabalho	pág. 11
2. Habitação precária no país e no mundo	pág. 20
2.1 Panorama mundial	pág. 21
2.2 Cenário brasileiro	pág. 25
2.3 Estatísticas em São Paulo	pág. 27
3. O problema habitacional e a reforma urbana	pág. 32
3.1 Surgimento das submoradias em São Paulo	pág. 32
3.2 Os regimes autoritários e a habitação	pág. 34
3.2.1 Surgem os movimentos por moradia	pág. 37
3.3 A reforma urbana e a Constituição de 1.988	pág. 40
3.4 O Estatuto da Cidade	pág. 42
4. Prestes Maia	pág. 45
4.1 Ocupação? Que ocupação?	pág. 45
4.2 Na entrada do prédio	pág. 47
4.3 Biblioteca Prestes Maia	pág. 49
4.4 Prestes Maia por dentro	pág. 53
4.5 Último andar, só de escada	pág. 53
4.6 Histórico do Prestes	pág. 57
5. Favela do Moinho	pág. 59
5.1 Procurando a entrada	pág. 59
5.2 Na entrada	pág. 59
5.3 Frente a frente com a favela	pág. 62
5.4 Prédio (quase) abandonado	pág. 64
5.5 Risco de despejo	pág. 72
6. O centro da cidade em disputa	pág. 75
6.1 Abandono no centro de São Paulo	pág. 75
6.2 O projeto de habitação popular	pág. 78
6.3 Projeto de revitalização do centro	pág. 81
6.3.1 O que dizem os urbanistas	pág. 89
6.3.2 Arquitetura da exclusão social	pág. 92
6.3.3 A resposta do poder público	pág. 94
7. Considerações finais	pág. 99
7.1 Por que fazer este trabalho	pág. 103
Referências Bibliográficas	pág. 105

Resumo

“Periferia é periferia em qualquer lugar” é um livro-reportagem que analisa as razões do problema habitacional de São Paulo, especificamente no centro da cidade, além de discutir os programas públicos executados pela Prefeitura do município para resolver esta questão.

O déficit habitacional é alarmante em todas as metrópoles mundiais, como aponta a ONU em relatórios mais recentes. Em São Paulo, a situação não poderia ser diferente. Há pelo menos 1,16 milhão de pessoas morando em favelas na cidade, com poucas chances de ter uma casa própria, adquirida através linha de crédito com juros baixos, subsídio do governo ou outro programa de moradia realizável pelo poder público.

Faz décadas que pesquisadores, organizações não-governamentais e movimentos sociais apontam o centro de São Paulo como uma das soluções para o problema habitacional no município, desde que seja adaptado para receber programas de moradia popular. Esta proposta entra em conflito com as intenções da Prefeitura, que são de atrair a iniciativa privada tornar o centro uma grande área comercial.

Este trabalho, portanto, avalia e discute as duas propostas antagônicas para o centro, enfatizando o conflito social que há na região, seus moradores e quais os interesses em jogo. De um lado, a força econômica dos grandes grupos empresariais; de outro, pessoas pobres. Para ilustrar a disputa em torno do centro, uma favela –sob o viaduto Orlando Murgel - e um prédio ocupado – na avenida Prestes Maia - foram os principais lugares visitados. Aqui estão os moradores com sua rotina, seus barracos, seu medo do despejo, todos registrados.

Palavras-chave: Habitação, favela, cortiço, sem-teto, moradia, revitalização, Prefeitura, despejo, centro, ocupação, urbanismo, Prestes Maia, São Paulo.

Abstract

"Periferia é periferia... em qualquer lugar" is a book that analyzes the reasons of habitational problem in São Paulo, specially in the center of town, and discuss the public plans executed by the City Hall to solve this question.

According to recently published UN briefs, the housing deficit is a alarming problem in every big city of the world. In São Paulo, the situation isn't much different. There are at least 1,16 million of people living in shantytown, with few chances of having own homes, bought by governmental credit lines or others programs done by the public power.

There's been decades since researchers, NGOs and social movements points the center of São Paulo as one of the solutions for the housing problem in the town, if it become adapted to serve houses at low prices for the poor families. This project is against the Town Hall intentions, which are of attracting private investors so they can make the center of São Paulo a great commercial area.

This work discuss the two antagonic projects for the center of the city, the lifes of the people who lives in center, the social conflict and the interests played in that area. In one side, the economic force of great industries and companies; in other, lots of poor people. To illustrate the portrait of the conflict, a shantytown – under the overpass Orlando Murgel – and an occupied building, a slum – in Prestes Maia avenue – were the principal places visited. The People who live in these places and their fear of removal are the main characters here.

Keywords: Housing, slum, shantytown, homeless, town hall, desoccupation, illegal lands, São Paulo, social movements, center.

1. Introdução

“Na cidade, onde teve que ir com a família, era provocação de tudo que era lado. Resistiu a todas. Morar em barraco. Depois perder o barraco, que estava onde não podia estar. Ir para um barraco pior. Ficou firme. Queria um emprego, só conseguiu um subemprego. Queria casar, conseguiu uma submulher. Tiveram subfilhos. Subnutridos. Para conseguir ajuda, só entrando em fila. E a ajuda não ajudava. Estavam lhe provocando.”

Luis Fernando Veríssimo

1.1 Proposta

De início, este projeto de conclusão de curso deveria abordar favelas com risco de despejo no município de São Paulo. Como já havia acompanhado alguns casos, me pareceu um bom ponto de partida documentar o drama das famílias que vivem em moradias precárias e estão sob ameaça de reintegração de posse. Geralmente as reintegrações de posse em favelas colocam na rua centenas de pessoas pobres, e estas, mais humildes, não conhecem seus direitos.

É comum que as famílias despejadas abandonem suas moradias sem recolher seus pertences, sem ter onde guardar móveis, sem ter um lugar onde deixar seus filhos e sem saber onde irão viver depois que deixarem o barraco na favela ou o prédio ocupado. Quase sempre, os despejos são feitos pela Polícia Militar, logo pela manhã, para evitar qualquer resistência. Se os moradores insistem em não abandonar seus barracos, os policiais não hesitam em usar a intimidação e até a força para cumprir a ordem de reintegração de posse, que é judicial, e por isso acaba configurando os despejados como criminosos.

Entretanto, os despejos são a ponta do iceberg de um problema habitacional muito maior. Pouco disso é perceptível através das reportagens pontuais publicadas na imprensa, quase todas imediatistas. Existem questões não-resolvidas a respeito do déficit de moradia que se arrastam há décadas e que nunca foram solucionadas. Cresceu exponencialmente o número de favelas, cortiços e prédios ocupados desde 1970 até os dias de hoje em todo o Brasil. Ao

mesmo tempo, há pelo menos 4.823 imóveis públicos vazios no país¹ e outras centenas de prédios particulares ociosos, que poderiam ser adaptados e preparados para habitação popular. Mas, por descaso ou desinteresse do poder público, eles nunca tiveram este destino.

No caso de São Paulo, há pelo menos 254 mil² domicílios vazios. Grande parte deles está no centro, em áreas públicas e privadas, que poderiam ser destinadas para habitação. Existem grupos de intelectuais, pesquisadores, parlamentares e militantes de movimentos sociais que acreditam que a solução para a cidade de São Paulo passa por uma adaptação da região central para oferecer moradia popular, com baixo custo, para as camadas empobrecidas da cidade, compostas por pessoas que dependem dos empregos gerados na região para viver.

Como o déficit habitacional nunca teve solução definitiva em São Paulo, apesar das diversas experiências municipais bem ou mal-sucedidas (como o “Cingapura”, adotado na gestão de Paulo Maluf como prefeito, entre 1993 e 1996), o objetivo deste trabalho passou a ser esta questão habitacional maior, e deixou de ser só documentar as favelas com risco de despejo.

A meta agora é avaliar jornalisticamente as chances de repensar e reformular o centro, para que ele possa receber adequadamente famílias de classes mais pobres que necessitem de habitação no município. E esta avaliação passa por enxergar os conflitos sociais do centro, notoriamente em dois lugares: no entorno da estação da Luz e na favela do Moinho.

Portanto, as principais questões deste trabalho são:

- 1) Avaliar se a readaptação do centro para habitação popular pode ser um dos caminhos para solucionar o problema de moradia;
- 2) Avaliar as iniciativas da Prefeitura neste sentido, e qual o projeto de readaptação do centro que pretende a atual gestão municipal.

¹ Dado da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão do governo federal.

² **CARDOSO, A. L.** *Habitação: balanço da política municipal entre 2001 e 2003*. Observatório dos Direitos do Cidadão. Instituto Pólis e PUC-SP, número 21, p. 24.

Vale ressaltar que Prefeitura não está alheia ao problema habitacional e que tem programas de moradia sendo executados. Existem tanto os que contam com o próprio orçamento municipal quanto os que são feitos em parceria com o governo estadual, através da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e com o governo federal, através da CEF (Caixa Econômica Federal).

Tive acesso a valores orçamentários, número de conjuntos habitacionais construídos nos últimos anos, localização, planos futuros e também fiz entrevistas com representantes do poder público. Elas evidenciam uma diferença de concepção e método com relação ao que pensam os movimentos por moradia sobre a habitação social ou habitação popular no centro.

Está claro que o número de imóveis vagos é maior que o déficit habitacional em São Paulo, que chegava, no ano de 2000, a 203,4 mil domicílios³. O que a Prefeitura de implantar uma política habitacional para a recuperação das áreas degradadas no centro da cidade? Os terrenos das favelas quase sempre oferecem risco a seus moradores, que não se importariam em deixá-las se houvesse uma alternativa de moradia digna, a um preço condizente com a situação econômica em que se encontram.

De certa forma, adaptar a região central para fins de habitação popular pode trazer ainda outros benefícios indiretos. Como milhares de pessoas que trabalham no centro da cidade moram em regiões periféricas, eles dependem de ônibus, metrô e trem para se locomover e gastam horas para chegar ao trabalho. Caso estas pessoas encontrassem alternativas de moradia na região central, elas poderiam evitar o uso do transporte público, o que causaria um impacto no trânsito da região, muitas vezes congestionado.

Quer queiramos ou não, olhar o centro de São Paulo é fundamental para entender o problema habitacional na cidade, porque a região se tornou um “oásis” para famílias pobres. São várias as razões: há serviços públicos gratuitos, como escolas e hospitais; é fácil obter

³ **ARAÚJO, B.** *Déficit habitacional no Brasil em 2005*. Pesquisa encomendada pelo governo federal ao CEI (Centro de Estatísticas e Informações) da Fundação João Pinheiro.

transporte público; e há grande oferta de empregos, o que desobriga as pessoas de ter que se deslocar muitos quilômetros todos os dias para trabalhar, quando moram na região.

Há pelo menos uma década, o centro de São Paulo tornou-se habitado estas famílias pobres, que normalmente estariam na periferia. Avalio isso como positivo. A partir desse fato surgiu o nome do trabalho: não deveria haver uma distinção social entre periferia e centro. Afinal, são seres humanos e cidadãos que vivem em ambas as áreas, independente de sua classe social.

1.2 Como foi feito este projeto

Por mencionar pessoas, lugares e fatos que estão abordados neste livro-reportagem, talvez este “making of” devesse ter sido incluído no fim, como forma de evitar precipitações e confusões de nomes e datas. Ainda assim, tomei a decisão de mantê-lo aqui, na introdução. Trata-se de um apanhado das minhas impressões pessoais, escrito de forma livre e sem o rigor científico que um trabalho como este exige.

Cada capítulo pode ser lido de forma independente. Mesmo que haja um certo sentido linear em todos eles, cada um conta um trecho da história da ocupação no centro de São Paulo, sob alguns pontos de vista – os moradores das favelas, os sem-teto da ocupação Prestes Maia e também a pesquisa histórica e estatística a respeito das habitações precárias. Tomei a liberdade de antecipar os capítulos que falam das ocupações, para dar um pouco de leveza ao trabalho, que se propõe a ser jornalístico apesar de ter uma parte de pesquisa científica.

Comecei a acompanhar as questões habitacionais no centro de São Paulo quando ingressei na Agência Carta Maior, ainda em 2005. Minha primeira reportagem sobre o assunto foi publicada no dia 09 de junho daquele ano. Como um recém-contratado estagiário, acompanhei um protesto que ocorreu diante da Prefeitura de São Paulo para reivindicar a retomada de mutirões e programas habitacionais que foram paralisados, após o fim da gestão da prefeita Marta Suplicy (PT-SP).

O protesto reuniu mais de dez mil pessoas, mas foi solenemente ignorado pela imprensa, que registrou apenas o intenso tráfego causado pela presença de todos aqueles sem-teto. Quando um grupo de negociação foi chamado para entrar na Prefeitura, entrei junto. Acompanhei a imprensa e conversei rapidamente com o Secretário de Habitação, Orlando de Almeida, que foi muito solícito. Entretanto, ele se transformou quando sentou à mesa de negociação com os líderes dos movimentos populares, frisou que o protesto não “tinha fundamento”, fez piadinhas para a imprensa e até chegou a alterar o tom de voz, quando começou a ser questionado pelos movimentos sociais.

Isso deixou bem claro para mim que não haveria chances de diálogo para retomar os programas habitacionais, porque a Prefeitura não estava disposta a negociar e o Secretário chegou a ponto de tratar os sem-teto com desprezo e chacota. Aquela foi a primeira vez em que eu acompanhava pautas de direito à moradia na cidade de São Paulo, principalmente as ocupações do centro, mas não seria a última em que eu veria cenas deste tipo.

Eu nunca havia visitado uma favela até então, exceto aquela que está situada nos arredores da USP, chamada de Jardim São Remo, para a qual os estudantes de Jornalismo produzem um jornal-laboratório durante o primeiro ano do curso. Com o tempo, percebi que a grande arena de conflito entre o poder público e os movimentos sociais era o centro da cidade, e que a disputa não era um simples embate ideológico, mas uma luta com dois objetivos concretos: manter e ampliar as ocupações e a presença das famílias de baixa renda na região ou acabar com as ocupações e remover os sem-teto para regiões mais periféricas, de forma a tornar o bairro um reduto da classe média.

De fato, a primeira visita que fiz foi a um cortiço, localizado na rua Sólon, próximo ao metrô Tiradentes, no bairro do Bom Retiro. Foi uma experiência marcante, que vivi no começo de 2003, quando acompanhei um grupo de estudantes da FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Eles buscavam fazer uma “requalificação” do prédio, na forma de um projeto que pudesse ser apresentado à Prefeitura para conseguir as reformas das instalações precárias do local como um todo. Trata-se de um edifício de oito andares, com os tijolos

expostos, instalações elétricas e de esgoto muito precárias, que abrigava todo tipo de família. Conheci desde imigrantes bolivianos até um filho de alemães, vindo de Santa Catarina.

Foram as minhas primeiras vivências com a questão de moradia. Para decidir por seguir este tema e cumpri-lo, foi um longo e tortuoso caminho. Abandonei um projeto anterior, que era de fazer um documentário a respeito das comunidades ribeirinhas às margens do Rio Madeira. Visitei por um mês estas comunidades, em julho de 2006, num acordo firmado com uma ONG chamada NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia). Infelizmente, as imagens captadas foram insuficientes, e o áudio teve uma série de problemas que me impediram de prosseguir.

No começo de 2007, tomei a decisão de pensar em outro tema. Foi quando acompanhei um grupo de militantes sociais em visita à Favela do Moinho, localizada nos arredores do número 1900 da Avenida Rio Branco, não muito distante do metrô Marechal Deodoro. O impacto foi o de surpresa e descoberta, de perceber finalmente que havia encontrado o assunto que gostaria de abordar em meu trabalho de conclusão de curso.

O primeiro contato com os moradores da favela foi estranho, porque eu não conhecia as pessoas que faziam parte da Associação de Moradores, diferentemente do que acontece nas ocupações de sem-teto, em que os líderes são razoavelmente acessíveis. Fiquei intimidado pela presença de tanta gente na entrada da comunidade, mas ao mesmo tempo estava impressionado pelo tamanho da favela e pela disposição das pessoas em participar da reunião para impedir que houvesse algum despejo. Depois de ficar meia hora no prédio que abriga a Associação de Moradores da Favela do Moinho e entrevistar tanto a advogada Anna Cláudia Vazzoler, do Escritório Modelo da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) quanto a gaúcha Carla Schuh, secretária-geral da associação e moradora da comunidade há muitos anos, me aventurei a andar um pouco pelo lugar e conversar com crianças e adultos.

Neste mesmo dia, visitei o barracão da escola de samba Leandro de Itaquera, que fica bem na entrada da Favela do Moinho. Conheci o diretor do barracão, Severino Francelino da Silva, cujo apelido é “Bill”. Ele foi morador da comunidade, mas atualmente vive em um

bairro mais afastado, o Itaim Paulista. Ele é uma pessoa risonha, ar alegre e de sotaque muito carregado, cabelos crespos e pele escura. Bill me levou, com outros colegas que estavam participando daquela reunião, para conhecer os carros alegóricos que fariam parte do desfile de carnaval de 2007, e também mencionou a participação dos moradores da comunidade no desfile da escola de samba. Junto com outras pessoas, fomos conhecer alguns lugares da comunidade. Caminhamos até o silo, uma construção branca de muitos metros de altura, que não é utilizada como moradia por ninguém porque é impossível suportar o calor lá dentro.

Foi então que eu também conheci, no mesmo dia, o Seu Santos, um homem com cerca de quarenta anos de idade e muito falante. Baixo, vestido com uma camisa branca e calça jeans, ele fazia questão de afirmar que era pintor, escultor, eletricitista e marceneiro, tudo aprendido autodidaticamente. Fomos visitar o cômodo onde vive Seu Santos, dentro de um prédio de fábrica abandonada que fica encravado no coração da favela. Surpreendi-me, porque até então o havia julgado como um falastrão. Mas havia de fato uma série de pinturas, desenhos, materiais elétricos e equipamentos de marcenaria em seu “barraco”. Ele nos mostrou alguns eletrodomésticos que havia acabado de consertar e também diplomas que comprovavam sua participação em cursos profissionalizantes. Seu Santos é muito amigável e simpático, e fez com que eu esquecesse por algumas horas como é ruim viver em uma favela.

Na segunda vez em que visitei a favela, resolvi ir a pé, sem pegar carona com ninguém. Vindo da estação de metrô Marechal Deodoro, descendo as ruas em direção ao viaduto Orlando Murgel, tive uma sensação ruim e incômoda da entrada da comunidade. É como se aquela passagem por debaixo do viaduto fosse um portal que ligasse duas realidades diferentes. Percebi, então, que a maioria das pessoas que conheço olhariam os favelados como se fossem “alienígenas” ao seu cotidiano, e notei que eu não era diferente delas, que eu também seria preconceituoso se não estivesse atento às minhas convicções. É como se, apesar de sermos todos humanos, o ambiente fizesse dos favelados algo potencialmente perigoso, mesmo que sejam rigorosamente iguais a todas as pessoas do lado de cá da ponte.

Pensar nisso me deixou confuso e irritado, porque me vi como uma pessoa mesquinha, do tipo que evita passar perto de moradores de rua. Respirei fundo e passei por aquele “portal”, que me levou a outra dimensão, muito parecida com a minha, só um pouco mal-cuidada. Logo avisei a creche, instalada depois da entrada da favela, bem como um campo de futebol. A Associação de Moradores funciona dentro da creche.

A situação na favela é de abandono e miséria, mas muitos têm esperança. Todas as pessoas com quem eu falei disseram que não estão ali porque querem, mas porque não tem uma alternativa de moradia. A Igreja Católica, bem como diversas correntes evangélicas, têm força na comunidade e estão presentes nos trabalhos assistenciais e no auxílio às pessoas, que são no geral muito carentes. Quando se visita uma favela como essa, é difícil não pensar que todos têm algum tipo de carência, especialmente as crianças, que querem ser o centro das atenções a todo instante. Elas ficam maravilhadas quando encontram alguém de fora da favela. Querem brincar, pular, correr, subir nas árvores...

A condição mais triste é a dos indivíduos que habitam a fábrica abandonada, localizada bem no meio da favela. O local é muito sujo, úmido e escuro. Os fossos dos elevadores estão abertos e podem abrigar insetos e animais transmissores de doenças. À noite, estes enormes buracos podem causar acidentes, com tantas crianças pequenas brincando no local.

Há pessoas sensacionais que vivem no prédio em ruínas, como a gaúcha Carla Schuh, secretária-geral da Associação de Moradores da favela, e sua família. São estas pessoas que ainda mantêm um fiapo de esperança em ter uma vida digna, e que têm consciência de que viver na Favela do Moinho não é nem de longe a melhor solução, mas é a única possível sem algum auxílio do poder público. Para todos eles, a situação não deixa de ser desumana.

O tamanho do material que eu coletei na Favela do Moinho, no total, era muito extenso. Mas não me dei por satisfeito e comecei a percorrer outras favelas no entorno daquela região, com a ajuda de militantes da UMM-SP (União dos Movimentos de Moradia), que me levaram até uma favela localizada nos arredores do metrô Barra Funda, próxima ao Memorial da América Latina. A chamada Favela da Água Branca não entrou no trabalho,

mas me fez compreender que os moradores das favelas no geral são mais desunidos do que eu supunha. Eles não conseguem se agregar nem se articular para exigir reformas nas comunidades, tampouco para expor a situação a que estão submetidos para a sociedade em geral, seja através da imprensa ou dos meios de comunicação. Como as favelas tendem a se desagregar e formar novos núcleos, a tendência é pela desorganização e pela crescente infiltração de criminosos e de traficantes de drogas.

Quase todo o material do trabalho foi coletado através de entrevistas gravadas e anotações, que foram sendo realizadas ao longo da rotina na Agência Carta Maior e nas horas vagas de que eu dispunha para visitar as favelas e as ocupações. Participei, em novembro de 2006, do 1º Seminário Internacional “Produção Social do Habitat”, realizado pela organização não-governamental *Habitat para a Humanidade Brasil*, o que me facilitou o acesso às fontes internacionais que são citadas nos trechos seguintes. Eu já havia travado contato com algumas lideranças de movimentos por moradia, mas ter participado deste evento facilitou o acesso a muitas informações que provavelmente não estariam nesse projeto final.

Notei, depois de um certo tempo, que seria impossível fazer um trabalho aprofundado sobre as favelas com risco de despejo em tão curto tempo. Além de haver um número enorme de comunidades pela cidade, é preciso criar um vínculo de confiança com os moradores, que não surge da noite para o dia e às vezes depende da simpatia dos líderes – que podem ou não ser envolvidos com a criminalidade. Esta situação é completamente diferente dos movimentos por moradia no centro, que tendem à organização. Eles têm hierarquia rígida, não permitem o ingresso de alcoólatras, criminosos nem traficantes nas ocupações e têm metas claras: garantir por meio da pressão política, social, pela sensibilização na imprensa ou na Justiça que o direito à moradia de suas famílias sejam conquistados, através de bolsa-aluguel, de reforma dos prédios ocupados ou garantia de que não haverá despejos por certo tempo. Talvez pareça um tanto pretensioso fazer um trabalho com um tema tão amplo e ao mesmo tempo tão complexo. Reconheço as fraquezas do que produzi, já que há ênfase em estatísticas e análises de especialistas ao invés de depoimentos mais humanos e histórias de vida. Mas tentei fazer o meu melhor, e isso dependia de certas escolhas.

Passei a acompanhar a ocupação na avenida Prestes Maia em janeiro. Eu já havia estado lá algumas vezes, mas não havia feito nenhuma visita demorada. Aquele prédio de 22 andares, que deveria ter sido uma fábrica de tecidos, mas que acabou abandonado e depois ocupado pelos sem-teto, possuía uma organização *sui generis*. É muito diferente do que eu vi nas favelas, por exemplo, porque havia uma hierarquia organizadíssima, com divisão de tarefas, fundo de contribuição para a reforma do prédio e coordenadores por andar.

É curioso como a forma de organização às vezes facilita ou dificulta o acesso a estes locais. No caso da ocupação Prestes Maia, bastou telefonar para a líder dos sem-teto, Ivanete Araújo, que a minha entrada foi permitida, ainda que sob os olhares suspeitos das pessoas na portaria do prédio. Visitei o Prestes Maia, nesse meio tempo, pelo menos umas doze vezes. Nas primeiras foi muito difícil encontrar as lideranças, porque eu costumava chegar tarde demais, saído da Agência Carta Maior. Em um dos dias, conversei com um rapaz de uma organização evangélica que me deu informações valiosas sobre os horários em que poderia encontrar certas pessoas no prédio.

No último mês antes do fim da ocupação, comecei a ter mais sorte. Uma das visitas me levou a falar com uma das ex-coordenadoras de andar, Denise, muito simpática e cordial. Seu nome verdadeiro é Idenice Batista Nascimento, mas definitivamente ele não lhe agrada. Da primeira vez, fui recebido enquanto ela lavava louça e preparava o almoço, e o filho dela não quis deixar de forma nenhuma que gravássemos a entrevista, tamanha a gritaria que ele fazia ao brincar. Ela não quis aparecer em nenhuma das fotos, mas foi uma visita que rendeu frutos na hora de apurar o que ocorreria com os moradores do Prestes Maia.

Com o tempo, percebi que o fim da ocupação seria anunciado e que havia uma indisposição quanto ao senhor que cuidava da biblioteca, seu Severino. Ele é uma pessoa difícil de lidar e os militantes do movimento de sem-teto não estavam dispostos a fazer concessões para ele. Houve um acordo com a Prefeitura para garantir vagas em um conjunto habitacional em Itaquera e também bolsa-aluguel aos que quisessem morar no centro. a visita do prefeito Gilberto Kassab ao prédio da ocupação foi muito disputada, e ele chegou a anunciar um projeto de habitação popular para o Prestes Maia que obviamente nunca ocorreu.

Os últimos dias da ocupação foram de ansiedade, angústia, alívio e tristeza para os sem-teto. Estava mais do que claro que alguns queriam sair do prédio, mesmo que suas casas fossem fora do centro. Entretanto, os acordos com a Prefeitura não estavam bem articulados, e quase que os moradores destinados ao conjunto habitacional se dividem e perdem, ao menos em parte, o direito de terem acesso a estes apartamentos.

Não há como negar que as condições no Prestes Maia fossem precárias; entretanto é notório que os moradores deixavam os andares limpos e estabeleceram divisórias com tapumes, para criar os “apartamentos” de cada família. Havia eletricidade em todos os andares, um banheiro coletivo por andar, com água encanada e chuveiros quentes. Entretanto, a falta de recursos nos andares superiores também era comum, e chegar a eles via escada era uma tortura diária que os moradores tinham que enfrentar, já que não havia elevador no prédio.

Depois de um certo tempo de visitas, comecei a comparar as duas ocupações: enquanto no prédio da Prestes Maia as pessoas realmente discutiam, participavam das assembléias e tinham consciência de que só agindo em conjunto elas poderiam evitar um despejo, na Favela do Moinho quem se importava com despejo era exceção e não a regra, até que houvesse uma ameaça real. Há mais diferenças: uma ocupação é vertical e foi iniciada em 2004, enquanto a Favela do Moinho é horizontal, foi iniciada há pelo menos dez anos e fica entre dois trilhos de trem ativos.

Em relação à organização dos moradores, a favela do Moinho está numa fase intermediária, diferente das outras favelas desorganizadas. Já há uma Associação de Moradores e algumas pessoas interessadas em colaborar com o bem-estar comum e em evitar o despejo de todos. Eles são uma minoria e não têm nenhum tipo de controle sobre a presença de criminosos no local, mas têm um trabalho de conscientização crescente a ser enfrentado. A grande maioria dos moradores da Favela do Moinho sequer sabe que pode ser despejado do dia para a noite. Quais as semelhanças entre as duas? Ambas ficam no centro da cidade e estão inseridas na disputa por uma requalificação do centro com ênfase na habitação popular. Há, de certa forma, um elo entre a questão do despejo da Favela do Moinho, o fim da ocupação Prestes

Maia, e as políticas adotadas pela Prefeitura de São Paulo. Trata-se de uma disputa silenciosa em torno do projeto de recuperação do centro do município, travada entre o poder público e essa massa de esquecidos, que não querem perder os barracos onde vivem.

Dividindo meu tempo entre as visitas às duas ocupações, a pesquisa bibliográfica a respeito do problema habitacional em São Paulo, as entrevistas com especialistas em urbanismo, ex-parlamentares ligados às gestões da Prefeitura, professores universitários que trabalham com habitação e líderes dos movimentos sociais, eu consegui progredir no trabalho. Como não poderia deixar de ser, passei também a procurar os representantes do poder público, que têm seus argumentos e precisam ser ouvidos, sob o risco do trabalho ficar parcial e incompleto. Consegui acompanhar uma entrevista coletiva com o prefeito Gilberto Kassab (DEM), em junho, que me permitiu fazer duas ou três perguntas a respeito de moradia e também falar com o secretário Andrea Matarazzo ao final. Posso dizer que foi difícil conseguir contatar algumas pessoas ligadas à Prefeitura, mas fui bem atendido pelo secretário Floriano Pesaro, deu entrevista rapidamente, sem pestanejar.

Quando comecei a escrever este trabalho, imaginei que não conseguiria terminá-lo, dada a quantidade de material e a seleção que seria necessário fazer. A minha vontade era a de fazer um breve panorama da questão habitacional no mundo, na América Latina e no país, para poder situar melhor em qual contexto se insere o problema de moradia em São Paulo. Construir esse “mapa” serviu para mostrar o tamanho do problema habitacional no mundo, que diz respeito aos grandes centros urbanos, e que precisa ser solucionado rapidamente.

A proposta deste extenso trabalho não é a de colocar qualquer gestão municipal em um pedestal, mas analisar até que ponto existiu e existe de fato um projeto de incentivo à moradia popular no centro. Se ele era tímido durante a gestão de Marta Suplicy (PT-SP), também era considerado estratégico. A pergunta que deve ser feita é se ele foi abandonado.

Aqui há muitos dados, estatísticas, números e reflexões reunidas, mas sem se fazer presente, sem estar lado a lado com as pessoas da favela, mais ouvindo do que falando, o trabalho ficaria incompleto. Por fim, o trabalho joga um pouco de luz na luta por uma ampla reforma

urbana no país. Trata-se de uma luta similar à da reforma agrária realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Só que neste caso, são sem-teto e moradores de rua que protagonizam a luta por uma cidade mais justa.

2. Habitação precária no Brasil e no mundo

*“Milhares de casas amontoadas:
Ruas de terra - esse é o morro.
A minha área me espera.
Gritaria na feira
("vamos chegando!").
Pode crer! Eu gosto disso,
mais calor humano.*

*Na periferia,
a alegria é igual,
É quase meio dia,
a euforia é geral.
É lá que moram meus irmãos, meus amigos,
E a maioria por aqui se parece comigo”*

Racionais MCs, Fim de Semana no Parque

A professora titular de História da Habitação da FAU-USP, Maria Ruth Amaral de Sampaio, traz a definição do que é *habitação precária*⁴, termo que será usado ao longo deste trabalho: todo domicílio “sem condições de segurança, com risco de desmoronamento, de inundação, de incêndio devido a ligações elétricas precárias, além do perigo de se contrair moléstias infecciosas decorrentes do acúmulo de lixo e de condições insatisfatórias de higiene”.

Ela explica ainda que uma habitação ou moradia precária não se define somente quanto à condição do imóvel analisado, mas no que há disponível em seu entorno em termos de saúde, educação, cultura, lazer e transportes. Para Maria Ruth, “a metrópole paulistana sempre teve parte de sua população vivendo em condições precárias de habitação. Hoje, a precariedade atinge proporções nunca imaginadas, seja do ponto de vista de ausência de serviços de infra-estrutura, seja considerando-se as suas condições”.

⁴ SAMPAIO, M. R. A. *Habitação em São Paulo*. Revista de Estudos Avançados, n° 48, vol. 17, agosto de 2003.

Para dar uma idéia da condição de miserabilidade de uma parte da população de São Paulo, dados do IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), medido pela Fundação Seade, apontam que cerca de três milhões de pessoas estão na linha ou abaixo da linha da pobreza em todo o município. A Prefeitura reconhece que a cidade tem o maior número de pessoas pobres e miseráveis do continente americano. “Não há outro local em toda a América que concentre tanta gente pobre e miserável quanto a nossa cidade”, explica o Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro⁵.

2.1 Panorama Mundial

Para refletir sobre moradia no centro de São Paulo, é preciso conhecer um pouco acerca do problema da habitação em uma escala mundial. A ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou, em 2005, um relatório global sobre habitação, no qual faz a previsão de que cerca de três bilhões de pessoas (40% dos habitantes do planeta) viverão em moradias precárias em todo o planeta, até o ano de 2030⁶.

Para vencer o déficit habitacional mundial, seria preciso construir 96.150 novos domicílios por dia, ou então pelo menos quatro mil deles por hora. Uma razão da elevada previsão do déficit habitacional é o fato de que o número de pessoas que vivem em favelas ou áreas invadidas tende a triplicar nos próximos 25 anos. Hoje, segundo o relatório, há cerca de um bilhão de pessoas vivendo nestas condições. Todos estes valores parecem exagerados, mas eles estão aqui reunidos para mostrar que há um grave problema habitacional que atinge muitos países, fato especialmente dramático no que diz respeito às nações em desenvolvimento.

Na América Latina, em 2020, mais de 162 milhões de pessoas morarão em lugares inadequados, enquanto hoje há cerca de 134 milhões já nestas condições. O número beira a população estimada do Brasil para 2007, de 188 milhões, segundo o IBGE (Instituto

⁵ Entrevista concedida por Floriano Pesaro, Secretário da Prefeitura Municipal de São Paulo.

⁶ Dados do Relatório Global sobre Assentamentos Humanos, produzido pela ONU.

Brasileiro de Geografia e Estatística). Nosso país tem o maior problema habitacional dentre os latino-americanos: 52,3 milhões de pessoas vivendo precariamente em áreas urbanas e rurais. Em seguida vem o Peru, com 14 milhões, a Argentina, com 11 milhões, e a Venezuela, que conta com nove milhões de pessoas vivendo em condições precárias.

Há poucas políticas consistentes sendo feitas na maioria dos países em desenvolvimento, apesar das recomendações das Nações Unidas e do suporte oferecido por diversas ONGs que trabalham com habitação. A Colômbia tem sido bem-sucedida em vencer o déficit habitacional com ajuda da ONU, principalmente nas cidades maiores como Bogotá e Cali. Segundo as Nações Unidas, o continente latino-americano é o mais urbanizado do mundo, com cerca de 75% da população⁷ vivendo em cidades.

O Brasil é campeão em número de habitantes pobres em áreas urbanas: 34% dos que moram em cidades, por aqui, são de classe baixa. Cerca de 25% dos mexicanos que moram em áreas urbanas estão em situação de pobreza, um valor maior do que os 10% de colombianos que atravessam a mesma situação. A cada mês, o êxodo rural em direção aos centros urbanos na América Latina formaria uma cidade do tamanho de Belo Horizonte.

A ONU aponta que o pouco crédito dado às populações mais pobres é um entrave para o acesso à moradia, principalmente no Brasil e no Peru, empatados como os dois países de toda a América em que é mais difícil adquirir crédito para comprar uma casa.

Segundo o diretor da UN-Habitat, Erik Vittrup,⁸

Um em cada três habitantes urbanos da América Latina é brasileiro e pobre. Primeiro, eu acho que o continente latino não é o primeiro no que diz respeito ao déficit de moradia, porque a África tem um sério problema que também precisa ser resolvido. Entretanto, a América Latina é o continente mais urbanizado do mundo, e o que vemos aqui não é bom. Mais ou menos metade do déficit habitacional da região está na falta de condições absolutas de moradia.

⁷ Idem.

⁸ Entrevista concedida por Erik Vittrup Christensen, diretor para a América Latina da Comissão das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), durante o 1º seminário internacional “Produção Social do Habitat”, em novembro de 2006.

É bom que a América Latina tenha governos pró-pobres [como o presidente Lula e Evo Morales], nós discutimos muito isso dentro da UN-Habitat. Havia governos dos países latino-americanos que acreditaram que o desenvolvimento econômico em si poderia produzir riqueza, mas mesmo com o milagre econômico brasileiro, por exemplo, a pobreza se alastrou.

Quanto aos governos latino-americanos, eu acho que Hugo Chávez [presidente da Venezuela] faz um investimento focado em suas políticas habitacionais, privilegiando o investimento em Caracas. Às vezes seu plano habitacional é caótico. Já Lula e Michelle Bachelet [presidente do Chile] fazem uma política para moradia mais organizada e espalhada por todo o território de seus países. A legislação vigente no Brasil impede a ajuda aos mais pobres e atravanca a distribuição de renda.

A questão habitacional varia de país para país. A partir dos anos 1990 desapareceram muitos movimentos populares por moradia brasileiros, e isso é ruim. Os governos precisam de participação popular. Mais do que um problema de governo, esta é uma questão de economia e desenvolvimento. No Brasil, eu diria que é preciso estabilizar o crescimento de favelas, criar mecanismos de informação como observatórios urbanos, fazer o melhoramento integral de bairros nas grandes metrópoles. As Nações Unidas deram um grande apoio para o microcrédito habitacional na Colômbia, que tem dado resultados. Há ainda parcerias com as s do continente para aplicar as “Metas do Milênio”, que incluem a habitação, e também para documentar as políticas de produção social do habitat, além de oferecer incentivos aos estudos jurídicos sobre a garantia de habitação.

A solução em por Cali, na Colômbia, e na Cidade do México, foi facilitar a regularização fundiária e habitacional através de uma parceria entre órgãos públicos e empresas privadas. É impossível mudar a situação habitacional brasileira apenas através do governo. O mercado precisa investir na população, assim como as empresas privadas e também a classe média.

De acordo com a secretária-geral da Coalizão Internacional para Moradia (HIC), a mexicana Lorena Zárate, os movimentos populares por moradia ganharam força na América Latina nos anos 1980, principalmente no México, Colômbia, Uruguai e Brasil. Quase todos os países do continente viviam regimes militares, o que unificou os militantes em prol da luta pela democracia e contra a perseguição política.

No caso do Uruguai o déficit habitacional foi vencido pela organização de cooperativas habitacionais populares, que surgiram principalmente na década de 1980. Chamadas de

“Cooperativas de Vivienda”, sua formação era basicamente de classe média-baixa, o que significou, em princípio, que não eram instituições com caráter partidário nem político.

A maioria das cooperativas uruguaias se reuniu em torno da Fucvam (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua), que surgiu nos anos 1980. A Fucvam teve um papel fundamental em ensinar aos movimentos brasileiros como trabalhar com mutirões autogestionados, como formar cooperativas de habitação e como fazer ocupações de prédios abandonados. “Movimentos brasileiros, argentinos e uruguaios tiveram muito intercâmbio”, diz Lorena⁹. Hoje, avalia a coordenadora da HIC, os movimentos sociais chegaram ao poder na maioria dos países latino-americanos, o que levou a uma desordem interna, fratura e à cooptação das lideranças pelos novos governos.

“Um dos principais assessores da Fucvam, Mariano Aranda, foi escolhido para ser *Ministro de Vivienda* [Habitação] do Uruguai. Ele tinha elos com os movimentos sociais e hoje defende medidas neoliberais, como a restrição de crédito à população, e a cobrança imediata de hipotecas das camadas mais pobres. Ele recusou-se a receber uma comissão da Fucvam e da HIC, portanto é visto como um inimigo pelos movimentos”, explica Lorena.

Para ela, os movimentos populares no Uruguai e no Brasil são os mais fortes, porque não perderam a autonomia e porque tem mais pessoas trabalhando. “Infelizmente os brasileiros não se articulam bem internamente. Os sem-terra não dialogam nem trabalham juntos com os sem-teto”, reclama. “As políticas habitacionais na América Latina são criminosas. Nossos governos praticam um genocídio em termos habitacionais, ao impedir as pessoas de terem acesso a esse direito, que acaba podando outros direitos fundamentais, como o de trabalhar”.

O coordenador da mexicana *Copevi* (Cooperativa de Viviendas), Gabriel García Ramírez, informa que as políticas habitacionais em seu país não mudaram muito desde 1982, o que significa um atraso com relação às principais demandas dos movimentos populares¹⁰.

⁹ Entrevista concedida por Lorena Zárate durante o 1º seminário internacional “Produção Social do Habitat”.

¹⁰ Entrevista concedida por Gabriel Garcia Ramírez no seminário internacional “Produção Social do Habitat”.

“Desde as primeiras conferências das Nações Unidas, como a de Vancouver [Canadá], se discute a produção social de habitação. Mas o que se formula é uma utopia urbana. Falta legitimidade às estruturas governamentais na América Latina para aplicar, no que diz respeito à moradia, os princípios de inclusão social, igualdade de gênero, democracia participativa e defesa do meio ambiente”, critica acidamente o coordenador da Copevi.

2.2 Cenário brasileiro

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério das Cidades, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aponta que o Brasil, no ano de 2005, possuía um déficit habitacional de 7,90 milhões de domicílios¹¹. O valor, como já foi citado, equivale a mais de 52,3 milhões de brasileiros, ou 27,8% da população, se for levada em conta a estimativa de população de 188 milhões para o mesmo ano¹², feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já o número de moradias com carência de infra-estrutura, segundo a mesma pesquisa, chega a ser de 11,32 milhões em todo o país. Somado com o déficit habitacional, o valor alcança espantosos 19,22 milhões de domicílios que deveriam existir ou que são inadequados para morar por problemas de estrutura, como falta de esgoto.

É importante saber que o problema habitacional se estende a todo o país, porém se agrava em São Paulo, onde os bairros mais ricos concentram tanto os serviços públicos de melhor qualidade quanto os benefícios de emprego, transporte e comércio facilitado. O crescimento da cidade, sempre desordenado, foi moldado conforme os fluxos dos imigrantes na década de 1970 e 1980, encaminhados para bairros periféricos, em que foram montados lotes irregulares e favelas. São estas as áreas que mais requerem alguma regularização fundiária na cidade.

¹¹ **ARAÚJO, B.** *Déficit habitacional no Brasil 2005*. Pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro.

¹² Estimativa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que é elaborada pelo IBGE.

O Sudeste, onde se encontra o estado de São Paulo, lidera o ranking de déficit habitacional. Ao todo, são 2,89 milhões de domicílios que deveriam existir na região. Em seguida, vem o Nordeste, com 2,74 milhões de casas inexistentes. Somadas, as duas regiões respondem por 71,4% de todo o déficit habitacional brasileiro.

Indagado quanto aos problemas de moradia no país e sua relação com o município, o professor Nabil Bonduki, da FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) responde¹³:

O problema é o déficit habitacional acumulado. Moradias precárias, coabitação, um número enorme de pessoas que moram junto. Temos um crescimento demográfico violento nas últimas décadas, o que aumenta a demanda por moradia, e o que se produz é insuficiente.

É preciso enxergar também que há um crescimento demográfico nas classes de renda média e alta. Como essas pessoas tem maior poder de compra, elas conseguem se apropriar inclusive das habitações produzidas para os setores mais pobres [como foi o caso dos condomínio do Banco Nacional de Habitação, o BNH]. Então há um deslocamento das necessidades.

Sabemos que 92% do déficit está abaixo de cinco salários mínimos. Mas acima dessa faixa existe uma demanda demográfica muito grande, por exemplo, em São Paulo. São pessoas com chance de compra, então sua presença desloca as famílias já alojadas no centro da cidade, que vão acabar enviadas para a periferia, muitas vezes para favelas. E é assim que as favelas crescem a partir do centro da cidade.

Segundo a pesquisa feita pelo IBGE, a maioria das famílias brasileiras que estão em situação precária de moradia tem renda inferior a três salários mínimos, e são 90,3% de todo o déficit habitacional urbano¹⁴. A aglomeração de famílias no mesmo imóvel, a chamada “coabitação familiar”, seja em cortiços ou não, responde por 56,8% do déficit no país e é sua principal causa. Já a precariedade das moradias é causa de 19,7% do problema habitacional brasileiro.

O gargalo que impede de derrotar o déficit de moradia brasileiro está na quantidade de recursos disponíveis para a população financiar suas casas, que representa só 2% do PIB (Produto Interno Bruto). O Brasil tem pouca oferta de crédito, que não é atrativo para a

¹³ Entrevista concedida pelo professor Nabil Bonduki.

¹⁴ **ARAÚJO, B.** *Déficit habitacional no Brasil 2005*. Pesquisa da Fundação João Pinheiro para o PNUD.

maioria da população. A Dinamarca oferece 87,5% do PIB em termos de crédito para financiar moradias no país, enquanto os EUA oferecem 71% e o Reino Unido, 70,4%¹⁵.

A iniciativa privada não investe em habitação popular porque não há incentivos oferecidos pelo governo e o mercado neste setor habitacional pertence à classe média-baixa. O PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) pode trazer mudanças em médio prazo, porque prevê grande investimento de recursos públicos no setor habitacional e oferece a renúncia fiscal em diferentes níveis de empreendimento, como nos materiais de construção e também no mercado imobiliário. Entretanto, ainda é cedo para avaliar a capacidade do PAC de mudar a condição habitacional do país e atingir as camadas mais pobres dos brasileiros.

2.3 Situação em São Paulo

No ano 2000, São Paulo contava com 10,41 milhões de habitantes. Pelo menos 89 bairros da cidade abrigam alguma favela¹⁶, que são habitadas por 1,16 milhão de pessoas. Naquele ano, elas somavam 11,12% da população. Entretanto, vale notar que há problemas de moradia na cidade que estão além das favelas. Existem pessoas em situação precária de moradia que não podem ser consideradas faveladas, porque moram nas ruas, em cortiços, terrenos ilegais, prédios ocupados ou em abrigos públicos. Este fato invalida a análise isolada da estatística anterior.

Dados do Observatório dos Direitos do Cidadão apontam que o número de pessoas vivendo nas condições acima citadas era de 2,36 milhões na São Paulo do ano 2000¹⁷. O número resulta da soma simples das estatísticas, e permite pensar que a questão de moradia atingia 22,67% da população total da cidade naquele ano, o dobro dos 11,12% apurados para as favelas. Só os loteamentos clandestinos abrigam 1,06 milhão de pessoas. Outros 8,7 mil destes indivíduos estão morando nas ruas, nas praças e nas sarjetas.

¹⁵ Dados do Relatório Global sobre Assentamentos Humanos, produzido pela ONU.

¹⁶ **MARQUES, E; TORRES, H.** *Favelas no município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000.* Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 5, maio de 2003, p. 27-29.

Estimativas da Fundação João Pinheiro divulgadas pelo Observatório dos Direitos do Cidadão apontam que, no ano 2000, o déficit habitacional na cidade era de 203,4 mil domicílios da cidade, ou 6,8% deles. Existem 314,7 mil (10,4%) casas inadequadas por infra-estrutura e outras 205,2 mil (6,8%) que estão localizadas em lotes irregulares.

Os números podem parecer desatualizados, mas são exatamente os mesmos com que lidam os pesquisadores e especialistas em urbanização na cidade de São Paulo. Em uma entrevista dada pelo coordenador do setor de Direito à Cidade do Instituto Pólis, Nelson Saule Júnior, ele aponta que “não foi feito um censo mais recente das favelas e cortiços” na cidade desde o ano 2000. A seguir, um trecho da entrevista feita com o coordenador do Pólis:

Os dados que existem dessa população, as pesquisas feitas pela Prefeitura retratam levantamentos feitos no início dos anos 1990 em São Paulo. Não foi feito um censo mais recente nas favelas e nos cortiços de São Paulo, que dessem elementos mais precisos dessa realidade, até para comparar com o que temos em estatísticas de 20 anos atrás.

Mas sabemos, por dados mais gerais da cidade, extraídos do próprio censo do IBGE, que a realidade não se alterou muito. Há um número alto de favelas na cidade situadas em áreas públicas, algo em torno de 1.200, somadas a um grupo de 300 favelas situadas em áreas particulares. Estima-se que existam entre 1,5 milhão e 2 milhões [de pessoas] vivendo em favelas. É uma grande cidade favelada que resiste dentro de uma metrópole.

É importante medir, também, qual a garantia de direitos que tem os moradores do centro de São Paulo. De acordo com dados apresentados pela própria Prefeitura, no SIM-DH (Sistema Intraurbano de Monitoramento de Direitos Humanos), há pelo menos 11,3 mil pessoas no bairro que sobrevivem com até meio salário mínimo. Outras 34,5 mil estão sujeitas a morar em imóveis superlotados, onde dividem quartos com mais de três pessoas, seja em suas próprias casas ou em cortiços.

¹⁷ **CARDOSO, A. L.** *Habitação: balanço da política municipal entre 2001 e 2003*. Observatório dos Direitos do Cidadão. Instituto Pólis e PUC-SP, número 21, p. 26-27.

Composto pelos bairros da Bela Vista, República, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Liberdade e Cambuci, o centro tem 26,20 km², segundo os dados da Prefeitura¹⁸. A baixa escolaridade afeta 60,8 mil pessoas na região. Os negros e pardos, que notadamente vivem em moradias mais precárias e fazem parte de favelas e ocupações, ganham 2,1 menos do que os brancos, e são vítimas de 3,82 vezes mais assassinatos.

Qual a situação dos paulistanos que moram de forma precária e que desejam ter sua própria residência, uma chance de se reinserir na sociedade? Existe uma infinidade de rostos, olhos, personalidade e almas dentre os sem-teto. Um dos mais interessantes que eu conheci foi Anderson Oliveira, 26 anos, oito deles vividos nas ocupações. Olhos grandes, nariz redondo, pele parda e cenho franzido, ele respondeu as minhas perguntas com palavras curtas e rápidas, como quem tem segurança do que está falando, mas também está atento e desconfiado para seu entrevistador. Em janeiro de 2007, ele e um grupo de sem-teto acamparam diante da Prefeitura para pedir a prorrogação do programa Bolsa-Aluguel e para impedir o despejo da ocupação Prestes Maia.

Atualmente, Anderson mora em um prédio ocupado da rua Asdrúbal Nascimento, perto da Praça da Sé. São nove andares, que abrigam pelo menos 68 famílias. Diz ele¹⁹:

Faz oito anos que eu participo de movimento por moradia, já passei de prédio em prédio, de despejo em despejo, e o descaso da Prefeitura e dos governantes é grande, viu. Depois que a condição da minha família piorou, todos nós entramos nessa de fazer ocupação, até os meus irmãos menores, há um tempo atrás.

Nós já moramos em tudo que é bairro, na Barra Funda, Brás, Mooca e no centro, eu, meu pai, minha mãe e os irmãos. Tudo na finalidade de conseguir uma casa e até agora nada. Fiquei acampado na entrada da Prefeitura junto com os outros sem-teto por uns cinco dias e nós não fomos atendidos. Queriam nos dar 32 casas, mas e as mais de quatro mil pessoas que fazem parte do meu movimento e dos outros companheiros? Não tem como aceitar isso.

¹⁸ Dados do Sistema Intraurbano de Monitoramento (SIM-DH), organizado pela Comissão Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo.

¹⁹ Entrevista concedida por Anderson Oliveira.

Outro depoimento marcante foi gravado com o ex-morador de rua Sebastião Nicomedes, de 39 anos, que atualmente faz parte do MNPR (Movimento Nacional de População de Rua) e que tem conseguido reconhecimento como escritor²⁰. Ele já publicou dois livros de poesias, um deles intitulado *Cátia, Simone e outras maravilhas*. Sua mais nova peça, *Diário dum Carroceiro*, foi encenada em um fim-de-semana de maio na Favela do Moinho. A partir de agosto, ela deve estrear em cartaz no Teatro Sérgio Cardoso.

Tião, como é conhecido, sofreu o maior golpe de toda a sua vida em 2003. Naquele ano, ele abriu uma microempresa de comunicação visual, letreiros, placas. Investiu tudo nela. Estava noivo e morava no próprio salão da firma para economizar o dinheiro do aluguel. Pensava em alugar algum lugar para morar em questão de dois meses. Um dia, quando foi instalar um letreiro em uma loja, caiu de uma altura de 4 metros e meio, atravessou o toldo da loja. Foi parar no hospital. Depois de oito dias internado, não tinha mais nada, descobriu-se abandonado. Sua noiva foi embora, seus amigos e parentes não o visitaram, perdeu a firma. Depois destes apuros, ele passou a morar na rua. Foram dois meses nas calçadas, revirando lixo em busca de comida e material reciclável para ganhar algum dinheiro. Tudo isso com um pulso trincado e o braço engessado por conta da queda.

Ele procurou a família e os amigos, mas ninguém quis revê-lo. Depois, Tião passou mais três anos e meio dividindo albergues com centenas de sem-tetos. Há alguns meses, ele vive em um pequeno quarto alugado no Brás, pago com o que recebe em eventuais trabalhos artísticos. O último aluguel, aliás, está atrasado. Veja abaixo o depoimento de Tião,

Não ter casa ou viver como um sem-teto, em princípio, é vergonhoso. Depois, é humilhante saber que você está na rua. Não porque quer, mas porque não tem outro lugar para estar. Você tem que ficar ali. Há um pouco de conformismo por parte de alguns, porque abala psicologicamente sim. Morar na rua é abalar total, porque transforma a mente da pessoa.

Jamais eu iria imaginar como é não ter casa. É outro mundo. Existe outra cidade dentro de São Paulo que não faz parte necessariamente desta realidade que a classe média vive. Quando olhamos pela

²⁰ Entrevista concedida por Sebastião Nicomedes.

lógica, esse outro mundo dos albergues é invisível. Ninguém se preocupa em resolver, as pessoas estão preocupadas em se dar bem.

Não tem como definir o que é morar na rua. Acho que é um ensaio para a morte. Quando a pessoa pára de sonhar é porque já morreu e muita gente ali na rua parou de sonhar. Os que sonham são os que ainda sofrem. É contraditório o que eles buscam e o que eles estão tendo na rua. Quem está na rua não quer mais ser encontrado pela família. Não sei se há um abalo na mente, mas a pessoa não quer ser vista nunca mais.

Tudo aquilo que essa pessoa construiu de vínculo, de história, não existe mais. Não vai mandar carta para a mãe, não adianta o irmão vir buscar, até porque o morador de rua vai se esconder, não se sente mais parte desse mundo.

Até umas décadas atrás, era mais raro ver um morador de rua no centro de São Paulo. Hoje já está ficando banal e ninguém liga mais. Acho uma loucura em como está chegando a esse ponto. Os ricos não estão percebendo o quanto isso vai custar para eles, e essa situação não é lucrativa nem para os ricos nem para os pobres.

3. O problema habitacional e a reforma urbana

*“Antes que me urbanizem a régua,
compasso,
computador, cogito,
pergunto, reclamo:
Porque não urbanizam antes
a cidade?
Era tão bom que houvesse
uma cidade
na cidade lá embaixo.”*

Carlos Drummond de Andrade, Indagação

3.1 Surgimento da submoradia em São Paulo

É impossível precisar quais foram as primeiras moradias precárias dentro do território paulistano. Entretanto, os registros sobre a existência de cortiços, a partir do século XIX, são vastos. Relatórios²¹ de autoridades governamentais, elaborados no final daquele período, enfatizam a existência de habitações coletivas insalubres que circundavam os bairros centrais, como o Anhangabaú e a República. Estima-se que, em 1904, um terço da cidade era composto por cortiços. Estas moradias precárias correspondiam a cerca de 8.100 moradias²².

Segundo a especialista em saúde coletiva Lina Rodrigues de Faria²³:

O cortiço foi a habitação popular que mais sofreu repressão por parte dos poderes públicos. Essas moradias eram consideradas “inadequadas do ponto de vista da legislação sanitária” e fonte de propagação de doenças infecciosas. Quando da ocorrência de casos de febre amarela, por exemplo, a atitude do Serviço Sanitário era recorrer à desinfecção dessas habitações ou a sua derrubada.

²¹ LEMOS, C. *Os primeiros cortiços paulistanos*. Em *Habitação e Cidade*, Maria Ruth Amaral de Sampaio (coord.). São Paulo, FAU-USP/Fapesp, 1998.

²² AMARAL, A. *Habitação: avaliação da política municipal*. Observatório dos Direitos do Cidadão. Instituto Pólis e PUC-SP, número 4, p. 10-11.

²³ FARIA, L. R. *Primeiros Tempos da Saúde Pública em São Paulo*, p. 383

As autoridades públicas da época ofereceram benefícios convidativos à iniciativa privada, para articular interesses que colaborassem para uma solução nos bairros próximos do centro.

Muitos particulares, como cafeicultores e industriais novos-ricos, aceitaram bem a idéia. Com isso, o poder público conseguiu modernizar a área central e criar uma “teia” de relações entre os interesses particulares e a administração pública.

Os cortiços no entorno do centro foram sendo a partir da década de 1930 e 1940. Mudanças na lei do inquilinato forçaram muitos trabalhadores a deixar suas habitações e partir para lotes mais periféricos, que comparativamente ficaram mais baratos. Na periferia, as casas eram erguidas em regime de “autoconstrução”, com a própria família colaborando entre si.

O poder público, na virada dos séculos XIX e XX, foi tomado pela ideologia sanitarista, cuja recomendação era a demolição dos cortiços, para evitar que epidemias e pestes se espalhassem e atingissem toda a população do município. De certa forma, há uma analogia entre “sanitarismo” e “higienismo”, nome empregado atualmente pelos movimentos sociais e ONGs para classificar as ações da Prefeitura no centro de São Paulo.

A professora titular de História da Habitação da FAU-USP, Maria Ruth Amaral de Sampaio, faz uma ponderação sobre a confusão entre iniciativa privada e interesse público, questão que no início do século XX aflorava como sendo a razão para a permanência dos problemas urbanos no município²⁴:

A administração pública não só delegava à iniciativa privada as providências relacionadas à ocupação do espaço urbano, como manifestava a intenção de “segregar” a população trabalhadora em áreas distantes do núcleo central da cidade, o que permitia aos empresários imobiliários daquela época atuarem livremente conforme seus interesses. Tanto que o posterior crescimento da cidade foi feito sob o comando dos interesses da valorização imobiliária, que usaram e abusaram da propriedade da terra urbana como reserva de riqueza. Em consequência disso, a expansão da área urbana foi muito superior à que seria necessária para abrigar a população e os serviços urbanos.

²⁴ SAMPAIO, M. R. A. *Habitação em São Paulo*. Revista de Estudos Avançados, número 48, vol. 17, agosto de 2003.

Entre 1940 e 1960, há o crescimento das metrópoles brasileiras, incluindo São Paulo, em um processo que está bastante atrelado à industrialização. Com a entrada do capital estrangeiro, no fim da década de 50, o país começa a viver na contramão do “Estado de Bem-Estar Social”. A elite brasileira quer se perpetuar no controle do Estado e ser industrial, por isso se associa às multinacionais, na época, para melhor explorar a massa de trabalhadores.

O fluxo de migração, a partir destas décadas, é majoritariamente urbano e endógeno, oriundo de regiões do nordeste do país. Por essa razão, há um grande crescimento periférico no Rio de Janeiro e em São Paulo neste período, que encontra seu auge na década de 1970.

Tal fluxo vai forçar a população das metrópoles a se agrupar em bairros irregulares, dotados de submoradias, como favelas e cortiços, criados sobre lotes ilegais. As favelas paulistas surgiram na década de 1940. Primeiro, elas se caracterizaram como um foco de resistência de famílias que não queriam abandonar as áreas mais centrais. Logo se tornariam um sério problema habitacional.

3.2. Os regimes autoritários e a habitação

No governo do Estado Novo, o país conheceu uma época de grandes investimentos, feitos por uma política nacional-desenvolvimentista de substituição de importações e criação de um amplo setor de indústrias de base. Neste período teve início um processo de urbanização acelerado, que deu origem aos problemas habitacionais hoje existentes. Se, naqueles anos, houvesse um planejamento urbano concreto para a cidade, que fosse aplicado e previsse a inclusão de amplos setores populares, seria possível evitar o surgimento de centenas de favelas e cortiços que dividem o horizonte atual de São Paulo com bairros de classe média.

Durante o regime militar, houve vultosos investimentos em infra-estrutura, através de uma linha econômica parecida com a do Estado Novo, mas baseada em capital estrangeiro e no fomento à indústria nacional. No auge da ditadura, este investimento provocou o chamado

“milagre econômico”, que veio a culminar em obras estruturais faraônicas, como a Rodovia Transamazônica e a ponte que liga as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

Segundo o Observatório dos Direitos do Cidadão,²⁵

O conceito de déficit habitacional, em vigor na época, propunha a substituição de casas abaixo dos padrões mínimos [cortiços e favelas] por novas unidades habitacionais, o que ajudava a consolidar o mercado de construção civil mas não resolvia o problema de moradia. A proposta de urbanizar favelas, melhorando as condições dos ambientes já construídos, em oposição à tradicional proposta de remoção, demorou muitos anos para se tornar uma alternativa reconhecida do ponto de vista das políticas públicas de habitação.

Por outro lado, a terra nas cidades, provida de serviços e infra-estrutura, foi ficando cada vez mais cara, levando os que não tinham recursos a lugares cada vez mais distantes e precários. A maioria da população se virou como pôde: em favelas à beira de córregos, na autoconstrução de suas casas na periferia, sem orientação técnica, em lotes irregulares, nos cortiços cada vez mais povoados e quase sempre em condições extremamente precárias.

Um dos paradigmas da produção pública de habitação, nestes anos, foi o programa do BNH (Banco Nacional de Habitação), fundado em 1964 e instituído em 1966, com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos trabalhadores). Nesta época, o BNH ocupou a posição de segundo principal banco do país, e o maior em escala de produção e em recursos investidos. Sua dinâmica se caracterizou por financiamentos para a classe média e para a infra-estrutura das cidades, o que acabou fazendo com que ele operasse como um mecanismo de concentração de renda²⁶.

O BNH se constituiu como um modelo de financiamento à produção e não ao usuário, o que não dava suporte de crédito a um setor amplo da população pobre à procura de moradia, que não dispunha de renda mínima para entrar no sistema. Da mesma forma, outros programas habitacionais do regime militar eram feitos com contratos milionários para empreiteiras. Linhas de financiamento alternativas, acessíveis aos mais pobres, vigoraram mais no final da

²⁵ AMARAL, A. *Habitação: avaliação da política municipal*. Observatório dos Direitos do Cidadão. Instituto Pólis e PUC-SP, número 4.

²⁶ *Idem*.

vida do Banco e representaram investimentos pequenos proporcionalmente aos demais projetos e obras financiados.

A partir de 1970, quando o lote da periferia ficou mais inacessível aos trabalhadores, o número de favelas aumentou de maneira significativa em São Paulo. Um exemplo deste tipo é a favela de São João Batista, surgida há pelo menos 30 anos, em 1977. Os barracos abrigam cerca de sete mil pessoas e estão localizados em um terreno estreito, cortado por um córrego, na região de Alto da Vila Prudente, perto do bairro de Sapopemba.

Um dos líderes, Renildo Gonçalves Vianna, veio de Salvador (Bahia) para São Paulo em 1987. Renildo mora na favela com a mulher e os filhos desde 1991. Ele explica que o terreno onde fica a favela foi uma área particular durante a ditadura, mas que o proprietário, tendo em vista o problema da ocupação irregular, doou a área para a Prefeitura para que transformasse tudo em uma área verde²⁷.

A Prefeitura entrou na Justiça para pedir a nossa saída, em junho de 2006. Fizemos uma passeata pela avenida Sapopemba, com fotos e cobertura da imprensa, e através da ajuda dos movimentos sociais, conseguimos apoio de gente importante, como o bispo Dom Pedro Luiz Stringhini, que é amigo do secretário de Justiça, Luiz Antônio Marrey. Ele suspendeu a reintegração. O grupo em torno da favela passou a se reunir mais, e conseguimos a chance de ficar nas nossas casas. Parece que agora a nossa área foi indicada para a regularização fundiária.

Nós queremos a regularização para melhorar tudo, se possível alargar as vielas, urbanizar a favela e adequar o córrego, e não ter que ser despejado. Eu tenho esperança de ter a escritura da minha casa na favela. Tudo que eu tenho é esse pedaço de chão onde está meu lar, foi conseguido com muito suor, foi uma vitória muito dura, tudo está ali dentro. Não posso deixar meus quatro filhos na rua, nem a minha esposa.

A urbanização de São Paulo, nas décadas de 1960-1970, foi feita através da criação de grandes territórios de exclusão social, deixando setores inteiros do município impedidos de partilhar dos potenciais econômicos e do desenvolvimento humano oferecido pela vida em São Paulo. As áreas ocupadas nos arredores da cidade, nas décadas anteriores,

²⁷ Entrevista concedida por Renildo Gonçalves Vianna durante o 3º Seminário Estadual de Favelas.

correspondem hoje às favelas, aos lotes ilegais em áreas de mananciais, aos cortiços e outras formas de habitação precária, que produz e aprofunda situações de risco.

A professora Maria Ruth detalha os números do problema habitacional da década de 1970, em que a favela de São João Batista, como outras favelas, foi erguida²⁸:

Na época, habitavam a região da Grande São Paulo aproximadamente 7,75 milhões de habitantes. Os dados mostravam a precariedade em que vivia a população paulistana: dos oito mil quilômetros que formavam a rede de ruas e avenidas, apenas 40% eram pavimentados. Cerca de 489 mil pessoas moravam em residências desprovidas de luz elétrica e apenas 30% dos domicílios eram servidos pela rede de esgotos e 53% pela de água. Considerando-se apenas a área do município, em 1968, 41,3% eram desprovidos de esgotos.

Com relação às casas da periferia, há indicações em estudos de que o processo de autoconstrução era generalizado na periferia paulistana. Era a habitação possível para trabalhadores menos qualificados. Somente na capital viviam 130 mil favelados, 615 mil moradores de cortiços e 1,8 milhão de pessoas em casas precárias da periferia. Embora não existissem dados mais completos, sabia-se que as condições eram semelhantes em outros municípios da área metropolitana.

Em anos posteriores, como 1991, a Prefeitura realizou um censo em que estimava haver cerca de 2,5 mil favelas. Como já afirmamos, a porcentagem de população que hoje vive em favelas chegou, no ano 2000, a 11,12%.

3.2.1 Surgem os movimentos por moradia

A década de 1970 foi marcada pelo surgimento vigoroso de movimentos sociais urbanos, que foram criados por conta da falta de respostas para os problemas nas cidades. Eles lutavam nos bairros, diretamente com a população, reivindicando infra-estrutura e serviços públicos. Oriundos da periferia, os movimentos por moradia surgem a partir de associações de moradores e da organização da Igreja Católica em diferentes pastorais para dar apoio social aos mais carentes.

Um exemplo de militante é Ricardo dos Santos, morador do bairro Vila Liviero, na zona sul/sudeste de São Paulo. Ele, que teve sua formação a partir do grupo de jovens da Igreja, atua há 25 anos com movimentos populares de habitação. “Começamos a discutir com os padres e os seminaristas sobre a dificuldade da moradia. A falta de luz, de saneamento, de água encanada, todas as questões de viver em um local precário. Como é viver nas favelas, onde talvez haja um córrego, onde talvez haja construções sobre palafitas. Acreditamos em Jesus como um libertador, que tira o homem de sua condição de vida miserável”.

Na década de 1990, os movimentos sociais começam a se instalar nas áreas centrais, sem abandonar os bairros mais periféricos. Na mesma época, sem-terra que viviam nas cidades ocuparam terrenos nos grandes centros metropolitanos, tornando pública a inexistência de políticas habitacionais para os trabalhadores pobres da cidade. Estas ocupações ocorreram entre 1984 e 1985. Fica claro, a partir desta década, o fenômeno do esvaziamento do centro da cidade. De acordo com o professor de Urbanismo da FAU-USP, João Sette Whitaker Ferreira²⁹:

Eles [os movimentos por moradia] surgem na esteira do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outros movimentos sindicais e operários, e reivindicam uma política habitacional no centro, mesmo porque o centro de São Paulo diminui 1,2% ao ano, enquanto a periferia cresce de 4 a 5% ao ano.

Esses movimentos ganharam muita força recentemente com o Estatuto da Cidade, que diz que um edifício vazio, em áreas de infra-estrutura, está em condição ilegal. Será contra a lei a ocupação destes prédios por movimentos populares? Juridicamente falando, é um crime, porém é tão ilegal quanto a manutenção de uma moradia desocupada em uma área urbana. Estão sendo aplicados muitos recursos públicos para a manutenção de infra-estrutura urbana, como saneamento.

Uma das principais articulações dos movimentos por moradia no estado, a UMM-SP (União dos Movimentos de Moradia de São Paulo), foi formada na década de 1980 a partir de um grupo de sem-teto que participou das citadas ocupações de terra, em 1984 e 1985.

²⁸ SAMPAIO, M. R. A. *Habitação em São Paulo*. Revista de Estudos Avançados, número 48, vol. 17, agosto de 2003.

²⁹ Entrevista de João Sette Whitaker Ferreira ao website *USP Online*, publicada em junho de 2005 sob o título: “Metade da população de São Paulo vive em submoradias, afirma especialista”.

Esta organização atua principalmente em São Paulo, mas também em outros estados. Trata-se de uma articulação dos movimentos por habitação no plano municipal, estadual e federal, destacando-se na luta e apoio às iniciativas de autogestão em mutirões. A UMM-SP ajudou na elaboração do texto e na coleta de um milhão de assinaturas para o primeiro projeto de lei de iniciativa popular apresentado no Congresso Nacional. Aprovada há cerca de dois anos, a lei propôs a criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular, que recebeu outro nome ao ser aprovado: Fundo Nacional para Habitação em Interesse Social (FNHIS).

O projeto de lei nº 2.170, encaminhado aos parlamentares em 1992, sugeriu ainda a criação de um Conselho Nacional de Habitação, para gerir uma política de moradia para o país. É a partir deste instante que os movimentos populares demonstraram para a sociedade como estão capacitados e credenciados para o debate público, como sujeitos reconhecidos no processo de decisão legislativa e executiva³⁰.

Desde então, os movimentos populares paulistas vêm reivindicando não só o direito à moradia, mas à cidade, e participando ativamente das lutas pela reforma urbana ao lado de organizações sociais nacionais, como a CMP (Central de Movimentos Populares), fundada em 1993. O eixo de atuação da Central é na luta pela reforma urbana e pela cidadania.

É a partir de 1997 que os movimentos por moradia começam a ocupar edifícios ociosos no centro da cidade, em função de uma conjuntura adversa: baixos salários, dificuldades nos deslocamentos e no acesso a infra-estrutura, aos serviços, à falta de alternativas concretas para as submoradias. Com tal ato, as organizações populares deram visibilidade a um novo meio de lutar pela moradia, destacando o direito de morar no centro, perto dos locais onde existe mais oferta de trabalho e melhores condições de serviços públicos³¹.

A partir daí, vários movimentos por moradia no centro surgiram no fim da década de 90, como a ULC (Unificação das Lutas dos Cortiços), o MMC (Movimento de Moradia do

³⁰ AMARAL, A. *Habitação: avaliação da política municipal*. Observatório dos Direitos do Cidadão. Instituto Pólis e PUC-SP, número 4.

³¹ *Idem*.

Centro), O Fórum de Cortiços e o MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro), que deu origem à mais famosa ocupação ocorrida em São Paulo, localizada na avenida Prestes Maia.

A articulação dos movimentos por moradia com organizações não-governamentais (ONGs), com institutos de pesquisa (como o Instituto Pólis) e com a comunidade acadêmica da USP (Universidade de São Paulo), no ano 2000, resultou na criação de uma frente ampla a favor da moradia popular no centro da cidade, chamada de FCV (Fórum Centro Vivo).

Todos estes movimentos populares, até o ano de 2002, estavam alinhados politicamente com o PT (Partido dos Trabalhadores), tendo em vista as sucessivas parcerias e convênios nas gestões municipais, não só na capital mas também no interior do estado. Muitos militantes dos movimentos acabaram incorporados aos quadros partidários e atuaram nas Prefeituras. Entretanto, depois da primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), começa a haver uma fragmentação das organizações, que se dividem por método de ação, e também pelo campo de atuação e pela forma de dar suporte ao já citado partido.

O MMC, associado a ULC e diversas outras entidades, continuam compondo a UMM-SP, que assume um caráter mais estadual e realiza ocupações como instrumento de pressão para conseguir programas habitacionais das Prefeituras e do governo do estado. Já o MSTC, que atua só no centro da cidade, se une ao MMRC (Movimento dos Moradores da Região Central) e passam a integrar a FLM (Frente de Luta por Moradia) a partir de 2002. Com um caráter ainda petista, porém combativo e menos conciliatório, estes movimentos tendem a se distanciar dos anteriores e fazer poucas e duradouras ocupações.

3.3 A reforma urbana e a Constituição de 1988

A trajetória da luta pela reforma urbana começa nos anos 1960, época em que os setores mais progressistas da sociedade brasileira requisitavam reformas na questão fundiária³². A principal bandeira era a realização da Reforma Agrária no campo, que fazia parte do plano

³² SAULE, N. *Retratos sobre a atuação da sociedade civil pelo direito à cidade: diálogo entre Brasil e França*. Instituto Pólis, São Paulo. Paris: AITEC, 2006.

das “Reformas de Base” do governo do presidente João Goulart. A hipótese de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi pensada no início pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, reunidos no ano de 1963. Esta reforma, assim como tantas outras, foram inviabilizadas pela existência de um governo autoritário implantado com o golpe.

A proposta da reforma urbana reapareceria nos anos 1970 e 1980, numa época de abertura lenta e gradual, em que os movimentos populares aos poucos ganhavam visibilidade e respeito político, e eram capazes de elaborar um discurso e uma prática marcados pela autonomia partidária. As suas reivindicações eram empunhadas como direitos, com o objetivo de reverter as desigualdades sociais. Elas eram baseadas em uma *nova ética*, que trazia como face essencial a politização do debate sobre as cidades, visto como elemento formador do processo de democratização da sociedade brasileira.

Neste período, a Igreja Católica deu apoio com o lançamento do documento “Ação Pastoral e o Solo Urbano”, no qual defendia a função social das terras nas cidades. Esse texto foi um marco muito valioso na luta pela reforma urbana. A essa altura, o panorama urbano no país já era outro.

As cidades brasileiras cresceram sem infra-estrutura, marcadas por grandes êxodos rurais entre 1940 e 1991, no mesmo período em que a população urbana passou de 31,2% para 75% do total nacional. As conseqüências não foram poucas, sobretudo a segregação espacial de bairros que, deixados em tanto descaso, à margem de qualquer condição de dignidade, foram criados sob a convivência do poder público.

Mas foi em 1988 que a luta pela reforma urbana voltou à baila. A Assembléia Nacional Constituinte foi um espaço de luta política, em que as forças populares tiveram um árduo trabalho, articularam suas demandas e ao mesmo tempo fizeram o embate com poderosos lobbies das forças conservadoras.

Em meio a esse percurso pós-1964, que culminou na Constituinte, foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana em janeiro de 1985. Formado por membros de diversas

entidades da sociedade civil, como a Federação Nacional dos Arquitetos e a Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), este movimento popular em princípio tinha um caráter local, que com o fim do regime militar, passou a incorporar a idéia de uma cidade de todos, com asfalto, serviços públicos, escola, transporte e com direito a uma vida social.

Após a Constituinte, os militantes formam o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), com o objetivo imediato de pressionar o Congresso Nacional para regulamentar o capítulo da política urbana da Constituição Federal de 1988. Durante doze anos, esta foi uma de suas principais tarefas, até a promulgação da lei federal chamada de Estatuto da Cidade.

3.4 O Estatuto da Cidade

Aprovada no Congresso Nacional e sancionada em 2001, A lei federal nº10.257, chamada de Estatuto da Cidade, é a lei brasileira que regulamenta o capítulo da política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal. Tal capítulo define as diretrizes gerais que devem ser observadas pela União, pelos estados e pelos municípios para a promoção da política urbana que garanta a plena implantação das atribuições sociais da cidade.

As inovações contidas no Estatuto da Cidade situam-se em três áreas: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística para induzir – mais do que regular – as formas de ocupação do solo; uma nova visão de gestão, mais participativa, para que o cidadão tenha capacidade de intervir nas decisões sobre o destino da cidade; e ampla chance de regularizar as áreas urbanas invadidas e ocupadas, que até hoje ficam em uma ambígua fronteira entre a existência legal e a ilegal.

O professor João Sette Whitaker Ferreira explica, didaticamente, as inovações trazidas pelo Estatuto das Cidades³³:

³³ Entrevista de João Sette Whitaker Ferreira ao website *USP Online*, publicada em junho de 2005 sob o título: “Metade da população de São Paulo vive em submoradias, afirma especialista”.

Ele [o Estatuto] dá instrumentos jurídicos para o poder público garantir que haja habitações de interesse social em regiões da chamada cidade formal. Existe uma divisão imperceptível aos nossos olhos: ela ocorre entre a *cidade formal*, em que há o mercado imobiliário, infra-estrutura básica, serviços públicos abundantes, e a *cidade informal*, na região periférica, onde não há lei, não há Estado, onde vive a população mais pobre.

Em se tratando da cidade de São Paulo, o objetivo é definir, com um Plano Diretor, áreas centrais onde as pessoas mais pobres possam morar e assim fazer com que elas deixem as áreas de mananciais. Nestas áreas, só no nosso município, vivem mais de um milhão e 200 mil pessoas. Então o Estatuto da Cidade trouxe instrumentos como a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e o usucapião coletivo, que permite ao Estado atuar em favor da reforma urbana.

O Estatuto da Cidade tem dispositivos para inibir a retenção especulativa de terrenos, muito comuns na formação de preços do mercado imobiliário. A partir desta lei, áreas vazias ou subutilizadas, situadas em áreas dotadas de serviços públicos e infra-estrutura, estão sujeitas à cobrança de IPTU progressivo e também à construção e parcelamento compulsório no terreno, de acordo com a destinação prevista para a região pelo Plano Diretor.

A professora de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da PUC-Campinas, Raquel Rolnik, explica a controvérsia criada com a proposta destes instrumentos³⁴:

Durante o processo de tramitação da lei, vozes críticas em relação aos novos dispositivos tentaram dizer que o IPTU progressivo e o parcelamento são “mais um imposto” ou um “confisco do direito privado”. Este discurso procura inverter o que realmente ocorre nas cidades – a apropriação privada da valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos e coletivos, pagos pelos impostos de todos. Além de configurar um roubo realizado por poucos, esta situação perversa é de tal forma alimentada pela desigualdade de urbanas que caracterizam as nossas cidades, que acaba responsável também por instaurar um urbanismo fadado a ser um modelo excludente: as poucas áreas que concentram as qualidades de uma cidade bem desenhada e equipada ficam destinadas aos segmentos de maior renda.

Para os mais pobres, que são maioria em nosso país, resta a ocupação das bordas, das áreas longínquas ou pouco aptas para urbanização, como encostas de morros, beiras de córrego, mangues e mananciais. Desta forma uma poderosa máquina de exclusão territorial é posta em ação, um monstro que

transforma urbanismo em produto imobiliário, negando à maior parte dos cidadãos o direito a um grau básico de urbanidade.

De acordo com o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores devem contar necessariamente com a participação da população e de associações representativas de segmentos econômicos e sociais. Com base no princípio da função social da propriedade e gestão democrática da cidade, a lei contém normas de ordem pública e interesse social, de modo a garantir o bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

A aprovação do Estatuto da Cidade foi um passo fundamental para a reforma urbana no Brasil. A criação do Ministério das Cidades, e também do Conselho das Cidades permitiu o início de uma política em que, pela primeira vez na trajetória pela reforma urbana, os diversos representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais passaram a integrar um espaço institucional com o objetivo de criar e executar políticas urbanas.

³⁴ **ROLNIK, R; SAULE, N.** *Estatuto da Cidade: novas perspectivas par a reforma urbana.* Instituto Pólis, São Paulo, 2001.

4. Ocupação Prestes Maia

*“Si o senhor não está lembrado
Dá licença de contá
Que aqui onde agora está
Esse edifício alto
Era uma casa véia
Um palacete abandonado.
Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construimos nossa maloca”*

Adoniram Barbosa, Saudosa Maloca

4.1 Ocupação? Que ocupação?

Como tantas outras ações em prédios vazios, soube da ocupação no número 911 da rua Prestes Maia em 2005, através dos militantes dos movimentos por moradia, que mantém contato permanente com a imprensa. Eles tentam garantir a cobertura de suas ações e desencorajar a violência que sofrem, com os despejos realizados pela Polícia Militar.

4.2 Na entrada da ocupação

O que causa assombro, de início, são as proporções gigantescas da “favela vertical”, se for possível chamar assim a ocupação Prestes Maia. O edifício foi ocupado um dia depois das eleições de outubro de 2002, que garantiram a vitória do petista Luiz Inácio Lula da Silva.

O prédio é dividido em dois blocos, um com 22 andares e outro com nove andares, sem nenhum elevador. Até abril de 2007, esta era considerada a maior ocupação vertical já feita pelos sem-teto na América Latina, com 468 famílias morando no local, totalizando 1.630 pessoas, sendo 315 crianças e 95 velhos.

Localizado no bairro da Luz, o prédio fica de frente para a estação de metrô e no entorno do Museu da Língua Portuguesa. Ele destaca-se das construções dos arredores por sua parede

muito branca e por uma porta estreita, que provavelmente dificultaria a entrada da Polícia Militar em uma ação de despejo. Uma placa afixada acima da entrada avisa: “Visite a biblioteca Prestes Maia”.

No hall de entrada do edifício, o ambiente é escuro e abafado, com um persistente cheiro de mofo, apesar de não haver lixo espalhado pelo chão. O que se vê, no primeiro instante, são quatro cadeiras de plástico, sempre ocupadas por moradores que conversam durante o turno na segurança do prédio. Em um dos cantos há uma série de bicicletas enfileiradas, presas por correntes a ganchos na parede.

Além de cadeiras e bicicletas, a entrada tem um balcão onde fica o porteiro escalado do dia. Atrás do balcão há uma faixa, onde se lê: “Parabéns moradores da Prestes Maia, por sua coragem, determinação e vontade de vencer. Que essa luta permaneça em cada um de nós”. Uma das paredes do hall tem um altar com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, acompanhada de uma oração católica. Uma placa com regras completa a cena. Nela, há um aviso curto: “quem sair do prédio depois das 22h só pode entrar a partir das 6h da manhã”.

O edifício é antigo, talvez com mais de 30 anos. Os moradores revezam-se na portaria e na segurança do prédio, de acordo com uma escala de horas. Eles averiguam cada pessoa que entra – se é morador, militante, estudante ou membro de instituição de caridade. Ao passar pela entrada e subir escadas do prédio, a sensação é semelhante a estar em uma catacumba ou uma caverna escura, porque há pouca iluminação. As paredes estão descascadas e existe muita sujeira espalhada pelo chão. A escada é feita de algo como granito, mas com os degraus lascados e quebrados. Um aviso na parede do 3º andar anuncia um fogão de duas bocas.

O odor de mofo fica mais forte no porão, que está tomado por dezenas de cartazes, grafites e pôsteres realizados por coletivos artísticos que apóiam os sem-teto. Trata-se de um lugar muito amplo, usado para reuniões, assembléias e a exibição de filmes. A biblioteca Prestes Maia fica neste local. Os pôsteres mais curiosos criados pelos artistas são imagens da Bienal

de Havana e do pilar em que a fotografia em tamanho natural de seu Severino, que cuida da biblioteca, imita “O Pensador”, do famoso escultor Rodin.

De acordo com a vereadora Soninha (PT-SP), o ambiente da ocupação lembra “uma distopia futurista”, parecida com os cenários do filme Mad Max. Há amostras variadas da diversidade étnica no prédio. Paulistas dividem o espaço com migrantes da Bahia, Paraíba, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, bem como paraguaios e bolivianos, que trabalham nas oficinas de costura do Bom Retiro.

4.3 Por dentro da ocupação

Cada andar tem um banheiro coletivo, que todos os moradores costumavam dividir. É comum ver pessoas circulando envoltas em toalhas, depois do banho. Os chuveiros são quentes e todos os habitantes tem energia elétrica. Os apartamentos são chamados de “barracos” pelos habitantes, o que reforça a idéia de uma favela. Para chegar a eles, é preciso passar por corredores nos andares, que geralmente são escuros e com muitas cadeiras, móveis e tábuas espalhadas. O que não cabe nos “barracos” acaba tendo como destino o corredor comunitário.

Há cerca de 14 “barracos” por andar, e em cada um tem até 10 metros quadrados. Nestes cubículos, as famílias espremem móveis e eletrodomésticos, como cama, fogão, geladeira, armário e TV. Poucas pessoas têm sofás, por falta de espaço, e as portas estão quase sempre abertas. As janelas nos apartamentos são muito amplas, e diante de quase todas há um varal montado, onde a família residente deixa suas roupas para secar.

Idenice Batista Nascimento, que já foi coordenadora do 14º andar e hoje habita um barraco no 4º andar, afirma ter nascido em Salvador, capital da Bahia. “Vivo em São Paulo desde os três anos de idade, fui criada aqui”³⁵. Ela é casada com Cláudio Batista, e o apartamento dos dois é pequeno. O pouco espaço é dividido entre um fogão, uma geladeira, uma pia, dezenas

³⁵ Entrevista realizada com Idenice Batista Nascimento.

de painéis, algumas cadeiras e uma tábua de roupas. Bem próximo da torneira da pia, vários fios coloridos foram presos por pregos na parede nua, para garantir o suprimento de energia elétrica para a televisão, ligada a todo volume.

“Morar no Prestes Maia é uma luta”, diz ela, lembrando aquelas vezes em que a Polícia Militar chegou às portas do prédio. Foram três tentativas de reintegração de posse desde outubro de 2002, quando o prédio foi ocupado, um dia depois das eleições que colocaram o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva no posto de presidente da república.

Em setembro de 2003, “por conta de uma ação de despejo, bloqueamos a avenida Prestes Maia”, recorda Idenice. A Tropa de Choque atravessou a passarela que liga os dois lados da avenida, atirando bombas de efeito moral e balas de borracha nos moradores que faziam o bloqueio. Idenice diz que todos os sem-teto voltaram ao interior prédio quando os policiais cruzaram a avenida. “Eles não puderam nos seguir porque fizemos um bloqueio na porta”.

Para a ex-coordenadora do 14º andar do Prestes Maia, o poder público sempre tratou os sem-teto com descaso. “Estamos dispostos a brigar por nossa moradia”, ressalta ela.

Idenice, como outros coordenadores de andar na Prestes Maia, estão subordinados aos líderes da ocupação. Há uma rígida hierarquia, similar a outros movimentos de inspiração marxista-leninista, com caráter sindical e político. As regras proíbem viciados em drogas e criminosos na ocupação, bem como impõem horários de entrada e saída no prédio e a divisão de trabalhos como limpeza, segurança e alimentação. Desde o começo da ocupação, foi a rigidez que deu segurança e proteção aos moradores.

O mais notável dentro das favelas e das ocupações é que as lideranças quase sempre são do sexo feminino. Há mulheres trabalhando pelo bem coletivo em todos os lugares que eu fui, e elas não se intimidam diante de policiais ou autoridades políticas, quando têm que garantir seus direitos ou expor suas reivindicações. Talvez essa predominância tenha alguma relação com o fato da luta por moradia ser uma questão definitivamente familiar. No fim das contas, são quase todas mães, chefes de família, querendo garantir um lar, o sustento e o estudo dos filhos e da própria família.

Samara Pereira de Carvalho, por exemplo, tem um filho pequeno, de cinco anos de idade, e era moradora de rua até integrar a ocupação que ocorreu na avenida Prestes Maia. Ela, como tantas outras pessoas, migrou para São Paulo em busca de emprego e uma chance na vida³⁶. Hoje, ela diz que foram os sem-teto quem a acolheram da rua e que lhe deram esperança. “Não vou dizer que [morar no Prestes Maia] é meu sonho, porque não é. Morar num barraco de madeira, arriscando a qualquer hora ter que sair daqui, é duro. Mas eu considero todos do prédio como se fossem da minha família. Porque quando estou numa dificuldade, se o meu filho meu fica doente quem me ajuda a cuidar e a correr para o hospital? É o movimento. Meu filho está com princípio pneumonia e eu precisava de medicação, um vizinho vai e ajuda”.

4.4 Biblioteca Prestes Maia

Localizada no porão do prédio, a Biblioteca Prestes Maia começou de forma curiosa. Foi no momento em que o catador de lixo Severino Manoel de Souza, 56 anos, salvou um livro de Machado de Assis que havia sido enviado para a reciclagem. “Isso é um crime grande, eu não poderia deixar isso acontecer”³⁷, diz ele, que a partir deste momento começou a reunir obras recolhidas no lixo, doações de empresas e organizações não-governamentais. Com a ajuda de sua esposa, Roberta Maria da Conceição, de 44 anos, Severino chegou a reunir cerca de sete mil, entre livros, revistas, gibis e enciclopédias. É mais do que o dobro dos dois mil livros enviados na quantidade inicial de obras nas bibliotecas de escolas municipais.

Entre os títulos disponíveis aos moradores do Prestes Maia, havia uma coleção diferenciada, com obras de Machado de Assis, Mark Twain, Kafka, Balzac, Milan Kundera, Jorge Amado e Paulo Coelho. Havia também coleção de Harry Potter. O colégio Móbile doou uma parte do seu acervo aos sem-teto. A coordenadora de 1ª a 4ª série da escola, Eliana Tayano, afirma que a doação de 600 livros era a primeira etapa de um projeto comunitário.

³⁶ Retirado do vídeo “Ter Casa”, elaborado com ajuda da Cut-Chase Productions e disponível com os coletivos artísticos que apóiam a ocupação Prestes Maia.

³⁷ Entrevista realizada com Severino Manoel de Souza

“Eu encontrava livros e não tinha coragem de mandar para a reciclagem”, diz Severino, que passou a guardar todos os livros que encontrava pela rua em seu apartamento. Ele nunca foi à escola e aprendeu a ler com “uma cartilha de ABC e a ajuda de um tio”. Natural de Recife, em Pernambuco, o catador sublinha que não tem cultura nem literatura. Depois de descer de um caminhão nos arredores do Recife, ainda garoto, Severino se perdeu e ficou acordado a noite toda, sem conseguir decifrar as placas nem os destinos de ônibus. Quando finalmente chegou em casa, avisou ao tio: “A partir de hoje vou parar de ser pessoa analfabeta”.

Aos 26 anos, Severino tomou a decisão de contribuir para alfabetizar pessoas no interior de Pernambuco, depois que aprendeu a ler e escrever. Foram 231 pessoas que conheceram as letras pelas suas mãos. Mas em breve, ele descobriria que toda a família havia migrado para São Paulo. Foi neste momento que ele começou a acumular dissabores, como dívidas, problemas de saúde, perseguições da polícia. Ele inclusive chegou a cair de um andaime e de nove metros de altura e por pouco não morreu. Desde então, ele conheceu a esposa e mudou-se para o prédio ocupado, onde já foi eletricitista, entre outras coisas.

Quem “devorou” os livros da Biblioteca Prestes Maia foi um dos moradores do 6º andar do bloco B da ocupação, o ambulante Lamartine Brasiliano da Silva, de 38 anos. Sua grande reclamação era da falta de livros do escritor Gabriel García Márquez. Lamartine, enquanto morou na ocupação, ganhou o sustento vendendo água e refrigerante num farol da avenida Tiradentes.

Também natural de Recife, Lamartine considera-se um fã tanto de Guimarães Rosa quanto de Gilberto Freyre. A mãe dele e de seus 19 irmãos, a doméstica Lúcia Maria, admiradora incontestável do compositor Lamartine Babo, deu o nome ao filho como uma homenagem. Já o segundo nome, Brasiliano, ele herdou do pai. A língua portuguesa seguiu seus ouvidos ainda quando ele era um garoto, pelas ruas e feiras do Recife.

Ele conheceu os dois autores prediletos nas bibliotecas públicas da capital pernambucana. Lúcia Maria não tinha dinheiro para calçar com sapato todos os filhos, uma exigência para

freqüentar a sala de aula. “Minha mãe fez então uma seleção”, diz. “Sou dos que ficaram de fora da escola”³⁸.

Lamartine, no entanto, tinha tanta ânsia para estudar que pulava o muro do colégio de seus irmãos e espiava as aulas pelas frestas da janela. “Quando o porteiro me pegava, jogava pra fora”, lembra. Ele descobriu os livros perseguindo os colegas em trabalhos escolares, dentro da biblioteca. Pesquisava como se fosse estudante, mas era só um menino pobre, um exilado das letras.

Tão grande era sua a vontade, que acabou aprendendo sozinho a juntar consoantes e vogais num dos cordéis da feira, entre macaxeiras, cabritos e alegria desenfreada. As letras se arranjaram como numa partitura. “A Chegada de Lampião no Inferno” foi sua primeira leitura, quando tinha sete para oito anos. Foi como uma ponte sobre o fosso de sua infância.

Enquanto peregrinava pelo sertão real, em andanças pela mão da mãe, Brasileiro precisava da ficção para suportar dor e a aridez. “Os livros se tornaram um grande refúgio. Neles, sou personagem”, diz Brasileiro. “Viajei pelo sertão de Minas Gerais levado pelo meu grande Guimarães Rosa, pelo sertão de Alagoas com o grande Graciliano Ramos e pelo sertão da Paraíba com o grande José Lins do Rego”.

O conhecimento serviu para iluminar a escuridão de seus dias na ocupação. “A paixão pelos livros não me liberta da realidade. Meu futuro é uma caixa de isopor, água e farol”, diz ele. Mas o olhar do ambulante ficou intenso. “Minha realidade é sem luz, sem brilho”, disse ele, em um momento em que a Eletropaulo havia cortado a energia do Prestes Maia, afirmando haver risco de incêndio. No subsolo está pichada uma frase do jornalista Paulo Francis: “Quem não lê não pensa, e quem não pensa será para sempre um servo”.

No dia 20 de fevereiro, em plena semana de carnaval, o risco de que houvesse despejo na ocupação Prestes Maia fez com que uma pessoa inusitada visitasse os sem-teto para dar apoio à sua causa: o diretor de teatro Zé Celso Martinez Corrêa, um dos mais inventivos e polêmicos artistas brasileiros, criador do Teatro Oficina e de um estilo libertário de se fazer espetáculos.

³⁸ Entrevista realizada com Lamartine Brasileiro da Silva.

Ele foi acompanhado do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e dos atores do Teatro Oficina. Zé Celso falou sobre a batalha de Canudos, teatro, sua batalha com Silvio Santos pela arte contra o shopping center e ainda comparou a luta das famílias da ocupação com a batalha de Canudos, sufocada pelo exército no final do século XIX.

O diretor afirmou que a ocupação é um exemplo, pois além da legítima luta popular pelo direito à moradia, congrega iniciativas no campo da arte, música e literatura, como a dita biblioteca montada por Severino e sua esposa. Zé Celso concedeu um depoimento sobre sua expectativa e sua participação na ocupação Prestes Maia³⁹:

Fui ver como é a [ocupação] Prestes Maia. Eu fiquei apaixonado, porque a base, a infra-estrutura, o combustível, a dinâmica desta ocupação é uma biblioteca. Tem um significado absurdo. É esta a grande resposta que poderia vencer [o despejo]. Vejo uma semelhança com o Teatro Oficina, onde a força é a árvore, que cresce no meio do teatro e se espalha pelo terreno vizinho. Acho que, na ocupação, a maior chave é a cultura, é a biblioteca, são os grafittis, as imagens de Jimi Hendrix ao lado de Che Guevara... Acho que [a ocupação] é uma inovação, e o prefeito se viu obrigado a interceder em favor dela.

A relação entre o Teatro Oficina e o Prestes Maia é total. Os dois prédios foram ameaçados pelo poder instituído, seja o público ou o privado, e a ocupação dos sem-teto tem muito a ver com Canudos. O próprio Aziz Ab'Saber fez uma conferência na Prestes Maia e criou esta relação com Canudos, com os povos massacrados.

Eu confio que o prefeito Gilberto Kassab, que outro dia se desculpou por haver ofendido uma pessoa [de vagabundo, durante uma inauguração], pode ser um prefeito legal. Ele fez alguma coisa boa para a cidade, contrariou os interesses da classe média-alta ao propor uma lei que proíbe os outdoors, então não podemos ter só uma visão das coisas e ser contra ele sem pensar. O prefeito precisa conhecer a ocupação Prestes Maia, ele não pode fazer como foi feito Canudos, uma cidade que foi massacrada sem que os homens públicos soubessem o que havia por lá.

Eu fui até a ocupação Prestes Maia, é maravilhoso, é *sui generis*. Esse povo de classe alta, os empresários e políticos, eles vivem fechados em ar condicionados, vivem em suas salas, eles não conhecem as coisas que estão destruindo.

A Biblioteca, que chegou a ser visitada pelo bibliófilo e empresário José Mindlin, agora está

em outra ocupação, localizada na Rua Mauá. Roberta e Severino foram embora e romperam os contatos com o movimento dos sem-teto, com quem tiveram uma grande desavença nos últimos meses.

4.5 Último andar, só de escada

Como não há elevador, as famílias que vivem nos andares mais altos tem que descer e subir pelas escadas todos os dias. Uma bomba d'água no porão do prédio garante o suprimento até o nono andar. Do décimo em diante só é possível bombear água durante a madrugada, das 10:00 horas da noite até as 8:00 horas da manhã do próximo dia. As famílias costumavam descer até os andares mais baixos com baldes, carregá-los de água e levá-los de volta para seus apartamentos. “Muitas coisas foram ruins para a gente, mas só o fato de morar aqui economiza o aluguel, no qual todos pagariam algo como R\$ 300”, explica a coordenadora do prédio, Jomarina Abreu Pires da Fonseca, que garante que o dinheiro poupado fez os moradores passarem a comer melhor, a se vestir melhor. “Uma coisa supre a outra”, avalia⁴⁰.

Jomarina morou por quatro anos no 11º andar. “Todo dia era uma caminhada para a vida”, diz. Ela, que veio do Maranhão para São Paulo há 26 anos, morou o todo tempo na zona sul, na periferia da cidade. “Só fui conhecer o centro há cinco anos, quando entrei no movimento dos sem-teto”, afirma ela. Faz cinco anos que Jomarina pertence ao MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro), junto com seus três filhos adultos, que inclusive moraram no prédio da Prestes Maia.

Atualmente, com o fim da ocupação, Jomarina passou a morar em um prédio na avenida Nove de Julho, com auxílio da Bolsa-Aluguel cedido pela Prefeitura. “Aprendi muitas coisas boas dentro da Prestes Maia”, explica Jô, como é conhecida, que continua:

Aqui há gente que veio da periferia, que sempre morou em favela. Há famílias que mesmo morando no centro, viviam em cortiços, pagando aluguel muito caro e numa condição de vida precária. Então

³⁹ Entrevista realizada com José Celso Martinez Corrêa.

como viver nessa condição, em pensões ou cortiços no centro, se a partir do momento que você não paga o proprietário retira bens para pagar o valor ou até lhe expulsa, troca a chave do portão e impede você de entrar?

Tudo que se fez na Prestes Maia, por pequeno que tenha sido, valeu a pena. Nos ajudou, fortaleceu, fez a divulgação do prédio. Ele ficou conhecido mundialmente. Tivemos uma boa ajuda da Anistia Internacional, tudo foi válido. Pretendo continuar com o movimento dos sem-teto, eu sou muito grata à ocupação. Por exemplo, faz um mês que eu saí da Prestes Maia, mas venho aqui todos os dias ver como é que está, como está acontecendo.

Um acordo firmado entre as famílias do Prestes Maia e a Prefeitura, com o financiamento do governo federal e apoio do governo estadual, permitiu que as famílias saíssem do prédio, gradativamente, para serem encaminhadas a programas de moradia, até que no dia 15 de junho as últimas famílias deixaram o prédio.

Das 468 famílias, 150 conseguiram financiar apartamentos em Itaquera, na zona leste, por meio da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano). As outras famílias têm uma ajuda de custo mensal de R\$ 300, para alugar por seis meses um imóvel no centro. Isso até que a Prefeitura adquira, com dinheiro do Ministério das Cidades, um dos prédios indicados pelo MSTC para abrigar estes remanescentes. Dentre as opções selecionadas, estão edifícios em avenidas como a Nove de Julho, a Duque de Caxias e a Alameda Eduardo Prado. Se demorar mais que seis meses, o pagamento do benefício será renovado.

Jomarina fala com tristeza da desocupação e do acordo, que afinal foi uma vitória para o poder público, que desejava encerrar a ocupação para prosseguir com o projeto “Nova Luz” e com a desapropriação da Cracolândia:

É muito triste porque na realidade não era isso exatamente que a gente [moradores do Prestes Maia] queria. A gente lutou nesses quatro anos e seis meses para sair todo mundo junto, para que todos tivessem atendimento e nós continuássemos juntos em outro lugar, no centro. No máximo, o que a gente pensava era que se não houvesse um prédio para as 468 famílias, iríamos encontrar três prédios ou dois, bem próximos, para que todos ficassem juntos.

⁴⁰ Entrevista realizada com Jomarina Abreu Pires da Fonseca.

Eu acho até que o atendimento foi violento, porque houve uma fragmentação das famílias. De todas as que pegaram a bolsa-aluguel para ficar no centro, só 16 continuaram juntas, na avenida Nove de Julho onde eu estou. O resto tem três ou quatro famílias. Algumas alugaram na periferia, porque não conseguiram alugar devido ao número de filhos.

Tem um grupo de famílias que está em outra ocupação, aqui perto na rua Mauá. Eles não conseguiram alugar, não se enquadram no programa. São pessoas que trabalham no farol e não conseguiram alugar porque tem cinco filhos e o programa só aceita quem tem no máximo dois filhos.

Tem o caso de um prédio onde as pessoas não conseguiram alugar porque os donos não queriam crianças. Outro caso muito complicado é de uma senhora que tem três filhos adolescentes e que foi rejeitada porque eles só alugam para quem tem criança.

Uma parte das famílias que saíram são as que decidiram ficar no centro de São Paulo. Eles receberão uma ajuda de custo, uma bolsa-aluguel de R\$ 1800 por seis meses, ou seja, estas famílias recebem R\$ 300 por mês. O acordo que a gente fez com os três níveis de governo é para que eles comprem prédios aqui no centro para as famílias continuarem a morar.

Temos alguns prédios em vista. Um prédio aqui na avenida Nove de Julho, cujo preço está a vista para compra; há outro um prédio na avenida Avandava, na Bela Vista. Há um no bairro Santa Cecília, um na Baixada do Glicério, e outros prédios que encaminhamos para negociação, que podem não ser para as famílias do Prestes Maia, mas para todas as famílias que recebiam bolsa-aluguel da Prefeitura, um programa que acabou em março, depois de ter durado 30 meses. Essas pessoas estavam quase sendo despejadas.

Todas as 150 famílias que preferiram partir para Itaquera receberam um termo de permissão de uso e o apartamento. Depois de um ano, elas vão negociar o financiamento definitivo do imóvel. Pagarão mensalmente R\$ 57 e mais R\$ 50 de condomínio. “É uma coisa que eu lutei muito pra mim, pra os meus filhos. Mais para os meus filhos. É uma coisa que eu vou deixar pra eles”, afirma a ambulante Maria Glade Lima Cruz⁴¹.

Também ambulante, Maria Antônia Silva e Silva mudou-se com a família toda em junho. O apartamento tem dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O piso já foi comprado. Os móveis estão pra chegar. É o primeiro lugar que Antônia permite ser chamado de lar. “Optei vir pra

⁴¹ Entrevista realizada com Maria Glade Lima Cruz.

cá porque eu quero uma moradia digna pra mim. Porque eu acho que eu mereço. Eu não acho, eu tenho certeza de que eu mereço a minha casa”⁴².

Jomarina relembra a invasão da Polícia Militar algumas semanas antes do fim da ocupação Prestes Maia e pondera se a ocupação foi benéfica ou prejudicial aos vizinhos do bairro da Luz:

No dia três de fevereiro de 2006 fechamos a avenida Prestes Maia, e a polícia veio aqui quatro dias depois, no dia 7, e chegou até a porta, querendo forçar a entrada. Mas não deixamos. Agora em maio os policiais vieram muito armados, parecia que estavam indo para guerra. Os moradores ficaram muito assustados, porque eles vieram até com bomba, foram violentos, mas parece que só queriam fazer pressão, diziam que vieram ‘visitar a ocupação dos sem-teto’.

Acho que a ocupação Prestes Maia foi um ganho muito grande para o bairro, eu acho que não teve preconceito e que agora eles vão sentir a nossa perda. O exemplo é de um mercado que tem aqui perto. Quando chegamos, era bem pequenininho, que já estava quase fechando.

Daí agora você passa perto, ele cresceu, expandiu, porque muitas famílias vão ali para comprar seus alimentos. Os motoristas de táxi já estão preocupados, falando que vai voltar o tráfico e o crime no entorno com a saída dos sem-teto. Eles vão perder muita coisa. Todo mundo aqui é trabalhador. Muito se fala de revitalização do centro. Nós demos vida aqui no centro, fomos nós que revitalizamos. A reforma do Gilberto Kassab, do Andrea Matarazzo, tudo isso é um blefe para tirar os pobres do centro da cidade.

O dono da banca de revistas ao lado da ocupação Prestes Maia, João Bosco Moura Xavier, de 56 anos, trabalha há seis meses no local. Ele vende livros antigos há pelo menos 30 anos e disse que costumava comprar e vender obras dos moradores do prédio, ótimas pessoas segundo ele⁴³.

“Fiquei sabendo que há pelo menos sete mil livros numa biblioteca dos sem-teto, o que é ótimo. Nesta região o movimento de compra e venda de livros é parado, e eu duvidava que

⁴² Entrevista realizada com Maria Antônia Silva e Silva.

⁴³ Entrevista realizada com João Bosco Moura Xavier.

esse povo da ocupação viesse fazer negócio comigo. Há muitas famílias dentre os sem-teto e a gente percebe que são pessoas de bem, porque eles vieram me oferecer material”, diz João.

4.6 Histórico do Prestes

O Prestes Maia foi ocupado em 3 de novembro de 2002. Sua ocupação foi feita por cerca de mil pessoas, organizadas em torno do MSTC. O edifício, que foi projetado para abrigar uma fábrica de tecidos, foi escolhido por estar abandonado e ter uma dívida de R\$ 5,7 milhões com o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) da Prefeitura. Segundo o advogado Manoel Del Rio, que acompanha o caso das famílias do MSTC (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Centro), o prédio é avaliado pela Caixa Econômica Federal em R\$ 7 milhões. A dívida equivale a 82,9% do valor do imóvel.

Encravado no coração do bairro da Luz, vizinho à região da Cracolândia, o edifício foi muito utilizado por usuários de drogas e traficantes, antes que fosse ocupado. “Quando chegamos era só lixo nos corredores, entulho e muito esgoto. Com o apoio das famílias dos sem-teto, começamos a tirar o lixo e deixar na calçada. Aí a gente pedia para a Prefeitura e eles recolhiam. Acho que foram no total uns 300 caminhões de entulho”, lembra Ivanete Araújo⁴⁴, coordenadora do MSTC.

Os traficantes foram embora após um homem ser assassinado no local, no mesmo ano. Não foi a única morte. Em 7 de setembro de 2003, um incêndio atingiu o bloco B do prédio, e chegou a subir do terceiro para o sétimo andar, matando uma menina de seis anos. E, em 2004, um idoso pulou do décimo andar após perder o emprego.

Durante os cinco anos de ocupação, foram pelo menos 29 disputas judiciais e ameaças de reintegração de posse. Nos últimos meses, a ameaça de despejo ficou mais evidente. A Polícia Militar chegou a fazer reuniões com os moradores avisando que teria de cumprir determinação da Justiça.

⁴⁴ Entrevista realizada com Ivanete Araújo.

O prédio, que pertence aos sócios Jorge Hamuche (ex-candidato a vereador pelo PHS) e Eduardo Amorim, ficou abandonado por quinze anos antes que fosse ocupado pelos sem-teto. Os dois blocos do edifício estão degradados e precisam de reformas. Arrematado em um leilão pelos dois empresários, o prédio da Prestes Maia não chegou a ter a documentação regularizada - entre os problemas está esta dívida milionária do IPTU. Hamuche afirma ter conseguido um desconto na dívida e já fala em fazer uma reforma para transformar a estrutura em um centro de apartamentos e escritórios.

As obras devem começar em breve, quando for pago o valor dos impostos atrasados, que na opinião dele beiram os R\$ 3 milhões. “Com o novo PPI (Programa de Parcelamento Incentivado), teremos que pagar R\$ 1,3 milhão. Parcelado, dá R\$ 10 mil por mês”, afirma Hamuche⁴⁵, referindo-se ao programa de anistia de juros e correções monetárias da Prefeitura.

Para Manoel Del Rio, tal desconto não tem base jurídica. “É complicado a Prefeitura abrir mão de impostos, e não passar pela lei, pode ser improbidade administrativa”, reclama⁴⁶.

“Da mesma maneira como o poder público ajudou o movimento dos sem-teto, espero que também me ajudem”, diz Hamuche. Ele espera que os investimentos do projeto “Nova Luz” sejam aplicados no prédio. “A Prefeitura conseguiu dinheiro do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e há um movimento de valorização no local. Empresas tradicionais devem mudar para a Luz nos próximos anos”.

⁴⁵ Entrevista realizada com Jorge Hamuche.

⁴⁶ Entrevista realizada com Manoel Del Rio.

5. Favela do Moinho

*“São casas simples
Com cadeiras na calçada
E na fachada
Escrito em cima que é um lar
(...)
E aí me dá uma tristeza
No meu peito
Feito um despeito
De eu não ter como lutar
E eu que não creio
Peço a Deus por minha gente
É gente humilde
Que vontade de chorar”*

Chico Buarque, Gente Humilde

5.1 Procurando a entrada

Do alto do viaduto Orlando Murgel, é possível vislumbrar um mar de pequenos barracos de madeira e de tijolo exposto, cortados por pequenas vielas de terra batida que alagam durante as chuvas. O endereço da favela é avenida Rio Branco, número 1.900, na região central. Mas a entrada não está visível. Um rapaz de bicicleta pedala displicentemente por uma rua detrás do viaduto, revelando ser ali a entrada da Favela do Moinho.

5.2 Na entrada

Caminhando por debaixo do viaduto, qualquer desavisado chegaria a um trilho de ferrovia sem saber direito por que ele está ali. Na verdade, a favela está localizada entre duas linhas de trem da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), entre as estações Júlio Prestes e Barra Funda. A cada meia hora, um estrondo anuncia a vinda dos vagões do trem, levando seus passageiros a um novo destino, como a casa ou o trabalho.

Para entrar na favela eu preciso cruzar a linha férrea. Há um guarda vigiando este trecho, para evitar vandalismo contra os trens e também que haja alguma vítima de acidente. Há muitas histórias trágicas, contadas pelos moradores, e não só com crianças. “No ano passado houve três acidentes na entrada da Favela do Moinho. Algumas vezes o acidente quando carros vão cruzar o trilho; outras vezes foi à noite”, recorda Severino Francelino da Silva, 42 anos, que tem o apelido de Bill e se aproxima para falar comigo.

Próximo à linha do trem, há uma pequena cadeira, em que se senta uma senhora despenteada e vestida com farrapos, com um olhar perturbado e fixo em algum ponto do espaço. Ela está rodeada por muito lixo e parece não se importar com isso. Bill explica que esta senhora não fala com ninguém e que há alguns meses ela apareceu naquele lugar. Ele suspeita que ela seja parenta de algum dos moradores da favela. “Já tentaram levar a mulher para um abrigo, mas não adianta”, responde Bill, enfatizando que ela vive em um estado delirante.

Mais adiante, seguindo a entrada da favela, nota-se um grande galpão com carros alegóricos. Eles pertencem à escola de samba Leandro de Itaquera, na qual Bill trabalha. “Tenho uma relação com a escola de samba desde criança, desde que morei em Recife”, explica ele⁴⁷.

Bill tem 42 anos, é pernambucano, mora em São Paulo há 23 anos e integra a Leandro há pelo menos 20. Ele é solteiro, não tem filhos e mora com dois irmãos e uma irmã. “Eu estou com o cargo de diretor de barracão, então faço a correria de material, manutenção dos carros... As pessoas da comunidade do Moinho participam, fazendo uns trabalhos. Nós também trazemos fantasias para eles desfilarem”, diz ele, que ressalta que neste ano houve 49 fantasias exclusivas para as pessoas da favela, na ala da Educação.

Acostumado a ver seu nome trocado pelo apelido, Severino enfatiza que as pessoas da favela têm uma relação muito forte com o samba. Um dos sábados antes do desfile teve a aparição marcante da bateria da Leandro de Itaquera em um show para os moradores da comunidade, junto com a rainha e a madrinha da bateria, em um “ensaio técnico”, como

⁴⁷ Entrevista realizada com Severino Francelino da Silva, o Bill.

define o sambista. “As pessoas aqui precisam de felicidade, festa e alegria. Elas merecem até por conta de todas as dificuldades que vivem”, diz ele.

Bill explica que, como diretor de barracão, desfila e também faz outros trabalhos. “A gente que é do samba sempre procura estar em uma área que tenha samba”, ri ele. Indagado se despejo vai afetar o barracão da escola de samba, o diretor faz uma cara de preocupação. “Quando houver despejo na área vão mexer no barracão, sem dúvida. Mas [a Prefeitura] vai ter que achar outro lugar, afinal, se quiser tirar daqui, vai ter que dar um barracão melhor”.

Envolvido pelo rumo com que a conversa tomou, Bill, nesta hora, parece se solidarizar com a favela: “A Leandro de Itaquera vem tentando há muitos anos fazer um barracão melhor e não consegue. Não sei se é porque é da zona leste, da quebrada também, mas é duro [da Prefeitura] ceder um novo terreno... existe preconceito muito grande”, reclama.

Os sambistas da Leandro de Itaquera são sempre bem recebidos na Favela do Moinho, diz Bill. “Eu nunca tive problemas com a comunidade, desde que comecei a trabalhar com ela, em 1999”. Para o diretor, uma boa escola de samba precisa agir como um coletivo e abrigar todas as pessoas que a procuram, sem discriminação. “Sempre vai existir uma minoria delinqüente na favela e, mas ninguém aqui nasce ruim, tudo que há é fruto do sofrimento”.

O preconceito que atinge os favelados é similar àquele que os antigos sambistas sofreram. “No tempo do ‘seu Nenê’ [fundador da escola de samba Nenê da Vila Matilde], ele tomou muita pancada da polícia”, afirma Bill. Ele considera um risco viver na favela, mas explica que ninguém está naquele local porque quer. “Cada um que está aqui é porque necessita. Estes seres humanos precisam de moradia. Ninguém quer morar em área de risco, mas as autoridades, no nível federal, estadual e municipal, deveriam ver estas pessoas com outros olhos e fazer mais por eles”, finaliza o sambista.

5.3 Frente a frente com a favela

Seguindo mais adiante, depois do barracão de carnaval, chega de súbito a imagem da favela vista de frente, cara-a-cara, um monstro que olha fundo nos olhos. Os barracos estendem-se por uma longa, mas estreita porção de terra, localizada entre duas linhas de trem da CPTM. A impressão que fica é de que o local foi bombardeado recentemente, devido ao número de escombros que dividem espaço com as casas de alvenaria, de madeira e de lona. O entulho se acumula por todos os lados, nas margens das vielas e também nos becos sem saída.

Os pedaços de tijolo e azulejo no caminho podem servir de ponte para cruzar uma via que esteja alagada pela chuva. As crianças correm atrás dos cachorros, muito comuns na favela. De dia, os adultos puxam suas carroças, rumo a um novo dia de trabalho, recolhendo material reciclável em diferentes ruas da cidade. De acordo com a Associação de Moradores da Favela do Moinho, cerca de 70% dos adultos na comunidade têm na coleta de papelão e outros materiais recicláveis seu principal ganha-pão.

À noite, o movimento muda, e quem costuma sair de suas tocas são os ratos e insetos, muito comuns na Favela do Moinho. Os montes de lixo parecem conspirar para espalhar o máximo de doenças possíveis entre os moradores da favela. As condições de vida são péssimas, e os moradores parecem estar cientes disso. “Aqui a moradia é muito precária. Chove dentro das casas, há muitos ratos, muito problema de pernilongo”, diz a secretária-geral da Associação de Moradores, Carla Schuh⁴⁸.

A paraibana Josiléia Alves dos Santos, que veio para a Favela do Moinho com o marido e duas filhas, reclama porque sente que a Prefeitura abandonou a todos⁴⁹. “Parece que a gente nem existe. Às vezes penso se eles achariam melhor que a gente não existisse mesmo”. Josiléia mora debaixo do viaduto, e o caminho para seu barraco é quase um labirinto, repleto de lona, tábuas, cortinas de pano e muitas crianças que entram e saem dos barracos e deixam pouco espaço para caminhar. “Aproveitamos todos os cantos”, diz Josiléia, para em seguida

⁴⁸ Entrevista realizada com Carla Schuh.

⁴⁹ Entrevista realizada com Josiléia Alves dos Santos.

reclamar: “esse mundo de gente por aqui causa problemas, como roubos, mas nos meus vizinhos eu confio”.

Embaixo do viaduto, onde a ocupação dos sem-teto foi mais antiga, há barracos de alvenaria e outros que tem dois andares, habitados por moradores que vivem há décadas na favela. Um jovem, chamado Amauri Amaro da Paz, de 26 anos, nasceu e se criou na favela⁵⁰. Ele nunca morou fora dela. “Apesar de ser um lugar ruim e feio, aqui é minha casa. Se algum dia eu for sair, espero que seja para algo melhor”, reflete.

Os barracos debaixo do viaduto estão todos servidos de energia elétrica, um luxo que não atinge a região em volta do prédio abandonado. Como era de se esperar, só há eletricidade porque proliferam as ligações clandestinas. “Como nesse pedaço onde eu moro os barracos são de madeira, já houve incêndios grandes, que destruíram tudo das pessoas”, diz Josiléia.

Ela critica a Eletropaulo, que não instala rede elétrica no lugar porque não reconhece os moradores como genuínos donos do terreno. “Se você seguir os papéis da Prefeitura, vai ver que é como se a gente não morasse aqui. Por isso não temos instalação elétrica, nem esgoto, e nem água encanada”, raciocina a paraibana.

Josiléia reclama ainda do sofrimento para conseguir receber cartas, já que os moradores da favela não têm um endereço reconhecido. “Alguns vizinhos recebem as cartas para minha família, contamos com a boa vontade deles”, explica. A moradora recorda os momentos em que as pessoas já foram retiradas da Favela do Moinho. “Houve uma grande remoção das famílias no ano de 2000, financiada pela CPTM”, acusa Josélia. Ela explica que as pessoas voltaram a partir do ano seguinte, aos poucos, e que passaram a ocupar áreas mais distantes do viaduto para evitar a falta de espaço na região.

Amauri, que também é da diretoria da Associação de Moradores, relembra da reforma pela qual passou o viaduto Orlando Murgel durante o ano de 2005. “Os técnicos da Prefeitura não colocaram nenhum tipo de proteção, então caíam tijolos, ferramentas, todo tipo de coisa

⁵⁰ Entrevista realizada com Amauri Amaro da Paz.

aqui embaixo”, explica. O resultado foi um acidente, que teve uma criança como vítima fatal. Apesar de não ter indenizado a família, a Prefeitura adotou grades protetoras na obra.

Ainda segundo o jovem morador da favela, o ano de 1998 foi triste para todas as famílias. Os barracos sob o viaduto foram consumidos pelo fogo, em um incidente sem vítimas. Mas as pessoas perderam tudo que possuíam e ainda hoje acusam o incêndio de “criminoso”, apesar de ser mais provável que ele tenha ocorrido por causa de um curto-circuito.

5.4 O prédio (quase) abandonado

No início da ocupação do terreno, não havia apenas uma favela: eram duas. Os moradores da região sob o viaduto não se consideravam da mesma comunidade do que os que armaram suas casas em volta do prédio abandonado da fábrica Moinho Matarazzo. “Como cresceu a Favela do Moinho, que passou a ter barracos demais, ela se tornou uma só”, diz Carla Schuh. “Mas as pessoas ainda têm a idéia de duas favelas e não se ajudam. Só quando surgiu o risco real de despejo que conseguimos fazer um trabalho de conscientização e união da comunidade como um todo”.

Na Favela do Moinho impera um clima de individualismo, desconfiança e segregação entre as pessoas, alimentado pelos criminosos para evitar que os moradores se unam em torno de um objetivo comum. Não há uma forte organização na Favela do Moinho, com exceção da Associação dos Moradores e das correntes religiosas que fazem trabalhos sociais no local. Todos sabem que o fato de haver criminosos na comunidade, escondidos ou andando soltos por aí, é motivo para a Polícia Militar agir violentamente quando faz incursões na Favela à procura de algo ou alguém. Sobram muitas histórias sobre os policiais, incluindo a de que eles usavam um dos prédios abandonados como local de treinamento para escaladas e como zona de tiro.

Aliás, o edifício da fábrica abandonada, repleto de pichações, sujo, enorme, localizado bem no centro da favela, serve de abrigo para muita gente pobre. Outrora este prédio foi um

grande negócio, pertencente à família Matarazzo, a mesma da qual descendem o subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, e o senador petista Eduardo Matarazzo Suplicy. São cinco andares maciços, com um porão que está inundado e poços de elevador vazios. Há muita sujeira espalhada pelo lugar e também o cheiro de detrito nas escadas é muito forte. Não há janelas, mas grandes aberturas em ruínas, e por isso os andares estão sujeitos a chuvas.

A secretária-geral da Associação de Moradores vive no prédio. “Não há muitas crianças por aqui, minha família foi praticamente a primeira a morar no prédio”, diz Carla. Ela refere-se a si mesma como uma “pioneira” do prédio, dizendo que sua iniciativa levou outras famílias a fazerem o mesmo. “Nós não deixamos as crianças chegarem perto do poço de elevador, porque lá é perigoso. Estamos utilizando o espaço para guardar produtos de reciclagem. Pedimos para que os andares de cima sejam fechados, também por conta das crianças”.

A preocupação com crianças tem razão de ser, afinal as condições dentro do prédio são as piores possíveis. No último andar há muitos buracos e todo o espaço está aberto, qualquer garoto poderia facilmente pular uma mureta em ruínas e cair de lá de cima, se estivesse, por exemplo, brincando de correr. Os buracos dos poços dos elevadores estão abertos e são riscos muito grandes para as crianças, além dos detritos acumulados por todas as partes.

Estranhamente, todos os andares têm grandes blocos de concreto que cederam e caíram, repletos de ferros retorcidos e pontas enferrujadas de pregos e parafusos. O ambiente poderia ser considerado hostil para qualquer pessoa adulta. O que dizer então das crianças pequenas, que estavam presentes nas visitas que fiz ao prédio? Elas me seguiam por todos os lados, e de fato havia mais crianças do lado de fora, mas isso não salva as que vivem sob risco constante na fábrica abandonada.

Gaúcha de Santa Cruz do Sul, cidade em que morou até os 24 anos, Carla Schuh se formou no magistério, estudou e dava aulas, mas veio para São Paulo com seu marido, que estava em busca de um emprego. Há quinze anos ela mora na capital paulista. O marido faleceu de enfisema pulmonar, porque era fumante. Os cinco filhos de Carla – Thiago, Marcos, Alex, Eduardo e Gustavo - permanecem com ela, com exceção de um.

Carla trabalha com costura e bordado, e sustenta a casa com o emprego, além de dedicar-se à Associação de Moradores. Eu lhe pergunto o que há de melhor e pior na Favela do Moinho, e ela dá a seguinte resposta:

A localização da Favela do Moinho é perfeita. Aqui perto tem supermercado, comércio, escola, posto de saúde, hospital e Igreja. As pessoas que trabalham com reciclagem não têm que sair do centro, elas são beneficiadas pela localização.

Desde que eu mudei pra cá, vi mudanças como a construção da creche [erguida pela Igreja Católica], que tem trabalhado a higiene das pessoas na favela. Há ainda cultos da igreja evangélica. Recebemos a visita da Legião da Boa Vontade, que tem feito a orientação das pessoas na favela. Há mudanças muito fortes.

Mas com certeza o barulho do trem incomoda muito. A princípio, quando eu vim para cá, não conseguia dormir. Mas aí me acostumei com o barulho do trem e lido bem com isso. Entretanto, acho que isso tem sido muito ruim para as famílias. A poluição sonora vai acabando com a audição das pessoas. Fora isso, o movimento do trem levanta poeira e traz poluição, além de ser perigoso.

Acompanhado de Carla e outros militantes pelo direito à moradia que têm visitado mais recentemente a Favela do Moinho, vamos visitar o barraco de Marcelino Santos, que mora também no prédio da antiga fábrica abandonada. Antes de o encontrarmos, Carla Schuh me conta que tem muito medo de despejo. Ela explica que os moradores não iriam resistir se a Prefeitura enviasse uma ordem de reintegração, mas que tentariam alguma solução pacífica:

Se viesse o despejo, acho que iríamos negociar, porque as coisas se resolvem com uma boa conversa. Não estamos conseguindo ter esse tipo de coisa com a Prefeitura e é uma pena porque corremos risco. Eu tenho medo de a qualquer hora receber um oficial de Justiça que bata na minha porta e me diga que eu tenho trinta dias para sair da minha casa.

Ainda não veio ninguém da Prefeitura aqui para fazer o despejo, apenas para cadastrar as famílias. Eles nunca fizeram uma proposta para projeto de reurbanização, e entraram com um decreto de desapropriação no ano passado para nos expulsar das casas. Quem assinou o decreto foi o Andréa Matarazzo, Subprefeito da Sé. Não tenho mais notícias mas espero que as coisas fiquem bem.

A comunidade cresceu desde que eu mudei para cá, com muitas pessoas vindo para a favela. Agora há pessoas que não tinham condições de pagar o aluguel, pessoas que perderam o emprego, que eram moradores de rua, que entraram em movimentos sociais e acabaram sem casa, todos vieram para cá.. Eles se sentem seguros na nossa comunidade, não estão pegando chuva e nem morando na rua.

Eu gostaria de fazer um trabalho significativo com alcoolismo na comunidade da Favela do Moinho. Porque há pessoas que eram moradores de rua, bebem demais, tem problema com isso ou com drogas. Eles encontram acolhida aqui.

Seria ótimo amenizar esse problema, para a convivência das pessoas da comunidade. A maioria dos que tem problema com alcoolismo são pessoas solteiras na favela. Eu considero o alcoolismo uma doença, e há muitos casos traumáticos por aqui. Eu gostaria de ver a melhora de algumas pessoas, algumas famílias que são afetadas e que merecem atenção.

Chegamos ao barraco. Marcelino, conhecido como Seu Santos, divide o espaço de sua casa com dezenas de bugigangas eletrônicas, quadros não-terminados, rabiscos, cadernos e uma infinidade de moscas que voa ao redor de uma mesa repleta de lápis, canetas, réguas e pedaços de comida apodrecidos.

Há duas mesas grandes e desarrumadas, repletas de fotos, tesouras, revistas antigas, livros e equipamentos eletrônicos que parecem não funcionar. Sentado em uma cadeira bem diante de todas estas quinquilharias está um senhor de cinquenta e poucos anos, barba e bigode brancos, pele escura, óculos pendurado no pescoço por uma cordinha, calça jeans suja e camiseta branca. Ele garante ser autodidata e explica que se mudou para a Favela do Moinho só em 2001, depois de ter perdido sua casa na avenida Rio Branco, onde costumava morar. Ele diz que é nascido em Corumbá, na divisa com a Bolívia, e que veio para São Paulo ainda bem jovem, tanto que se considera paulistano⁵¹.

Tenho 53 anos, seis filhos e duas enteadas. Minha ex-mulher mora no bairro da Casa Verde. Eu saí de lá e a deixei os filhos amparados, porque eu quis continuar a minha vida aqui fora, estudando e aprendendo cada vez mais. Nossa moradia lá na Casa Verde também está com problema de regularização, porque o terreno está no nome da minha ex-mulher. Eu tenho um filho que é excepcional, autista, ele tem dez anos.

⁵¹ Entrevista realizada com Marcelino Santos.

Já vendi muitos quadros na minha vida. Aprendi muitas coisas e quero transmitir o que sei para as pessoas que estão na Favela do Moinho. Falta apoio e matéria-prima aqui para nós. Aprendi nas tabas de índio a técnica que eu uso para pintar. Lá eu recolhia tintas de raízes. Eu nasci em Corumbá, na divisa com a Bolívia.

Eu era chamado de Santeiro aos 12 anos porque pintava Nossa Senhora de Aparecida e São Jorge. Era o que me dava mais dinheiro! Eu não podia pintar paisagem porque as pessoas não compravam! Comecei a fazer os santos em madeira, comecei inclusive a utilizar entalhe e fazer xilogravura. Eu dava aula de entalhe no Projeto Oficina Boracea há algum tempo.

Se conseguirmos receber doações de tinta aqui para o prédio, vai ser possível transformar num centro cultural. Se não derrubarem este prédio, escreva o que eu estou falando: este lugar vai ter muita coisa artística. A partir do traço de fotografias, eu amplio imagens do Bob Marley e de Jesus Cristo. Como fiquei velho, eu uso minha prancheta de ampliação e pantógrafo, junto com meus óculos para vista cansada. Eu tenho vinte profissões credenciadas, em termos de técnico no Senac. Sou marceneiro-artístico e serralheiro artístico. Também sou eletricitista e mecânico de eletrodomésticos. Também sou pintor e artesão, além de ser desenhista.

Dentro da casa, ouvindo Seu Santos falar desenfreadamente, fico com a sensação de que ele está contando histórias demais para uma mesma vida e que algumas podem ser mentira.

Olho pela janela e vejo a linha do trem, que fica bem perto da favela. Vejo no horizonte alguns vagões se aproximando, puxados pela máquina. Imagino quantas crianças e adultos não se acidentaram ali, justamente o mesmo local que me informaram ser rota de fuga para os criminosos. Pelo que soube, não parece ser mais a prática, já que o principal traficante da favela – cujo nome desconheço – está preso.

As paredes do barraco de Seu Santos são feitas de tábuas pregadas umas às outras. Passando da “sala de estudos” para o quarto, dobra a quantidade e o tamanho das moscas. Em volta da cama de casal usada por este senhor falastrão, há pratos e potes com restos de comida, e um relógio desmontado em uma mesa no canto. Ele explica que já foi pintor, ator, eletricitista, marceneiro, serralheiro, mecânico e até técnico em informática.

“Fiz cursos de eletrônica, estamparia, artesanato, entalhamento e hoje o que me dá mais dinheiro é consertar televisão”, explica Seu Santos. Ele prossegue:

Atualmente trabalho consertando eletrodomésticos. Fiz um curso de eletrônica e conserto fogões, máquinas de lavar roupa, televisões, ferros de passar. Fiz cursos de pintura e escultura também. Gosto muito de conhecimento. Sempre fui dono das minhas empresas e dos meus negócios.

Tive quatro sócios, e descobri recentemente que há uma empresa aberta em meu nome. Eu não sou desempregado, sou autodidata e trabalho por conta. Vou fazer uma reestruturação dos meus negócios e gostaria de reabrir uma empresa que fechei há muito tempo. Quem sabe eu venha a empregar as pessoas da favela? Se der certo, quero fazer um negócio de artesanato que funcione na entrada da comunidade do Moinho. Minha idéia é conseguir um empréstimo e dar um serviço para o pessoal daqui. Eles precisam aprender artesanato, pintura, entalhamento.

Convenço-me que Seu Santos é uma pessoa inteligente e talentosa, mas propenso à mentira. Até que vejo os seus diplomas todos, as suas anotações e alguns eletrodomésticos que ele consertou em funcionamento. O sujeito é realmente uma pessoa extraordinária, mesmo que esteja contando algumas histórias mirabolantes. Pergunto se ele se sente mal em morar num lugar tão abandonado, se ele sofre preconceito por ser favelado. Ele me responde:

Existe uma diferença de classe social que é marcada com relação aos que moram lá fora da Favela. Claro que há um pouco de preconceito. Eu sofro este preconceito porque moro na favela, é horrível. Aqui dentro, nós somos favelados. Mas quando a gente atravessa o trilho para lá, somos iguais, cada um tem um emprego, quer ter sua vida normal. Hoje em dia, aqui na redondeza, as pessoas já olham a gente com respeito, tratam a gente melhor, mas até um tempo atrás éramos meio bichos pra quem mora do lado de fora.

Estamos conseguindo o que a gente mais quer, que é o direito de moradia. É o direito de todo cidadão de conseguir um teto para si, para a família da gente. Estamos lutando para isso, apesar de ser difícil. Eu espero que a gente consiga, realmente, ou aqui ou em outro lugar o direito da gente morar.

Os direitos são um compromisso que o governo tem com os cidadãos, então queremos o loteamento deste terreno para que possamos comprá-lo, quem sabe uma linha de financiamento. Eu gostaria que neste lugar, nesta favela que eu escolhi como residência, não houvesse a derrubada deste prédio da antiga fábrica dos Matarazzo.

Ele deveria ser reformado e tombado, tanto por iniciativa do governo ou então por interesse de empresas particulares. Eu tenho o sonho de construir nesse prédio um centro cultural, uma via turística para que as pessoas que um dia venham de fora saibam que aqui foi uma favela. Então este lugar vai ser cheio de pinturas, cheio de quadros, de artesanato, muitas peças de teatro e também a exibição de filmes.

Claro que essa é uma idéia posterior. Primeiro nós precisamos de um projeto de urbanização aqui perto para nós morarmos. Há tantos prédios vazios aqui no centro da cidade, que pertencem ao governo do estado ou à Caixa Econômica Federal. Em dois prédios desses, aqui na região, a Prefeitura deveria desapropriar para colocar as pessoas da Favela do Moinho.

O nosso prefeito, o nosso governante deveria entregar esse terreno para os moradores, e também cobrar um compromisso. Há muitos prédios vazios, parados aqui no centro. O governo não sabe o que fazer e perde a chance de fazer algo com eles. Deveria reformar isso aí e dar para o povo que está necessitando de moradia. Também seria preciso adequar às nossas condições, porque aqui a maioria, cerca 90% dos moradores, são carroceiros. A Prefeitura e a iniciativa privada deveriam oferecer estudo, cursos de capacitação e formação técnica para a periferia e seus habitantes. É importante conseguir moradia, sustentabilidade e amparo para as famílias? Eu acho que sim.

O diálogo entre as pessoas que acompanham Seu Santos cresce e ele demonstra como funciona uma de suas máquinas recém-consertadas, uma carcaça de lava-roupas ligada a uma tomada clandestina, um “gato” que chega ao interior do prédio. As pessoas começam a discutir os riscos de haver um despejo na Favela do Moinho, algo que me parece improvável dado o tamanho da ocupação e a persistência das pessoas – que já moram há mais de cinco anos no local, mesmo com incêndios, desabamentos, crime e todos os riscos que podem se impor.

Há com certeza uma quantidade razoável de pessoas que poderia requisitar na Justiça o usucapião pela posse da terra, porque mora naquela comunidade há uma década pelo menos. Não é o caso do Seu Santos, que mora em um prédio abandonado no qual possivelmente não vai ter a posse reconhecida, e que não tem documentos para provar que vive a seis anos na Favela. Eu pergunto o que ele faria se o poder público de fato viesse despejá-lo, e recebo a resposta:

Eu vou fazer o quê? Eles [a Prefeitura] têm o poder e a gente não temos (sic) nada! O direito que a gente tem é o de resistir. Mas se a Prefeitura estiver embasada pela lei, a nossa obrigação vai ser sair. Antes de sair, a gente pede ajuda, solidariedade e está consciente de que temos o direito à moradia, pelo menos a uma indenização digna e não este valor de R\$ 5 mil, que é um dinheiro de cafezinho, é uma piada pra quem precisa comprar a própria casa.

O prefeito, como qualquer autoridade, sabe que a pessoa que sai daqui por R\$ 5 mil não vai comprar terreno em outro lugar. A família vai sair daqui, gastar, e depois vai para outra favela. Isso vai ficar marcado no governo dessa Prefeitura para toda a vida. As pessoas já estão saindo de um canto e indo para outra favela. Queremos sim uma indenização, mas com dignidade, que nos garanta que poderemos comprar uma habitação decente.

Não vale a pena sair daqui e formar outra favela em outro lugar. Até quando? Até estarmos velhinhos? Fomos excluídos já no passado, quando nossos pais não tiveram estudo, não tiveram oportunidade. Poucas pessoas são como eu, que aprendem na raça, estudam e viram autodidatas. Eu quero voltar a trabalhar, em breve.

Depois desse depoimento, seu Santos e eu permanecemos em silêncio enquanto os outros conversam. A professora de Direito da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), Anna Cláudia Vazzoler, também é advogada dos moradores da Favela do Moinho, explicou a situação pela qual passa a comunidade na saída do barraco de Seu Santos⁵².

Segundo ela, o decreto publicado por Andrea Matarazzo foi arquivado pela Justiça. Assim como a Ação Civil Pública, o decreto alega que há riscos de acidentes para os moradores da favela, devido à proximidade com os trilhos do trem. Apesar do arquivamento, a ação civil contra os donos dos terrenos está sendo avaliada pelo Ministério Público e pode ser que em um futuro breve o poder público obrigue particulares a expulsarem as pessoas que vivem hoje na Favela do Moinho.

Alguns trechos do depoimento de Anna Cláudia:

⁵² Entrevista realizada com Anna Cláudia Vazzoler.

Uma parte pequena da favela está localizada nas margens do trem. Mas o terreno da região do Moinho é grande, e permite que seja feita uma reurbanização ou a construção de conjuntos habitacionais, para abrigar todos os moradores sem risco algum.

A Prefeitura alega que existem substâncias explosivas no subsolo da favela, mas o laudo utilizado pelo poder público para atestar esta informação foi feito sem base técnica, a partir de depoimentos, em que a culpa das explosões é atribuída às ligações elétricas clandestinas e não às substâncias subterrâneas.

Acho que falta vontade política da Prefeitura para resolver o problema. Já entramos com o pedido de regularização fundiária da Favela do Moinho na Justiça, em fevereiro. Reunimos documentos e cartas que provam que há 15 anos atrás já havia gente na comunidade.

Tudo bem que a infra-estrutura da favela seja precária e que falte saneamento e pavimentação. Mas quem tem que garantir isso é a Prefeitura. Há um prédio abandonado que um dia foi uma indústria, e hoje se tornou uma ocupação. E o poder público não faz nada, só insiste com o despejo, ao invés de remanejar as famílias. Sei que havia um plano de urbanização criado na gestão de Marta Suplicy, especialmente para a comunidade do Moinho, que não foi levado adiante.

5.5 Risco de despejo

Um levantamento da Subprefeitura da Sé informa que há cerca de 400 famílias na favela, totalizando quase 2000 pessoas, sem levar em conta os que moram no edifício abandonado. O terreno onde está localizada a favela, em 1999, era avaliado em R\$ 1,05 milhões de reais, mas um trecho dele foi vendido à empresa Motarone Serviços e a um particular, Ademir Donizetti Monteiro, por R\$ 350 mil devido à queda de valor que a favela acarretou. O bem foi adquirido em leilão, para saldar uma dívida tributária da Rede Ferroviária Federal S/A.

A favela quase foi despejada em outubro do ano passado, por um decreto expedido pelo secretário Andrea Matarazzo. O decreto, que foi arquivado, alega que há riscos de acidentes para os moradores da favela, devido à proximidade com os trilhos do trem. Apesar da desapropriação ter sido negada pela Justiça, há outro processo promovido pela Prefeitura.

Ela entrou com uma ação civil pública contra os donos do terreno, visando a retirada dos moradores da área, usando o mesmo argumento do decreto.

Uma parte da favela de fato está localizada nas margens da linha de trem, e precisa ser removida. Segundo a advogada Anna Claudia Vazzoler, que acompanha o caso e admite que os moradores do trecho correm risco de acidentes, o terreno da região do Moinho é grande, e permite a realização de uma reurbanização ou a construção de conjuntos habitacionais, para abrigar todos os moradores.

Com uma proposta similar, o professor Nabil Bonduki acha que as famílias terão que deixar o terreno “cedo ou tarde”, mas o ideal é que seja rumo a um projeto habitacional no centro. “De maneira nenhuma eu defendo que eles fiquem em área de risco. Nenhum movimento por habitação defende isso. Defendemos uma alternativa habitacional, o que está previsto no Estatuto das Cidades e no Plano Diretor. A remoção das famílias na verdade deveria se configurar como a transferência das famílias para soluções habitacionais definitivas”, explica Bonduki⁵³.

A Prefeitura alega existirem substâncias explosivas no subsolo da favela, e realizou um estudo para provar. De acordo com o documento, “freqüentemente ocorrem pequenas explosões no pavimento térreo do prédio”. Não foi possível identificar a presença de gases explosivos na ocupação, porque os técnicos enviados não possuíam aparelho de detecção. Entretanto, se os solos estiverem de fato inundados, “então existem reais condições para geração de gases, em particular o metano, devido ‘a decomposição de detritos e de eventuais resíduos de matérias-primas utilizadas pelas atividades industriais anteriores”, assinala o laudo da Prefeitura.

Nabil, prevendo que a Prefeitura vai se queixar do custo para fazer programas habitacionais no centro, argumenta. “Na verdade, esta questão fica mal colocada, porque nada custa mais do que manter uma população a 35 quilômetros dos seus empregos. O custo disso em transporte, em dispêndio para famílias, além da violência que gera, é maior do que o gasto

⁵³ Entrevista realizada com Nabil Bonduki.

com habitação popular. Temos que calcular não quanto custa individualmente uma habitação, mas quanto isso custa para a cidade. E uma habitação próxima do emprego custa pouco para a cidade, apesar de individualmente ter custo mais alto do que morar na periferia”.

A favela ainda corre o risco de despejo porque a ação civil pública movida pela Prefeitura na Justiça, contra os proprietários do prédio, ainda não foi julgada. Entretanto, não deve sair de forma iminente, já que o decreto solicitado pelo secretário Andrea Matarazzo foi negado. Os militantes dos movimentos por moradia avaliam que a Prefeitura não esperava que houvesse alguma reação por parte dos moradores, porque julgou-os desmobilizados e despreparados.

Entretanto, movimentos como o MMC (Movimento de Moradia do Centro) e o MNPR (Movimento Nacional de Povo de Rua) enviaram militantes e auxiliaram na formação das lideranças dentro da Favela do Moinho.

6. O centro da cidade em disputa

*“A cidade se apresenta
centro das ambições
para mendigos ou ricos
e outras armações
Coletivos, automóveis,
motos e metrô
Trabalhadores, patrões,
policiais, camelôs”*

Chico Science, A Cidade

6.1 Abandono do centro de São Paulo

No ano de 2001, um grupo de vereadores da Câmara Municipal formou a Comissão de Estudos para Habitação da Área Central. O objetivo era discutir com amplos setores da sociedade sobre como vinha sendo feita a ocupação da área central e como deveria se dar no futuro. Era consenso, então, que o centro era um local abandonado e esvaziado, há anos sofrendo desvalorização, apesar das boas possibilidades de acesso a serviços públicos.

Formada pelos então vereadores Nabil Bonduki (PT), Marcos Zerbini (PSDB), Ricardo Montoro (PSDB), Ana Martins (PC do B) e José Laurindo (PT), a Comissão compilou um breve quadro informativo de todas as ocupações conhecidas em edifícios no centro da cidade. Abaixo estão análises do documento introdutório apresentado pela Comissão:

Desde a intervenção urbana do começo do século XX (...) até as intervenções mais recentes, realizadas pelo prefeito Jânio Quadros, em 1987, sempre houve a renovação e a cosmética do centro por meio da expulsão da população de baixa renda, que vivia precariamente em cortiços nesta região, e sempre com o argumento de se recuperar áreas deterioradas. Assim, o enfrentamento do problema da deterioração no Centro sempre se deu sem a preocupação de manter essa população na região ou dar-lhe condições dignas de moradia. (...)

A partir dos anos 1980, a tendência já existente de desvalorização da área central agravou-se. Surgiram novos pólos que atuam como centros de negócios [como a avenida Paulista], atraindo empresas que abandonaram a região central e esvaziaram a região. (...)

O esvaziamento imobiliário acarretou o surgimento de uma grande quantidade de prédios e escritórios vazios, edificações que foram erguidas nos anos 1950 e que estão defasadas em relação às exigências tecnológicas mais recentes. Esses imóveis, para serem ocupados, precisam passar por um processo de reformas, adaptação ou reciclagem. No entanto, o mercado não tem mostrado interesse econômico em fazer tais investimentos, pois os novos pólos centrais são, de fato, mais atraentes para as empresas.

Muitos urbanistas e arquitetos concordam que houve um esvaziamento gradativo do centro, na medida em que a classe média-alta - que habitava a área até cerca de 1950 - abandonou o local. Os apartamentos dos prédios centrais usualmente são grandes e espaçosos, com três e quatro quartos, que foram ocupados pelas classes mais altas até a década citada. A partir de então, o acesso ao centro fica facilitado para as classes populares. As famílias com maior poder aquisitivo vão se retirando do centro, primeiro em direção à rua Consolação, depois, com o passar das décadas, se deslocam para a avenida Paulista, para Higienópolis e para a região do Jardim América, de acordo com o professor Whitaker⁵⁴.

Para Whitaker, a relativa valorização dos imóveis no centro se deve à especulação imobiliária, já que estes locais estão esvaziados há anos. São áreas no entorno da estação da Luz, da Praça da República, do Largo do Arouche e da Praça da Sé. A respeito da região, Nelson Saule Júnior, que é coordenador do Pólis e professor de Direito da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), tece os seguintes comentários:

Outra realidade do centro, que eu entendo ser até mais grave, é a população que mora em cortiços. Há um estudo feito pela Prefeitura na década de 1990, que abrangeu toda a cidade, e que incluiu várias situações, na linha de habitações coletivas em aluguel, incluindo bairros da periferia. O número é assustador: seriam três milhões de pessoas vivendo em habitações coletivas em São Paulo.

Uma pesquisa realizada pelo metrô aponta que, na região mais central da cidade, há a estimativa de 600 mil pessoas morando em cortiços. É um número elevado para uma realidade que é de condições

⁵⁴ Entrevista de João Sette Whitaker Ferreira ao website *USP Online*, publicada em junho de 2005 sob o título: “Metade da população de São Paulo vive em submoradias, afirma especialista”.

habitacionais precárias e de insegurança para as pessoas, que não tem proteção jurídica para sua moradia, que vivem em casarões antigos e prédios, imóveis muito precários na região central.

Saule crê que há três problemas fundamentais no que diz respeito à habitação na cidade: a regularização fundiária de favelas e áreas de mananciais; os cortiços e habitações coletivas; e a falta de opções de moradia popular, legalizada, no centro de São Paulo. “Vejo aqui os problemas mais graves em São Paulo, que precisam ser enfrentados com políticas públicas para habitação. O Plano Diretor aprovado em 2002 buscou criar medidas para enfrentar a questão, como a determinação que é preciso regularizar as áreas de assentamentos informais, sejam as favelas ou loteamentos clandestinos”, diz o coordenador do Instituto Pólis.

Segundo o Observatório dos Direitos do Cidadão, há pelo menos 254 mil⁵⁵ domicílios vagos na capital, um número alto se for comparado com o déficit habitacional do município, que no ano 2000 era de 203,4 mil⁵⁶. “Estes números mostram, para o município de São Paulo, a existência de uma enorme demanda, não atendida pelo mercado habitacional ou programas oficiais”, informa o estudo do Observatório. Cabe notar que o número de imóveis vagos é maior do que o déficit habitacional registrado.

O abandono do centro gera uma contradição: a área tem uma população circulante que é pobre, da ordem de um a três milhões de pessoas por dia. A demanda dessas pessoas por moradia, que são maioria, não é atendida porque seu poder aquisitivo é baixo diante do preço dos domicílios vazios, que continuam muito valorizados para uma habitação popular. Quem quer moradia no centro são pessoas que trabalham no comércio, na construção civil, ambulantes, que geralmente tem renda de dois a três salários mínimos. “O problema é a oferta de moradia, que não supre a necessidade de apartamentos de um a dois quartos. O governo não faz uma política para a construção de apartamentos populares ou a reversão de prédios com grandes unidades habitacionais em unidades menores”, diz Whitaker.

⁵⁵ **CARDOSO, A. L.** *Habitação: balanço da política municipal entre 2001 e 2003*. Observatório dos Direitos do Cidadão. Instituto Pólis e PUC-SP, número 21, pag. 24

⁵⁶ Dado da Fundação João Pinheiro, 2000.

Desde 2000, ano do início da gestão da ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP), há pontos-chave no centro, estudados para solucionar a questão habitacional no município. “O esvaziamento populacional das áreas centrais, aliado ao grande número de domicílios vagos, aponta para uma questão que atinge a todas as cidades, mas que se mostra mais aguda em São Paulo”⁵⁷, avalia o Observatório, que considerou ser necessário desenvolver “mecanismos de recuperação dos espaços habitacionais nos centros históricos”.

6.2 O projeto de habitação popular

Parece inegável que a solução para o problema habitacional na cidade de São Paulo, ou ao menos de grande parte dele, passa por enfrentar o esvaziamento de prédios no centro e na regularização de favelas na periferia de São Paulo. Se não houver alternativas de habitação aos mais pobres, com qualidade e a preços acessíveis, eles continuarão a morar em cortiços, em barracos ou nas praças históricas.

Para alguns urbanistas, como o professor e ex-vereador Nabil Bonduki (FAU-USP), o centro é uma das soluções para o problema do crescimento das favelas no município. Oferecer opção de moradia barata, na forma de pequenos apartamentos ou quitinetes naquela região pode vir a se tornar uma garantia de inclusão social para populações inteiras que hoje moram precariamente. O professor explica que considera a ocupação do centro por famílias de baixa renda como um “processo cíclico”⁵⁸:

Existe uma parte da população que precisa morar naquela região, porque o ganha-pão está ali, são pessoas que não podem sair do centro. Se forem despejadas de uma ocupação, elas irão para outro lugar no mesmo bairro, não adianta tentar desalojá-las. Próximo à ponte da avenida Pompéia, por exemplo, está se criando uma nova favela, uma das grandes.

Este problema está se recriando em vários terrenos vazios, em muitas áreas centrais. [As pessoas] vão para novas ocupações ou então acabam em um cortiço. Aliás, o problema de cortiços é muito pouco conhecido. Porque hoje temos muitos apartamentos verticais que abrigam três, quatro famílias por

⁵⁷ Idem.

unidade. É a reprodução do cortiço em outra escala, transformando cada apartamento em um cortiço. A população de baixa renda acaba vivendo de alguma maneira no centro, e não é só nas ocupações. Há pessoas morando em cortiços, em quitinetes, em outros lugares.

As gestões municipais que mais se aproximaram de ter um projeto de habitação popular no centro, de acordo com as necessidades das pessoas atingidas pela pobreza, sem dúvida, foram as de Luiza Erundina, no começo da década de 1990, e a de Marta Suplicy, a partir do ano 2000. Nenhuma das duas gestões, entretanto, foi capaz de solucionar o problema, sendo que os investimentos em mutirões autogestionados realizados por Erundina foram mais significativos do que quando Marta Suplicy governou.

A ex-prefeita Marta Suplicy apostou suas fichas em um projeto de indução do mercado imobiliário, para que a iniciativa privada investisse em moradia popular no centro. Mas as ferramentas para induzir e inverter a lógica de mercado não foram suficientes, e algumas não tiveram fim prático, como é o caso das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que de fato protegem certas áreas contra as ações de despejo e desapropriação, mas não garantem qualquer investimento para construção de habitações sociais.

Na avaliação da ex-ministra adjunta das Cidades, atualmente professora de Urbanismo da FAU-USP, Ermínia Maricato⁵⁹:

Se houvesse um processo misto de recuperação do centro, que é proposta do Plano Diretor, através das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), seria mais aceitável [do que a entrega do centro para o capital privado]. Pelo menos uma parte dos imóveis no centro deveriam ser destinados à habitação de interesse social.

O verdadeiro interesse público no município de São Paulo é reduzir a ocupação nas periferias da cidade, feita especialmente em áreas de preservação ambiental, ao norte e ao sul da cidade, onde a ocupação está mais acelerada, e achar alternativas para essa população. Eles não têm alternativa, por isso ocupam as áreas de mananciais.

⁵⁸ Entrevista concedida pelo professor Nabil Bonduki.

⁵⁹ Entrevista realizada com Ermínia Maricato

Então essa alternativa está no centro, onde há uma grande porcentagem de imóveis vazios, que variam entre 20 e 30% em determinados lugares. O interesse público na nossa cidade é voltar a configurar um estoque novo de moradia social no centro e paralisar a ocupação na periferia com fiscalização.

Qualquer leitura mais atenta da questão urbana prova isso. Acontece que a habitação social trava a valorização imobiliária. Este é um problema nacional, porque no nosso país há uma identidade entre progresso e altos preços de mercado para habitação.

Ao contrário, o progresso não é o alto preço do imóvel. A valorização imobiliária expulsa a população pobre, porque não pode pagar pelas residências. Há uma segregação bárbara em todas as cidades brasileiras, que estão levando a população pobre a ocupar, inclusive em Curitiba, as áreas periféricas e de proteção dos mananciais.

As pessoas estão sendo deslocadas para a periferia, porque não têm outro lugar para morar. O centro hoje é ocupado por uma população moradora de cortiços bastante grande, uma classe média-baixa que ocupa os apartamentos e há também um comércio vivíssimo, movido por pequenos comerciantes. Eles não correspondem ao que o capital global gostaria. Aquela região é o maior pólo de empregos na cidade de São Paulo.

Há outros argumentos para manter a população de baixa renda naquele lugar, porque ela não precisa pesar sobre o sistema de transporte público, hoje em uma situação calamitosa em termos de trânsito naquela região. Nada disso é levado em consideração pelo poder público em nenhuma das gestões. Eles não enxergam que a cidade não pode mais crescer sem correias, cheia de ocupações irregulares na periferia e um esvaziamento residencial nas áreas centrais.

A política habitacional proposta durante a gestão de Marta parecia estar sintonizada com as demandas do movimento por moradia, e de fato gerou uma expectativa grande entre os líderes dos sem-teto. A participação popular, apesar de ter assumido um aspecto diferente da experiência petista em Porto Alegre, ainda era referência. A Prefeitura ampliou espaços de debate sobre habitação popular, com a criação da Conferência Municipal de Habitação e também de um Conselho Municipal de Habitação.

Apesar disso tudo, “a política habitacional não foi uma das prioridades do governo [de Marta Suplicy]”, afirma o Observatório dos Direitos do Cidadão. No terceiro ano da gestão, alguns programas ainda não haviam saído do papel. Foi dada continuidade para os que

envolviam recursos internacionais, como o PROVER (ex-Cingapura) e para aqueles que eram compromissos históricos do partido no município de São Paulo, como os mutirões, neste caso com recursos bem mais escassos do que seria de se esperar, dada a tradição dos movimentos por moradia. A tendência foi, assim, a de completar as obras iniciadas, com poucos recursos disponíveis para novos investimentos.

O professor Nabil, é que um dos responsáveis pela elaboração do Plano Diretor, comenta os planos da gestão anterior para transformar o centro da cidade em área de moradia para a baixa renda⁶⁰:

Aquilo que estava começando, que era uma perspectiva para habitação em São Paulo com um pouco de estratégia para a ocupação do centro, foi interrompido na gestão [de José Serra e Gilberto Kassab]. Estava começando a haver uma política habitacional na gestão de Marta Suplicy, que contava com dois vetores: a produção de moradia popular na área central e consolidada na cidade, que precisa ser realizada em grande escala, e a regularização e urbanização de assentamentos precários na periferia.

Eram dois pólos que foram incluídos no Plano Diretor e começaram a ser implantados no município. A atual gestão desestruturou este plano e hoje não tem uma estratégia para enfrentar o problema da habitação no centro, mas a Prefeitura tem claro que a região não é um lugar para moradia social.

Em tese, como o número de domicílios vagos no centro é maior do que o déficit de moradia, a solução do problema poderia ser feita mediante desapropriação maciça. Mas as políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura não visavam fazer uma ampla desapropriação, mas estimular e induzir o mercado de imóveis a operar com uma lógica de moradia popular.

6.3 Projeto de revitalização do centro

Hoje, em São Paulo, há mais condições econômicas e jurídicas para solucionar o problema habitacional do que há seis ou sete anos atrás. Além do Plano Diretor ter sido implantado e consolidado, ao mesmo tempo que o Estatuto das Cidades, com diretrizes, propostas e ações concretas e já discutidas, há recursos federais que serão enviados pelo PAC (Programa de

Aceleração de Crescimento), de quase R\$ 7 bilhões para todo o estado, além dos próprios recursos estaduais e municipais. A Prefeitura tem, a partir de agora, o papel de gestora dos empreendimentos habitacionais, que precisam ser voltados para a população mais pobre, sob o risco de agravar a exclusão social e manter uma parcela significativa deles na ilegalidade.

A mais recente e importante medida adotada para a revitalização é o projeto “Nova Luz”, que tem um status de prioridade máxima nos planos do prefeito Gilberto Kassab (DEM). Trata-se da desapropriação de um trecho de 269,3 mil metros quadrados no entorno da estação de trem da Luz, no centro de São Paulo, até novembro de 2007. A área equivale a pelo menos 27 quadras e vai ser leiloada para a iniciativa privada por meio de uma licitação. Pelo menos 62 empresas se interessaram pelo edital de licitação, incluindo a construtora Odebrecht e o sindicato patronal Secovi (Sindicato das Empresas de Compra e Venda de Imóveis de São Paulo), principais candidatos às obras que devem ser construídas no local.

Ao todo, são 55 lotes para serem desapropriados, sendo que 34 já foram iniciados no ano passado e outros quatro já foram concluídos. O objetivo de uma desapropriação deste porte é adaptar os terrenos para servir a grandes empreendimentos imobiliários, como shoppings, condomínios residenciais e grandes zonas comerciais. Hoje, os terrenos estão fragmentados, o que impede a iniciativa privada de instalar-se adequadamente na região.

Além da desapropriação, o projeto “Nova Luz” inclui incentivos fiscais para empresas que se instalarem no local. Eles já vigoram desde 2005, quando o plano foi lançado na gestão de José Serra. Os incentivos incluem a redução de 50% no valor do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Intervivos) das empresas, além de abatimento de 60% do ISS (Imposto Sobre Serviços) que for destinado à reforma do imóvel adquirido na região.

⁶⁰ Entrevista realizada com Nabil Bonduki.

O prefeito Gilberto Kassab deu o seguinte esclarecimento, acerca do projeto “Nova Luz” e das chances de resolver o problema habitacional da cidade, em uma coletiva de imprensa realizada pelo jornal Folha de São Paulo⁶¹:

A cidade de São Paulo possui 800 mil famílias que moram em condições inadequadas. São 800 mil famílias que nos fazem chegar aproximadamente ao valor de 3,2 milhões pessoas. Para que nós pudéssemos resolver o problema de todas essas pessoas, teríamos que investir R\$ 34 bilhões. Isso é usar duas vezes o orçamento da cidade de São Paulo, só para resolver o problema de moradia.

Pela primeira vez estamos juntos enfrentando o problema: Prefeitura, governo do estado e governo federal. Inclusive com o próprio governo federal priorizando verbas do seu orçamento no PAC, na parte de Habitação, para ajudar o estado e a cidade a solucionar o problema, principalmente da região dos mananciais. Nós estamos fazendo a remoção de famílias, que é necessária para a recuperação da condição e a qualidade da nossa água.

Primeiro: quero dizer que não existe mais a região da Cracolândia, mas sim a Nova Luz [risadas]. Esse sonho de mudar aquela região virou uma realidade, e a Nova Luz deu certo. Vamos procurar compreender este processo: existe uma área no centro da cidade que recentemente foi ampliada, que atinge mais de 200 mil metros quadrados, foi declarada de utilidade pública e será desapropriada. Dentro dessa área foi apresentado um projeto chamado Nova Luz.

Este projeto criou incentivos para que empresas e comerciantes migrassem para essa região da cidade. Junto com os incentivos existe um planejamento urbano para levar moradias e serviços para lá. Este projeto visa incentivar em especial empresas na área de cultura e da tecnologia da informação, mediante redução do ISS para segmentos destes setores que estejam na faixa de 2%. Os incentivos reduzem ainda a cobrança de IPTU e ITBI em 50% nos primeiros cinco anos; criam um incentivo para investimentos que faz com que as pessoas possam abater 80% do que foi gasto na compra do terreno e na reforma ou na construção com impostos municipais. Enfim, esta ajuda que demos fez com que 62 empresas se habilitassem aqui na cidade para apresentar projetos de mudança para essa região.

Pois bem, agora estamos concluindo a fase mais lenta, que é a desapropriação. E é correto que seja lenta, porque estamos tratando de interesses legítimos dos proprietários, que tem divergências com relação ao valor da desapropriação e recorrem à Justiça. Cabe ao poder Judiciário definir o valor correto.

⁴⁰ Sabatina realizada com o prefeito Gilberto Kassab em junho de 2007.

Até o mês de novembro, teremos a conclusão de todas as desapropriações, que já começaram. O primeiro imóvel inclusive foi entregue à própria Prefeitura, que deve instalar em um prédio a sede da Guarda Civil Metropolitana (GCM). A Subprefeitura da Sé irá para esta região da cidade, bem como vamos levar a sede da Prodam para o centro, e com isso vamos liberar uma área de 140 mil metros quadrados, extremamente valorizada. Portanto, com todos estes investimentos – Prodam, Subprefeitura da Sé, GCM, uma das regiões mais bem-dotadas de equipamentos culturais como a Sala São Paulo, Pinacoteca, Museu da Língua Portuguesa, além de infra-estrutura, como duas estações de metrô, duas estações de trem, estação Júlio Prestes, estação da Luz, Parque da Luz – pretendemos fazer o leilão das áreas desapropriadas.

Vamos leiloar e vai vencer quem apresentar o melhor projeto. Vai ser um lote só, ou seja, vai ser vendido tudo de uma vez, e acredito que até janeiro já teremos o leilão pronto de toda esta região. Já se apresentam hoje dois consórcios que tem projetos públicos conhecidos para a Nova Luz. Um consórcio é coordenado pela Odebrecht, e com ela diversas outras empresas. E outro projeto coordenado pelo Secovi junto com outras construtoras. Quem vencer este leilão vai fazer a reforma do centro de São Paulo.

Alguns criticam o projeto como se fosse especulativo, mas ele tem que ser aprovado pela Prefeitura. Eu estou muito otimista com relação à Nova Luz, e este projeto servirá de piloto para inúmeros outros projetos que vamos fazer na cidade de São Paulo, para dar seqüência a um planejamento urbano moderno, correto e com coerência para o município.

Hoje, nós enfrentamos esta questão e estamos sim, investindo e criando condições para a construção de moradia em áreas no centro da cidade, desde que tenham infra-estrutura compatível com a construção de novas moradias. Essas regiões têm que ser recuperadas e preservadas, e que acabem as invasões em locais onde não deveria haver moradia.

O projeto “Nova Luz”, até agora, tem uma atuação no centro de São Paulo, no sentido prático, de uma grande força-tarefa. Eles encaminham os moradores de rua para albergues, prendem os criminosos, multam quem excede o limite de barulho, fecham e multam os donos de comércio ilegal ou irregular, e fiscalizam toda e qualquer irregularidade em termos urbanísticos.

Essa frente é formada por agentes de proteção social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento (SMADS); funcionários da Coordenadoria de Ação Local da Subprefeitura da Sé; voluntários de organizações não-governamentais da sociedade civil;

guardas da GCM (Guarda Civil Metropolitana); e agentes da Polícia Militar e do Garra (Grupo de Apoio à Repressão de Roubos e Assaltos), ligado à Polícia Civil.

Um dos supervisores do projeto “Nova Luz” no setor de proteção social, João de Aquino, que era ligado diretamente à SMADS, deu depoimento para este trabalho depois de se demitir. Ele trabalhou por quatro meses em regiões como a República, Anhangabaú, Luz, Sé, São Bento, Largo do Arouche e Brás, como coordenador de uma equipe de 35 pessoas na força-tarefa criada para atuar no centro.

Segundo Aquino, pelo menos três supervisores e 20 agentes de proteção social se demitiram ao longo do projeto, por não concordarem com a linha adotada pelas forças policiais, em especial o Garra, e pela Subprefeitura da Sé no projeto “Nova Luz”. “Eles [os policiais e os agentes da Subprefeitura da Sé] tem um entendimento diferente do que nós temos ao tratar com os moradores de rua. Para eles, os pobres estão obstruindo as vias públicas quando dormem no chão, como se estivessem transformando as calçadas em locais privados. Mas o que leva estas pessoas a ficarem na situação de rua? Por que elas não conseguem voltar para casa ou conseguir um emprego?”, indaga o ex-supervisor, que reclama que os agentes policiais falam a toda hora em “arrancar” os moradores de rua do centro.

Sua discordância, além de ser com relação às supostas medidas truculentas da Polícia Civil, endossadas pelo poder público, também tem relação com a aplicação do termo “limpar o centro” quando os agentes públicos se referem aos moradores de rua. A tática de impor os albergues como alternativa de moradia para as pessoas que vivem na rua, sem se preocupar que essa fosse uma política transitória, de reinserção dos mais pobres na sociedade, também é criticada.

Outro estranhamento apontado por Aquino diz respeito ao excesso de preocupação com a imprensa que o poder público tem, quando se trata do “Nova Luz”. No seu entender, isso tem clara intenção político-partidária, de divulgação do programa como uma vitrine do prefeito Gilberto Kassab (DEM). Além de tudo, havia pressão psicológica por resultados e

os agentes recebiam um salário baixo – pouco mais de R\$ 500 – para trabalhar em uma área perigosa da cidade de São Paulo. A seguir, o depoimento de Aquino⁶²:

Sabe aquele termo que eles estão querendo limpar o centro? Esse foi um dos motivos pelos quais eu saí do programa “Nova Luz” e da Prefeitura. Não consigo trabalhar com pessoas que coordenam a Subprefeitura da Sé, como o secretário Andrea Matarazzo, que fica aplicando este termo para falar de moradores de rua. Se for parar para pensar, não se trata de um detalhe: este termo acaba remetendo a uma série de questões do programa “Nova Luz” e da Subprefeitura que no fim das contas dão clareza sobre qual a idéia que eles tem sobre os cidadãos que hoje estão humilhados, morando nas ruas e sem nenhum documento nem casa para morar.

Quando começou o projeto de revitalização do centro, em 2005, ainda sob a gestão de José Serra, ele era chamado de “Operação Limpeza”. Eu digo com toda certeza que só mudou o nome e que persiste a idéia de higienização. No meu entendimento, o problema não está na SMADS, mas na Subprefeitura da Sé. O Secretário Floriano Pesaro tem um comprometimento político e social com os mais pobres, porque ele é um sociólogo, uma pessoa esclarecida, que sabe que os albergues e abrigos são uma política transitória, por exemplo. Ele quer que as políticas públicas dêem certo e beneficiem os mais pobres, e não trata os sem-teto como se fossem lixo.

Já a Subprefeitura da Sé não quer resolver os problemas dos sem-teto nem dos moradores de rua, eles querem esconder os moradores de rua, não importa exatamente onde. Já vi várias vezes eles encaminharem pessoas em situação de rua para albergues em Jabaquara, Ermelino Matarazzo e em Santo Amaro, o que é um absurdo, porque essas pessoas vão voltar para o centro nem que seja a pé, andando três ou quatro horas. As relações sociais que esses moradores de rua têm, os bicos e os amigos estão no centro. Eu fiquei só quatro meses na equipe de supervisão, e neste tempo deu para perceber que a forma como entendo meu trabalho, nos oito anos que já trabalhei com serviço social, estava se chocando com a proposta de trabalho da Prefeitura. Eu não quero compactuar com isso.

Eu fazia parte do programa, e toda a equipe de agentes e supervisores passou por um processo público de seleção. A equipe de agentes e de supervisores são os melhores que estão por ali. Muito dinheiro está sendo investido neste projeto “Nova Luz”, mas ninguém pensa nos agentes da SMADS, por exemplo. O salário é baixíssimo e ninguém se preocupa com o aspecto emocional de quem tem que ir e lidar com os moradores de rua, com as crianças de rua. A Prefeitura tem uma preocupação excessiva com a mídia, quer publicidade para suas atuações mas trata seus funcionários com descaso.

⁶² Entrevista realizada com João de Aquino em julho de 2007.

Tudo isso começou a me enojar; a preocupação é muito mais político-partidária do que de fato com o atendimento da população de rua. Fui chamado de linguarudo, tagarela, cheguei até a receber ordens da Prefeitura me ameaçando, com frases como “nós mandamos e vocês obedecem”. Eu não estava ali para isso, e sei de pelo menos vinte agentes se demitiram do programa e outros três supervisores que, como eu, também se demitiram.

O prefeito Kassab foi confrontado com críticas semelhantes, durante a coletiva de imprensa, e saiu-se de forma a não polemizar nem com o padre Júlio Lancellotti, que foi o motivo da pergunta, nem com seus opositores dentro da Câmara Municipal.

Indagado se o projeto “Nova Luz” tem um caráter higienizador, ele assegurou que há setores na Prefeitura que aplicavam termos equivocados, próximos portanto a esse nome, mas que há boa vontade por parte do poder público em assegurar moradias para os sem-teto do centro. A resposta do prefeito segue adiante⁶³:

Às vezes algumas considerações feitas pelo poder público são feitas nas horas inadequadas, com nomes e termos errados, como “limpeza” e “higienização”. Reconhecemos nossos erros para não polemizar com os parceiros do poder público. Mas todos sabem que fazemos um trabalho muito sério, muito responsável e criterioso, tanto em relação a investimentos quanto com relação à assistência social. A Prefeitura investe hoje muito mais em moradias, de uma forma mais efetiva e com uma dimensão maior, em parceria dos três níveis do governo.

O governo municipal entra com o terreno, o governo estadual entra com a obra e o governo federal entra com o financiamento. Como o dinheiro da União várias vezes é aquém do necessário para quitar as dívidas do CDHU e da Prefeitura, a diferença é dada pelo município e pelo estado a fundo perdido para garantir a construção de moradias.

O projeto “Nova Luz” não vai chegar a transformar a Cracolândia e a rua Santa Ifigênia em um cinturão comercial com bares, restaurantes, cinemas e teatros, que funcionem 24 horas por dia, mas vai chegar perto disso. Respeito meus opositores, em especial o padre Júlio Lancellotti, que como a Igreja Católica, presta bons serviços à cidade, mas é evidente que nosso trabalho é de recuperar a região do centro. Aliado a esse trabalho de recuperação de investimento, temos um trabalho forte de assistência social na região.

⁶³ Sabatina realizada com o prefeito Gilberto Kassab em junho de 2007.

A revitalização da Luz é iminente, as obras estão acontecendo e estão sendo executadas na região. É uma grata realidade. Quero registrar que devido ao alto custo destas ações, a Prefeitura não poderia arcar sozinha com essa responsabilidade.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento (SMADS) e seu secretário, Floriano Pesaro, são parceiros da Subprefeitura da Sé no trabalho feito na região. Para o Secretário, há um problema estrutural na cidade, que é a chegada de novos moradores de rua, na ordem de mil por ano no centro da cidade, um número que ele acha “assustador”. O problema, segundo Pesaro, vem sendo enfrentado através da criação de novas vagas na rede de albergues e abrigos municipais. Abaixo, o depoimento do secretário Floriano Pesaro⁶⁴:

Em dois anos nós retiramos 1700 moradores de rua e chegaram 2000 novos. Esse é um problema que precisa ser enfrentado e que eu não vejo fim. Sempre vai existir. Nós fazemos um trabalho cada vez maior e mais articulado com várias organizações e também com a área de saúde para acolher e retirar essas pessoas da rua, mas é muito complicado.

O fato de crescer mais o número de moradores de rua no centro do que os que nós retiramos não quer dizer necessariamente que há um problema de atendimento na região. Existe uma questão de recusa dos moradores de rua em irem para os albergues. Por um lado, a Prefeitura oferecia, em 2004, seis mil e quatrocentas vagas de albergues nos serviços da SMADS. Hoje temos quase nove mil vagas. Então os serviços aumentaram para dar resposta a esse aumento da população de rua.

Eu acho que, no conjunto da obra, nunca se fez tanto quanto hoje, com o nosso governo. Não digo com relação à gestão de Gilberto Kassab (DEM), mas quanto às políticas sociais, que de dez anos para cá estão voltadas para a melhoria de condições no centro, também no que diz respeito à habitação.

Isso está nos acordos com o BID, incluindo o Programa de Requalificação de Cortiços, e também no ProCentro. Só na região central, há 17 cortiços que estão sendo reformados simultaneamente com recursos do BID, de 48 cortiços que há no local. Há vários prédios da região central, incluindo um atrás da Prefeitura, que estão sendo reformados para habitação da locação social e habitação popular. Então todo o conjunto que vem sendo desenvolvido há quase dez anos está sendo executado, com recursos do governo federal, estadual, municipal, incluindo acordos internacionais.

⁶⁴ Entrevista realizada com secretário de Assistência Social e Desenvolvimento, Floriano Pesaro.

Se isso vai dar conta da demanda ou não, eu tenho uma certeza: estamos longe, ainda, de atender a demanda que existe na cidade, inclusive na região central. Mas a Prefeitura está atuando em todas essas áreas. Nessa semana o secretário Orlando de Almeida expôs todas as frentes de trabalho que a Secretaria de Habitação está fazendo. É impressionante. Além daqui do centro, ainda há a reurbanização das favelas, os parques lineares nos córregos, enfim, não conseguimos divulgar tudo, mas há uma infinidade de coisas que estão sendo feitas.

6.3.1 O que dizem os urbanistas

A professora de Urbanismo da FAU-USP, Ermínia Maricato, afirma que “em síntese o ‘Nova Luz’ é um projeto com clara vocação para expulsão e gentrificação, porque a ocupação do centro é antiga e compõe um tecido fundiário fragmentado, de pequenas propriedades, e este tipo de divisão da propriedade não interessa ao mercado imobiliário”.

Ela faz questão de ressaltar que a Prefeitura está agindo em favor do setor imobiliário e que isso não corresponde ao interesse público, que deveria ser atendido com a desapropriação.

“O que o poder público está fazendo é transformar propriedade em capital, em nome da produção pelo mercado imobiliário. Você pega pequenas propriedades, desapropria, agrega, transforma em terrenos maiores e dá condição de monopólio para a iniciativa privada. Estas propriedades serão entregues ao mercado imobiliário, que pode se interessar em ocupá-las”.

A professora, que é ex-ministra adjunta das Cidades, faz a seguinte ponderação:

O mercado imobiliário, hoje em dia, pelo padrão que está produzindo, precisa de espaços e terrenos maiores. Em geral são condomínios, shoppings, enfim, é uma outra escala muito diferente do que a adotada quando o centro foi criado. Então a Prefeitura quer catalisar o investimento do mercado imobiliário no centro da cidade.

O poder público não pode desapropriar e transferir a região para o setor privado, porque toda desapropriação tem que ter alguma finalidade pública ou social [como a construção de uma escola]. Seria difícil para a Prefeitura explicar que está transferindo propriedades particulares de um dono para outro.

O que o poder público fez é uma licitação para superar estas dificuldades. Então a Prefeitura está permitindo que a propriedade privada seja transferida para um grupo de empreiteiras que participou de uma licitação. Sei que o Ministério Público já fez algumas considerações sobre o projeto “Nova Luz”, e que este programa é passível de controvérsia e poderia sofrer uma liminar ou ação judicial.

Na opinião da professora Ermínia Maricato, está havendo uma privatização sutil do centro de São Paulo mediante a compra das pequenas propriedades privadas e a venda posterior de uma grande área desapropriada pelo poder público. Outro professor da FAU-USP e que foi vereador pelo PT-SP, Nabil Bonduki não acha que a desapropriação se configura como uma privatização – trata-se de uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP), na sua opinião.

O professor crê que as grandes operações na região da Luz têm como objetivo dar segurança e atrair o setor privado e viabilizar a produção de investimentos imobiliários rentáveis. Para ele, o ônus vai cair sobre o setor público e o lucro ficará com o privado. “Podemos dizer que o problema não é pensar em uma estratégia para investir na região. Isso é bom, em teoria, independente do governo. O problema é qual o caráter deste investimento, de onde ele vem e o que vai ser feito com ele”, explica Nabil.

O necessário, de acordo com o professor, é que a região da Luz tenha uma grande área para habitação popular, e não para comércio ou instalação de empresas. “De fato, a Prefeitura não está fazendo uma política de habitação no centro”, diz Nabil. “Agora, despejar as ocupações não diz respeito diretamente ao Executivo, mas à Justiça, que expede uma ordem judicial. Quem tem tomado a iniciativa da reintegração de posse é o governo estadual e também o setor privado. O que falta é uma resposta de grande escala para a questão de habitação no centro. Os prédios ocupados deveriam ser transformados em projetos habitacionais, isso é simbólico e não está acontecendo”.

Nabil explica que o exemplo mais claro é o prédio da avenida Prestes Maia. “A ocupação se tornou um símbolo. Mais do que as outras, a ocupação deveria ser um projeto habitacional. Foi feito um acordo com a Prefeitura para acertar a saída das famílias, que é bom em termos porque não garante habitação na área central para todos e todas”.

Já o coordenador do Instituto Pólis, Nelson Saule Júnior, faz as mesmas ponderações que os urbanistas entrevistados e aponta outra questão importante na revitalização do centro: muitas das medidas propostas pela Prefeitura, como a desapropriação aventada no “Nova Luz”, não podem ser concretizadas sem uma revisão do Plano Diretor.

“A proposta de revisão do Plano Diretor, feita pela Prefeitura, vai exatamente na contramão do que o plano atual estabelece, que é de garantir grandes investimentos na área central para fazer habitação em interesse social”, explica Nelson. Para ele, as propostas divulgadas pelo poder público, que incluem também a revisão dos Planos Regionais e da Lei de Uso do Solo, vão reduzir as áreas que já estavam previstas anteriormente como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social). “Eles [o poder público] querem que a indução dos investimentos no mercado imobiliário atinja a classe média-alta, que pode acessar financiamento mais fácil”.

O promotor Carlos Henrique Loureiro, que coordena o Núcleo de Habitação da Defensoria Pública, afirma categoricamente que a administração municipal é a maior responsável pelos pedidos de reintegração de posse nas favelas de São Paulo. Ele assume que há uma série de despejos em curso, que foram ou estão sendo realizados tanto em favelas quanto ocupações, cortiços e outros tipos de loteamento irregular, e que foram requisitados pelo poder público nos últimos anos, como parte de uma “política de higienização do centro da cidade”⁶⁵.

Desde que a atual gestão assumiu, em 2005, há uma prática de eliminar a pobreza do centro, enviá-la para a periferia, escondê-la da classe média. A responsabilidade do poder público é de oferecer moradia digna para todos, ricos ou pobres, e a Prefeitura foge do compromisso. Há pelo menos cinco casos em que a Prefeitura pediu o despejo de favelas e houve alguma intervenção da Defensoria.

Uma prática comum da Prefeitura é indenizar as famílias despejadas com um cheque de R\$ 5 mil. O valor é muito baixo para comprar um imóvel regularizado. Então quando o morador de um terreno ilegal é despejado, ele usa o dinheiro para conseguir vaga em outra favela ou em um cortiço. Esta foi uma forma que o poder público encontrou para maquiagem sua parcela de culpa nos despejos. Ao invés de posar como truculenta, a Prefeitura acaba sendo vista com gratidão pelos moradores das favelas. O poder público tem sido incapaz de aplicar uma política decente para a habitação social na cidade.

⁶⁵ Entrevista realizada com Carlos Henrique Loureiro.

6.3.2 A arquitetura da exclusão social

Como uma forma engenhosa de supostamente inibir a presença de moradores de rua nas praças e demais espaços públicos no centro da cidade, a Prefeitura vem investindo no que pode ser definido como uma “arquitetura da exclusão”, que consiste em modificar bancos, chafarizes, muros e viadutos para tornar seu uso inviável como abrigo e local de dormir.

A primeira destas medidas foi adotada ainda na gestão do ex-prefeito José Serra (PSDB-SP), na última semana de setembro de 2005, quando foram construídas rampas de concreto sob uma passagem subterrânea que liga a avenida Paulista com a avenida Rebouças. As duas rampas têm cerca de 15 metros de extensão e estão localizadas nos dois lados da passagem subterrânea.

A polêmica em torno da “rampa antimendigo”, como foi apelidada, se espalhou pela imprensa como um rastilho de pólvora, atingindo em cheio a imagem do ex-prefeito Serra. A medida foi criticada por pesquisadores universitários, setores da Igreja e por representantes da Justiça. O desembargador Antonio Carlos Malheiros chamou medida de “inadmissível” e chegou a dizer, para a imprensa, que “quem está na rua não pode ser tratado como lixo, como papelão”.

A Prefeitura afirma que o objetivo era evitar moradores de rua, ao atribuir-lhes a culpa por “freqüentes assaltos” e também “pelo uso de drogas, como cola e crack”. De fato, havia um grupo de 35 moradores de rua⁶⁶ vivendo sob o viaduto. No total, eram 25 adolescentes, cinco adultos e quatro crianças. A mídia noticiou que não havia registros da Polícia Militar sobre o aumento de ocorrências e crimes na passagem subterrânea das rampas antimendigo.

Esta experiência da “arquitetura da exclusão” foi especialmente mal-sucedida por ter sido realizada em uma área de visibilidade para a imprensa e para boa parte dos habitantes de

classe média de São Paulo, acostumados a freqüentar o comércio da avenida Paulista. O contraste gritante entre a pobreza representada pelos moradores de rua e a ostentação das lojas e restaurantes caros foi o motivo explorado pela reportagem dos jornais para causar uma espécie de comoção no público leitor, que se sensibilizou pela reportagem.

Segundo a assistente social Lourdes Maria Mascigrande, da Associação Paulista Viva⁶⁷, há mais de cem moradores de rua na região ao redor da avenida Doutor Arnaldo. Um questionário aplicado por ela a 62 dos sem-teto aponta que eles rejeitam abrigos porque conseguem viver com a ajuda das igrejas, da associação de bairro e dos vizinhos da avenida. As pessoas que vivem no túnel subterrâneo também não querem ser obrigadas a ir para albergues porque há um prazo fixo de estadia. Eles só consideram a hipótese de sair da rua se tivessem emprego e casa garantidos.

A maioria dos moradores de rua na região da avenida veio do Nordeste, tem emprego (office-boy, pedreiro) e está viciada em álcool. Alguns afirmam morar na região há dez anos, enquanto outros admitem estar dormindo sob viadutos e marquises há dois meses.

Na opinião de Lourdes, construir as rampas antimendigo não é a solução ideal. “Eles vão acabar encontrando outro canto. Nossa proposta é que cada região encontre uma solução. Aqui [na avenida Paulista], por exemplo, comerciantes e empresários poderiam discutir um plano de ação, talvez até propondo emprego a estas pessoas”, diz a assistente social.

Mas as rampas não são a única medida “antimendigo” adotada pela Prefeitura. No centro da cidade, a Praça da República recebeu uma reforma em fevereiro deste ano. Foram adotados bancos especiais, de madeira, com divisórias de ferro que individualizam os lugares e impedem que alguém possa se deitar. A reforma custou R\$ 3,1 milhões aos cofres públicos, e não trouxe apenas bancos novos: os pisos, os lagos e os canteiros receberam melhorias.

⁶⁶ **VIVO, F.C.** *Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas pública.s.* 2005, pág. 228.

⁶⁷ **Idem.**

A solução encontrada pelos moradores de rua que vagam pelas praças foi simples: passaram a se deitar no chão. Na praça da Sé, outra novidade foram os canteiros alagados ao redor do espelho d'água, uma forma de tentar dificultar o acesso das pessoas mais pobres que vão ao lugar para tomar banho. Os “canteiros antimendigo” ou “antibanho”, como são chamados, tem altura entre 30 e 60 centímetros e são alimentados por um sistema hidráulico, que sofreu uma pane recentemente. São 16 canteiros no total, com largura de dois metros e com borda encurvada para impedir que alguém tente se equilibrar.

6.3.3 A resposta de autoridades

A Prefeitura nega que as medidas tenham a intenção de impedir moradores de rua de dormir, e argumenta que os bancos escolhidos são os mais adequados para a “arquitetura” da Praça da República. Pelo menos outras duas praças nos arredores tem bancos parecidos: uma delas é a Praça Dom José Gaspar, localizada em volta da Biblioteca Mário de Andrade, onde vinte bancos com divisórias foram instalados há cerca de um ano. Na Praça da Sé, os bancos “antimendigo” são de concreto e não têm divisórias, mas são curvados nas pontas como uma forma de inibir seu uso pelos moradores de rua.

A respeito das medidas supostamente adotadas para afugentar moradores de rua das praças, o Secretário da SMADS, Floriano Pesaro, diz que chamá-las de “antimendigo” é uma grande “cretinice”. Ele pediu para que a palavra fosse utilizada, caso sua entrevista fosse publicada. A resposta dada por ele consta abaixo:

Usei essa palavra porque chamar de “antimendigo” não é um termo que veio da população de rua. Este termo foi criado e imputado pelo Padre Júlio Lancellotti para politizar toda esta questão, da qual ele é artífice. Ele é um dos responsáveis pela política da população de rua, uma vez que ele tem um equipamento financiado pela Prefeitura, que é a comunidade São Martinho. Ele é parte interessada nessa questão de população de rua.

Sob o manto que lhe é dado pela Igreja, ele defende essa população e inclusive deu o nome de “rampa antimendigo”, que depois foi utilizado pela Folha de São Paulo. Nada disso foi criado pela população

de rua, isso partiu do Padre Lancellotti e foi imputado por ele. Eu acho isso uma cretinice e há evidentemente um interesse por trás do uso destes termos.

A última coisa que queremos com as reformas de praças é afastar mendigos, que chamamos de moradores de rua e não por estes termos. A política da prefeitura é outra, o programa São Paulo Protege é outra, ela é de claro acolhimento de pessoas em equipamentos sociais.

Quanto aos canteiros alagados, mais uma vez o poder público nega que eles tenham sido feitos para afugentar moradores de rua, mas admite que o objetivo do projeto é dificultar o acesso aos espelhos d'água na praça da Sé. Em fevereiro, a organização não-governamental Educa São Paulo entrou com uma representação no Ministério Público pedindo que a Prefeitura explique qual a razão das reformas que vêm sendo feitas nas praças.

Segundo o Secretário da SMADS, Floriano Pesaro, “Tem cabimento nós estarmos o tempo todo sendo acusados de higienismo, limpeza urbana, de fazer banco antimendigo, praça antimendigo, rampa antimendigo? Essas pessoas têm o direito de não estarem morando nas ruas. Nossa meta é devolver as pessoas ao convívio familiar e comunitário como garantia de direito, e não deixá-las nas ruas da forma como estão hoje e como são tratadas”.

Os críticos afirmam que a Prefeitura não prioriza investimentos em habitação popular, que oferece como única alternativa para as centenas de moradores de rua as vagas em albergues e abrigos (que deveriam ser provisórios e não permanentes), e que pretende dar incentivos fiscais e de infra-estrutura para atrair investimentos privados na região.

Outra questão é a falta de transparência com relação ao orçamento e investimentos que estão sendo feitos pelo poder público em habitação e em infra-estrutura no município. Desde que a atual coligação assumiu o poder, em 2005, não há dados atualizados sobre quanto foi orçado e empenhado em termos reais. A estimativa é de que, no ano de 2006, cerca de 79,49% do que foi orçado nominalmente tenha sido de fato aplicado em projetos habitacionais. O valor corresponde a pouco menos de R\$ 398 milhões de reais. Com relação aos projetos habitacionais no município, houve uma redução de 23,61% no que havia sido orçado inicialmente para atendê-los. Projetos de reurbanização como o da favela Nova

Jaguaré e da Vila Nilo, orçados em R\$ 120 mil, foram abandonados antes que fossem realizados.

O Secretário da SMADS, Floriano Pesaro, deu respostas em defesa da gestão municipal. Segundo ele, os programas habitacionais do município têm que ser feitos dentro dos limites orçamentários. “Se fosse possível fazer para todos, já teríamos feito, mas não é. São Paulo tem um déficit de 800 mil habitações, então o que temos que fazer é sair da amarra da estatística e trabalhar com as alternativas. Se quisermos dar habitação para todo mundo, vamos esperar 20 anos e a situação não vai melhorar”. Pesaro explica quais as políticas de assistência social adotadas pelo município, com exemplos tanto no número de vagas quanto nos investimentos feitos pela Prefeitura.

Quando assumimos a gestão, encontramos 48 programas de assistência social, todos muito fragmentados, não seguiam uma linha de complementaridade de trabalho e de certa forma não atendiam integralmente as famílias inscritas. Atender integralmente significa ir além do atendimento e pensar que a demanda dessas pessoas são maiores do que está sendo oferecido naquele momento. Então nós criamos, em cima destes 48 programas, dois programas que são uma espécie de “guarda-chuva”. Sob a tutela destes programas nós começamos a organizar o atendimento dessa população chamada vulnerável, que está em situação de risco.

O São Paulo Protege foi pensado mais para as regiões centrais da cidade, que tem um tipo de pobreza especial, que são os moradores de rua, as crianças de farol, de trabalho infantil, crianças que vivem nas ruas, determinados tipos de violência doméstica e moradores de cortiço, enfim, um plano mais voltado para estas situações de risco. E o Ação Família é mais voltado para regiões periféricas da cidade, mais estruturante e é um programa maior, que tem como missão atender de forma integral as demandas que não foram atendidas para um determinado conjunto de famílias.

O Ação Família atua em território determinado, que são as áreas mais pobres da cidade, e atua com as famílias mais pobres dentre aquelas pobres, ou seja, ele tem um foco muito especial. Este é um programa assinado por 12 secretarias municipais, para poder dar um atendimento prioritário e amplo das demandas que surgem. Este grande plano tem medidas de transferência de renda, atendimento a idosos, crianças, ele inclui a escola e o pós-escola, além de núcleos socioeducativos.

Já o São Paulo Protege tem um foco objetivo, que o de é acolher os moradores que estão nas ruas da cidade, e dar a eles a chance de reinserção social e familiar. De voltar para suas comunidades e para

suas famílias e de voltar a ter sua plena cidadania. Isso vale também para crianças de cruzamento, dessas que fazem malabarismo. Nosso intuito é erradicar o trabalho infantil na cidade de São Paulo e também retirar todas as crianças que estão em situação de rua na cidade. Os números vêm mostrando que os programas tem dado resultado. O São Paulo Protege retirou 1.350 crianças dos cruzamentos e devolveu essas crianças às suas famílias. Ele só funciona porque há um acordo com essas famílias para a entrada em programas do Ação Família, para que haja reinserção social.

A figura mais criticada por intelectuais, pesquisadores e movimentos sociais, por dar suporte desde o começo da gestão José Serra (PSDB-SP) a uma política habitacional supostamente higienista, voltada para os interesses das classes altas, é o Secretário das Subprefeituras, Andrea Matarazzo. As principais polêmicas em que ele se envolveu são sobre a revitalização do centro da cidade, que vêm sendo reformulada e agora está mais objetiva e clara, com foco na reforma do bairro da Luz.

Em uma entrevista realizada com Andrea Matarazzo, ele assinala que existem 300 unidades de moradia previstas para o plano da Nova Luz, além de outros programas no entorno. E segue adiante⁶⁸:

O governo do estado tem um programa de imóveis para funcionários públicos. A idéia é ter o centro como um local de habitação para todas as camadas sociais, e não só para um tipo. O programa de revitalização no centro pretende trazer investimentos e moradores para o centro. Já estas organizações sociais, junto com o padre Júlio Lancelotti, querem que as pessoas morem embaixo de viadutos. Não é o nosso caso. Queremos que as pessoas morem com dignidade.

Estes movimentos sociais querem manter os pobres sob os viadutos para acontecer acidentes como ocorreu no viaduto embaixo da avenida Paulista há alguns meses, que vitimou um morador de rua. Infelizmente, o padre Lancellotti deveria ter feito uma missa ao morador de rua que ele estimulou a ficar no local. Eu vejo todos eles como higienistas.

Questionado sobre o que vai ser feito com os prédios que antes eram ocupações e que agora estão vazios, Matarazzo responde:

Haverá demolição do prédio São Vito [Treme-Treme], também do prédio Mercúrio e dos edifícios

⁶⁸ Entrevista realizada com Andrea Matarazzo.

que estão no entorno. [As demolições] devem ocorrer no começo do ano que vem, depende das licitações e dos processos concorrentes. Propusemos para todos os sem-teto que integrem os programas habitacionais da Prefeitura. No lugar do prédio São Vito, vai ser construída uma praça integrando o Terminal Parque Dom Pedro II e o Mercado Municipal com a zona cerealista.

7. Considerações finais

*“Daqui de cima do morro,
Eu vejo a cara do temporal
Que, na cidade, se arma e
escurece a vista.*

*Daqui de cima do morro,
Eu vejo a favela,
Eu vejo o quintal.
Se a nossa história repete,
A guerra anuncia”*

Podé Nastácia, Cidade Favela

A partir de tudo que apurei para escrever este trabalho, posso afirmar que com certeza estão em disputa dois projetos urbanísticos de revitalização do centro de São Paulo: um deles quer medidas de claro interesse econômico, como o incentivo para a instalação de empresas na região. O outro projeto quer, utopicamente, a readequação dos prédios vazios do centro para que sirvam para moradia popular.

Por vezes um dos lados sai favorecido com o apoio da gestão municipal vigente, como nas políticas adotadas na gestão de Marta Suplicy (PT-SP), que jogaram certa luz no projeto de moradia popular para o centro, apesar de não ter sido evitada a tese da indução econômica. Hoje, a Prefeitura inclina-se totalmente ao primeiro modelo de revitalização urbanística, o que vêm tornando a luta desigual e esmagando a idéia de ter um centro popular e que não se pareça com o Morumbi ou com os Jardins.

As raízes deste conflito remontam ao começo da década de 1990. Não se trata de uma mera questão de interesses individuais: há um conflito de classes na região central. De um lado, está o interesse do capital imobiliário de São Paulo, sempre dependente dos investimentos públicos para conseguir lucros. A orientação deste mercado tem sido para obras de grande porte, como a construção de prédios e condomínios de luxo, no caso residencial, e no caso comercial para erguer shopping-centers.

Quem sai perdendo com a ascensão do capital imobiliário no centro são as pessoas que formam as classes populares do centro. Há uma infinidade de pequenos comerciantes, profissionais liberais, artesãos, operários da construção civil e outros trabalhadores que ficarão abandonados com a ascensão do mercado imobiliário de grande porte no centro, e não apenas os sem-teto e os moradores de rua, que na verdade estão mais para “lúmpen”, e que contraditoriamente são os que mais resistem.

Minha conclusão é que nenhum dos dois modelos de urbanização pensados para o centro tem condições para solucionar os diversos problemas da cidade, principalmente no que diz respeito à habitação, à economia e à criação de postos de trabalho. Seria uma irrealdade apostar todas as fichas em dezenas de projetos de moradia popular no centro sem uma contrapartida econômica de investimentos privados, porque isso causaria dívidas tão grandes no orçamento da Prefeitura que o erário público demoraria anos para se recuperar.

Penso que o ideal é o que já foi apresentado pela professora Ermínia Maricato: uma política urbana mista, que ofereça incentivos para o setor privado se instalar, com grandes mercados, restaurantes e centros de lazer, como medidas assistenciais e habitacionais para transformar estes milhares de paulistanos abaixo da linha da pobreza em trabalhadores com um nível de renda aceitável. Retomo aqui as palavras da professora:

Se houvesse um processo misto de recuperação do centro, que é proposta do Plano Diretor, através das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), seria mais aceitável [do que a entrega do centro para o capital privado]. Pelo menos uma parte dos imóveis no centro deveriam ser destinados à habitação de interesse social.

O verdadeiro interesse público no município de São Paulo é reduzir a ocupação nas periferias da cidade, feita especialmente em áreas de preservação ambiental, ao norte e ao sul da cidade, onde a ocupação está mais acelerada, e achar alternativas para essa população. Eles não têm alternativas, por isso ocupam as áreas de mananciais.

Não basta desapropriar bairros inteiros, como quer a Prefeitura no caso da Luz. Creio que é preciso uma medida conciliatória que privilegie investimentos públicos nas classes sociais mais baixas, além de incentivos fiscais para as empresas. Essa medida será capaz de criar

um novo mercado consumidor para o comércio que viera se instalar na região, o que pode aquecer a economia do município e criar novos postos de trabalho.

Penso também que há instrumentos urbanísticos que não são aplicados pela Prefeitura, como o Plano Diretor, elaborado ainda durante a gestão Marta Suplicy; ou o caso das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), preparadas para garantir que haverá regiões no centro que sejam destinadas à habitação social. Como nenhum destes instrumentos saiu do papel e muitas das instâncias de democratização do poder público foram relegados a segundo plano, como os Conselhos, Fóruns e o Orçamento Participativo, é muito difícil avaliar se políticas públicas para moradia popular no centro dariam certo. Acredito que a Prefeitura deveria seguir as leis que foram criadas para aperfeiçoar a sua administração, mesmo que estas leis tenham sido criadas por gestões anteriores ou políticos de oposição.

A atual polarização na disputa do centro tem claramente um viés político-partidário. Penso que cada um dos protagonistas desta disputa, seja a Prefeitura ou os movimentos populares por moradia, estão cumprindo o papel que julgam ser seu, que é o de defender e reivindicar mais legitimidade para o projeto de urbanização do centro que defendem. Isso não impede que os pesquisadores, as organizações não-governamentais e as instituições públicas pensem novas medidas, a serem adotadas em conjunto.

Ao mesmo tempo, o problema habitacional em todo o país é grave, e precisa de atenção das autoridades públicas, incluindo os governos estaduais e o governo federal. Se não houver uma intervenção estatal para diminuir o déficit de moradia e garantir a “habitabilidade” dos locais onde novos conjuntos habitacionais serão instalados, de nada adiantará a disputa no centro de São Paulo. O neologismo usado tem o sentido de indicar as condições mínimas em que uma família ou um grupo de famílias necessita para sobreviver em uma determinada região, como condições sanitárias, água encanada, luz elétrica, serviços de saúde, educação, segurança e emprego.

Talvez por serem o elo mais fraco nesta disputa, os moradores de rua e os sem-teto tenham tanta visibilidade na imprensa. Eles serão inevitavelmente enviados para as periferias mais

distantes da cidade, ou acabarão empobrecidos a tal ponto que dependam sempre de abrigos, albergues e de auxílio da Prefeitura para sobreviver. De fato, expurgá-los do centro vai na contramão do que se espera de um sistema público de assistência social cujo objetivo seja recuperar as pessoas da condição de miséria e de pobreza, já que o centro propicia a elas condições de educação, trabalho, saúde e segurança melhores do que teriam em bairros afastados, como Capão Redondo, Jardim Ângela, Cidade Tiradentes e Cidade Adhemar.

Então é importante que este trabalho enfatize como é a vida nestas ocupações, quem são os personagens destas favelas verticais e horizontais, porque hoje elas ainda estão localizadas na região central; mas podem ser despejadas ou retiradas mediante acordo a qualquer dia. Se o projeto de revitalização do centro der certo, estas moradias precárias no centro serão cada vez mais raras, e não porque tenham sido alvo de um bem-sucedido plano de habitação, mas porque foram despejadas e seus moradores foram obrigados a viver longe do centro da cidade.

Quero registrar que fiquei abismado com o preconceito que jornalistas da Folha de São Paulo tiveram, com relação aos moradores de rua e aos favelados da cidade, quando sabatinaram o prefeito Gilberto Kassab (DEM), no começo de junho de 2007. As perguntas feitas por eles colocavam como o grande problema do centro tanto os moradores de rua quanto a “pobreza” que amedronta os cidadãos que passam por ali. Os jornalistas quase imploravam, com a tranqüilidade de quem apresenta um cartão de crédito em um *shopping*, que o prefeito Kassab desaparecesse de vez com essa população pobre do centro, não importa como.

O pior: eles encontraram eco na platéia. Pessoas riam e aplaudiam a cada pergunta bem-feita pelos jornalistas, que esperavam deixar um gestor como Kassab no chinelo, por ser tão desconhecido. Sucedeu o contrário: ele saiu-se muito bem, oferecendo o que todos queriam: uma nova roupagem para a revitalização do centro, dessa vez com um pouco mais de clareza do que teve o projeto apresentado na gestão do ex-prefeito José Serra.

7.1 por que fazer este trabalho?

Por que fazer um trabalho tão extenso sobre a questão de moradia em São Paulo? Exatamente porque este parece um problema insolúvel e que não diz respeito aos jornalistas. Este trabalho foi feito para lembrar que, apesar do nosso preconceito com relação às favelas, aos moradores de rua, apesar do desprezo com que os moradores de cortiço são tratados, este não é apenas um problema deles, mas de toda a sociedade brasileira. Há centenas de reportagens que poderiam ser feitas dentro de uma favela, de um cortiço, milhares de histórias de vida tocantes, dezenas de casos curiosos, mas o preconceito fala mais alto e nós atravessamos a rua quando passamos perto da entrada de um barraco, uma viela mais escura.

Nós admiramos aquela favela estilizada que aparece na tela da televisão, em filmes como *Cidade de Deus*, mas viramos as costas quando a situação passa a ser real e nosso vizinho passa a ser o favelado. Olhamos com nojo e rezamos para Prefeitura levá-los para bem longe das nossas casas. Isso ocorre especialmente em São Paulo, onde os favelados são invisíveis e não há aquela autodenominada “cultura da favela” carioca, para o bem e para o mal. Pouco a pouco, os pobres desaparecem das vistas das pessoas, são empurrados para bairros distantes, enquanto andamos com paz e segurança, a qualquer hora do dia, pela avenida Paulista.

Esse menosprezo latente, que parece ser comum às classes médias-altas de todas as cidades, aqui em São Paulo se manifesta quando estes moradores de rua invadem o espaço da elite e dormem nas calçadas da rua mais cara do país, a Oscar Freire. Há um certo *apartheid social* imposto às pessoas pobres, que não são bem-vindas em bairros como Jardins e Higienópolis.

O ponto é que o centro de São Paulo é um problema que está debaixo do nariz da nossa elite. Trata-se de um local nobre, não é qualquer região da cidade. O que fazer se no meio do caminho para a Pinacoteca existia uma grande ocupação de sem-teto, diante do metrô Luz? É bem simples: ordenar o despejo dela. E assim, de despejo em despejo, quer sejam pedidos pela Prefeitura ou por proprietários particulares incentivados por ela, o centro vai se esvaziando de favelados, que vão sendo empurrados para a periferia; de sem-teto, que foram

alçados à condição de favelados; e de moradores de rua, que agora estão sob cárcere privado nos albergues e abrigos.

Este parece ser este o pensamento-padrão que assola a atual gestão da Prefeitura, e que encontra eco nas mentes mais ou menos vazias de uma parcela dos moradores de São Paulo. A opção do poder público é por ampliar o fosso entre as classes mais altas e os pobres, refazendo os passos dados pelo Rio de Janeiro no fim do século XIX, com a reformulação e a higienização da “cidade maravilhosa” que expulsou os mais pobres em direção aos morros.

Pela força do dinheiro, da polícia e das ordens judiciais, a Prefeitura planeja incentivar a construção de uma grande zona comercial no centro da cidade. Sem discutir com ninguém, com uma imprensa que aplaude, quase envergonhada, esse apartheid. E assim ampliamos o dito domínio da classe média-alta, que não se restringe apenas a Morumbi, Butantã, Pinheiros, Vila Madalena, Sumaré, Jardins, Higienópolis, Vila Mariana, Santa Cruz, Tatuapé e Santana. Agora eles também querem ter o centro da cidade, nessa batalha perdida.

Eis o motivo de fazer este trabalho: muitas ocupações já caíram e as batalhas se tornaram cada vez mais difíceis de vencer, com derrotas se acumulando. Mas a guerra não acabou.

Eles ainda não venceram, porque não conseguiram acabar com os movimentos sociais, não conseguiram calar as pessoas que querem transformar de verdade o centro de São Paulo, sejam elas estudantes, pesquisadores, organizações não-governamentais. Diariamente há ocupações sendo feitas e mais famílias pobres chegam ao centro de São Paulo em busca de moradia - isso é irreversível.

Por isso, repito aqui a explicação sobre o nome do trabalho de conclusão: há pessoas que são pobres e dependem do centro para sobreviver, e eles têm o direito de ir e vir e de morar onde bem entenderem, quer seja no centro ou na periferia.

Referências Bibliográficas

Livros

ROLNIK, Raquel. *São Paulo: Coleção Folha Explica*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2003.

SAULE JÚNIOR, Nelson. *Retratos sobre a atuação da sociedade civil pelo direito à cidade: diálogo entre Brasil e França*. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

BONDUKI, Nabil. *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade / Fapesp, 1998.

MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: ed. Loyola, 1991.

KOWARICK, Lúcio. *São Paulo passado e presente: as lutas sociais e a cidade*. São Paulo: ed. Paz e Terra, 1994.

AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo – trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. *Habitação na cidade de São Paulo: avaliação da política municipal*. 2ª ed. São Paulo: PUC-SP, 2002.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Moradia*. Brasil, maio de 2000.

ROS ROSSETO, Rossella. *Fundo Municipal de Habitação*. São Paulo: Instituto Pólis e PUC-SP, 2003.

CARDOSO, Adauto Lucio. *Balanço da política municipal de habitação 2001-2003*. São Paulo: Instituto Pólis e PUC-SP, 2004.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAU-USP / Fapesp, 1998.

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. *Estatuto da Cidade: novas perspectivas para a reforma urbana*. São Paulo: Pólis, 2001.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei – Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1997.

SOMEKH, Nádia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Edusp/Studio Nobel/Fapesp, 1997.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Lincoln Institute, 1998.

Artigos

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *Habitação em São Paulo*. In: Revista de Estudos Avançados n° 48, vol. 17, agosto de 2003.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo da Gama. *Favelas no município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 5, maio de 2003, p. 27-29.

FARIA, Lina Rodrigues. *Primeiros Tempos da Saúde Pública em São Paulo*. Página 383.